

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Reparar as cores

Etnografia do *cerrado* junto às mulheres no sertão das veredas

JACQUELINE STEFANNY FERRAZ DE LIMA

São Carlos
outono de 2022

JACQUELINE STEFANNY FERRAZ DE LIMA

Reparar as cores

Etnografia do *cerrado* junto às mulheres no sertão das veredas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Anna Catarina Morawska Vianna, Orientadora

Banca examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar)

Profa. Dra. Magda dos Santos Ribeiro (UFMG)

Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira (UFG)

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello (UFSCar)

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)

Suplentes:

Profa. Dra. Fabiana Maizza (UFPE)

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo (UFSCar)

São Carlos
outono de 2022

Ferraz de Lima, Jacqueline Stefanny

Reparar as cores: Etnografia do cerrado junto às mulheres no sertão das veredas / Jacqueline Stefanny Ferraz de Lima -- 2022.
212f.

Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador(a): Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna

Banca Examinadora: Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna, Profa. Dra.

Magda dos Santos Ribeiro, Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira, Prof. Dr.

Geraldo Luciano Andrello, Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

Bibliografia

1. Antropologia econômica. 2. Etnografia. 3. Cerrado.

I. Ferraz de Lima, Jacqueline Stefanny. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Jacqueline Stefanny Ferraz de Lima, realizada em 05/04/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar)

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello (UFSCar)

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)

Profa. Dra. Magda dos Santos Ribeiro (UFMG)

Prof. Dr. Suzane de Alencar Vieira (UFG)

Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

*Para as mulheres que me acompanham,
desse e de outros mundos...*

*em especial,
para Sueli, Rosely e Zirinha, por contarem histórias;
para Neide (em memória), por reparar as cores.*

Agradecimentos

Muito embora a sensação de caminhar sozinha e *puro rumo* – sem direção – tenha me acompanhado no processo de escrita deste trabalho, decerto passei longe de fazê-lo só. Muitas, e diversas, foram as presenças que tornaram o feito-tese possível. Sou muito grata a todas as pessoas que me ajudaram ao longo do caminho, sobretudo, às que no percurso puderam me emprestar um tanto de alegria!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio a quatro anos de pesquisa.

Aos professores e aos funcionários do PPGAS-UFSCar por minha formação como antropóloga e por viabilizarem como possível a realização deste trabalho. Conjuntamente, agradeço aos muitos colegas que encontrei na caminhada pelo cerrado paulista, pessoas que tanto admiro pela coragem e pela luta. Em particular, menciono as que comigo compartilharam ideias e aprendizados na maior parte das disciplinas cursadas durante o doutorado: Adla Viana, Tamires Santos, Ana Luísa Nardin, Izadora Acypreste, Sheiva Sorensen.

Sou grata também aos colegas e aos professores que cruzei em disciplinas cursadas fora do PPGAS-UFSCar: Marcio Silva, no curso “Antropologia do Parentesco”; Dibe Ayoub e John Comerford, no curso “Antropologia e Ética. Família, casa, terra e luta: éticas e agonísticas”; Suzane Alencar Vieira e Marcio Goldman, no curso “Esquizoanálise da Situação Atual. Críticas da Antropologia”. Agradeço igualmente a possibilidade de participar das atividades estimulantes feitas no NuAP (Núcleo de Antropologia da Política) e no NanSi (Núcleo de Antropologia Simétrica) durante o segundo semestre de 2016. Dedico ainda um agradecimento a todas e todos que contribuíram com trocas e com compartilhamentos de ideias nos diversos encontros, eventos, seminários e congressos que participei durante o percurso desta tese: Arlene Ricoldi – em especial, pela oportunidade de trabalhar no noroeste mineiro –, Fabiana Maizza, Magda Ribeiro, Graciela Froehlich, Valéria Macedo, Marcela Coelho de Souza, Guilherme Sá e André Dumans Guedes.

Devo muito mais do que agradecimentos aos grupos de estudo e pesquisa que me fizeram atenta aos engajamentos políticos no trabalho acadêmico e aos procedimentos da escrita etnográfica. Alimento um sentimento de gratidão imenso pelos colegas do Hybris/UFSCar-USP, em especial, pelas queridas Sara Munhoz, Ana Claudia Marques, Yara Alves, Natacha Leal, Daniela Perutti, Florbela Ribeiro e pelos queridos Guilherme Boldrin, Gustavo Ramos, Carlos Filadelfo e Jesser Ramos. Assim como pelos colegas do Laboratório de Experimentações Etnográficas, LE-E/UFSCar, Ana Cecília Campos, Pedro Mourthé de Araújo Costa, Bruno Cardoso, Ana Elisa Santiago e Carlos Paulino. Pensar as potencialidades políticas na forma-texto junto a essas pessoas é de fato um grande privilégio.

Privilégio também tem sido trabalhar junto aos colegas do Laboratório de Estudos em Antropologia Política, LEAP/UEMA-UFMA. Em nome de Karina Biondi, agradeço a porta aberta, a recepção gentil e os encontros potentes que trouxeram vitalidade em dias pandêmicos. Aproveito e estendo estes agradecimentos ao apoio financeiro da Bolsa de Apoio Técnico e Institucional da Universidade Estadual do Maranhão (BATI-UEMA), por viabilizar minha permanência na pesquisa acadêmica.

Agradecimentos especiais devo às pesquisadoras do imuê, pelo exercício de fazer e pensar juntas pesquisas colaborativas, pela ação de brotar e espalhar engajamentos coletivos.

Um muito obrigada às professoras e aos professores Magda Ribeiro, Jorge Mattar Villela, Suzane Alencar Vieira e Geraldo Andrello. É uma honra tê-los como membros da banca de defesa. Ao Jorge, que foi o meu orientador na iniciação científica e no mestrado, reforço os agradecimentos por mostrar que a antropologia pode ser indomável. À Suzane e ao Geraldo, o reforço se faz pelas leituras atentas e pelos comentários generosos na banca de qualificação. Com apreço, também ofereço um muito obrigada a Fabiana Maizza e Luiz Henrique de Toledo, por incentivarem a escrita poética e aceitarem, como suplentes, compor a banca examinadora.

Fortes agradecimentos dedico às pessoas que em diferentes etapas deste trabalho, e por distintas durações de tempo, generosamente dividiram comigo suas casas, suas companhias, seus saberes, suas histórias.

Nesse sentido, sou grata à Caroline Nocetti, à Sarah Xavier, à Sthéphanie Tselouiko e à Michele Wisdahl (em memória).

À Marina Oliveira e ao Michel Perez, cada um ao seu modo, pelas técnicas para manter o corpo forte.

A Joimar Conceição e Salvador Oliveira, por me lembrarem constantemente de que importante na vida é o nosso chão.

À família Leal, por fazerem que eu me sentisse em casa nas paradas em Brasília (que precederam ou sucederam os trabalhos de campo). Agradeço a Natacha Leal que, com extrema generosidade, compartilhou comigo a companhia de seus parentes. E, pelo carinho que me receberam em suas casas, agradeço: Angelina Simei e Sérgio Leal; Virgínia Leal e Cristina Torres; e, muito especialmente, Suzana Leal que, junto ao Cassio Leal e à querida Carmen Guedes, em primeira mão me ouviram contar e contar e contar o cerrado mineiro. Sou muito grata a eles! Bem como a Seu Agenor, Dona do Carmo, Leandro Leal e Fred Andrade pelos felizes encontros.

Aos meus grandes amigos, Gislene Moura e Ion Fernandez de Las Heras, pelo *sucesso* que é aprender com o amor deles.

Às queridas Amanda Danaga e Ana Guerra Pereira, pelas divertidas acolhidas.

Ainda sobre os que compartilharam cantos para a feitura desta tese, agradeço fortemente Clarissa Martins Lima e Felipe Vander Velden; Vanessa Perin e Viviane Paes; Marina Defalque e Renan Martins Pereira.

Um grande agradecimento dedico à querida Maíra Vale, que me emprestou firmeza e coragem na acolhida em seu lar durante boa parte da escrita deste trabalho. Junto a ela, a Catarina Morawska, minha orientadora, que agradeço imensamente por ter me tirado do labirinto que durante um longo tempo eu chamei de tese. A ela, serei sempre grata pela leitura atenta à criação, pelo incentivo à experimentação e pela com-posição política.

Agradecimentos profundos também dedico às minhas amigas e aos meus amigos de uma vida, que, em sua diversidade, fizeram e fazem rico, alegre e colorido o meu caminhar.

À família XI, por serem, cada um e todos juntos, exemplos de perseverança e parceria. Agradeço, especialmente, Camila Melo, Juliana Santos, Fernanda Machado e Regiane Ferraz que se aproximaram ainda mais nos duros tempos de escrita, que rezaram, oraram, sonharam, pediram aos Santos, costuraram travesseiros com ervas, conversaram com

Deus, bruxas e psicólogas e, logo, não me deixaram sucumbir. À Arthur Ribeiro, por me fazer ver belas imagens no mundo com o seu olhar criativo. À Maira Rodrigues, pelas trocas intensas e fortalecedoras nos últimos anos. À Maria Luísa Ribeiro, pela amizade que se enraíza e cresce desde a graduação em Ciências Sociais. À Clarissa Martins Lima, por tornar potente a nossa amizade através da escuta. À Vanessa Perin, por me ensinar que partilhar, doar e dividir é soma. Ao Renan Pereira, por me fazer prestar atenção nos sons, inclusive, quando diz: “não pode deixar o fracasso subir pra cabeça”. À Karina Biondi, pela inspiração no fazer etnográfico, pela parceria forte e generosa. À Thais Mantovanelli, por me mostrar o belo do mundo que só gente Xikrin sabe fazer. À Marina Defalque, minha amiga de infância que fiz já adulta, pela sorte boa e bonita que é tê-la ao meu lado.

A Gabriel Vilella pelas cartas que escrevemos um ao outro, pelos livros que lemos juntos, pelas cores que temos feito em tempos tão sombrios.

À minha irmã e sua família, pelo exemplo de valentia. Ao meu pai, pela preocupação com o meu futuro. À minha família materna, por experimentar o mundo de forma coletiva. Especificamente, às minhas primas e aos meus primos, pelo cuidado que tecemos na diferença, mas também no samba que nos enreda. Aos meus tios e às minhas tias, pela fartura. Aos meus avós, pelo chão e pela coragem sertaneja. À minha tia, irmã da mãe, pelo sustento e pelo amor incondicional. À minha mãe, pela proteção de todos os dias e pelas histórias de dormir – e de rir – que me ensinam a caminhar e a escrever o mundo.

Por fim, e mais importante de tudo, agradeço às minhas amigas e aos meus amigos que vivem no *cerrado* mineiro. Pessoas que generosamente compartilharam comigo alimentos, água, casas, parentes, fogueiras, pensamentos, o dia a dia. Ensinarão-me rezas, girar na folia, andar pelos caminhos com referência nos pés de frutas, olhar *pro chão pra não tomar picada de cobra*, comer farofa de jiló. Mostraram-me como se *trata bicho*, como se vive na relação com os *projetos* e com a terra. Levaram-me para pescar no rio, para tomar café com rapadura na feira, para dançar forró até o dia amanhecer. Contaram-me do *cerrado de primeiro* e riram nas vezes que me emocionei em ver os bandos de araras vermelhas e azuis a cortar o céu. Nunca será suficiente agradecer a imensa alegria que foi junto a essas pessoas *conhecer o cerrado!*

Sou grata às mulheres de Santa Fé, em especial, Luzia, Claudiene, Silvânia e D. Anália, as duas últimas grandes artistas de palha e retalho. As duas primeiras, conhecedoras de argila e suas cores. Agradeço também o forte apoio de Totoca. Assim como o de Marcos, em Uruana de Minas e das queridas Heni, Zilma, Regislene, Luana, D. Zinha e família, D. Hilda e a pequena Manu.

Fortes agradecimentos dedico a D. Zina, Consa, Eva e Lorena. Bem como a Zé Aparecido, Juninho, Eder, Bruno, César, Beralduino e Elton. Estendo também a Zeli, Cida, Rauene, Raysa e ao saudoso *compadre* Raulino (em memória). A Neusali, Elidivina, Miris, Lú, Maria Alcina, D. Lourdes, Fatinha, Marly, Adeiva, Nice, Jacqueline, Maria Vitória, Eliana, Edina, Teresa, Rita, Antônia, Valéria, Dercila, Geralda, Wanda, Marta, Zânia, Claudia e Emília. Aos amigos Salvador, Tião, Padre Milson, Pedro do abrigo, S. Tiãozinho e D. dos Reis, D. Maria da pensão. Aproveito ainda para agradecer o apoio da prefeitura de Natalândia para a realização da pesquisa: Gê e Paulo Sérgio, prefeito e vice-prefeito; Eliana, Marília e Patrícia, no CRAS; na Secretaria de Agricultura, Moacir; na de

Obras, Nailton; na de Cultura, José Carlos. Em Uruana de Minas, um forte agradecimento devo às mulheres da Secretaria de Cultura, Ivone e Leidy. Às irmãs Dionete e Monique, da Copabase e da Central Veredas, respectivamente. Sou grata ainda a Tallula, Dominique, Alessandra, Cristina, Aldo, Xandinho, Davi, Adilvano e Warlei pela recepção generosa em Arinos. Bem como à Luciana em Unai, Igor e Ivonete da AMNOR (Associação dos municípios do Noroeste de Minas) em Paracatu.

Um forte agradecimento dedico a Maria de Arco Verde, por compartilhar comigo sua casa e sua trajetória inspiradora durante os dias na AGRIMINAS em Belo Horizonte. E também a Chico Gaya, de João Pinheiro, que me levou ao encontro com *as mulheres do noroeste*.

Pelas histórias mais lindas que ouvi, agradeço D. Maria José bordadeira, D. Vani, D. Fiinha, D. Nazaré (em memória). A D. Clara, pelo exemplo de fortaleza. A D. Marisa e S. Paulo, pelo ensinamento da parceria no trabalho. Aos pequenos Enzo e Davi, pelas tentativas de me ensinarem a andar no *Baião* – o cavalo –, e aos seus avós tão queridos, D. Cleide e S. Silvino, pelo abrigo e pela inspiração da luta. D. Nadir, S. Zé Milton e Maria, pela casa acolhedora, pelo aprendizado com as abelhas, pelo doce de mamão verde. D. Benilda, S. Zé, Marcilene, Mirlene e Fabinho, pelos ensinamentos em fazer rapadura, alegria e fartura.

A Elza, Zé e Arthur, por me receberem com tanto carinho em seus lares na chapada e na cidade. A D. Vanilde e S. Cirilo, pelo amor por Neide (tanto!) que sobrava até para mim. A Emily, Lucas e Matheus – os amores maiores de Neide –, agradeço a companhia por vezes silenciosa, mas sempre muito presente.

Os meus mais sinceros agradecimentos à família que Simone também fez minha no *cerrado*: D. Augustinha, Leide, Lene, Mocinha, Maria, Regiane, Roberta, Larissa, Thiago, Zé, Gabriel, Hélcio, Tio Ismael, Elismar, S. Nêgo (em memória). Junto a Miriam, a *maninha*, Valdison, Natanael, Bruna – minha linda amiga escritora de cartas –, os queridos Matheus e Neneco. Muito, muito obrigada pelo abrigo na cidade, na roça, nas noites à beira do rio.

À Lara, minha grande parceira nas andanças pelo *cerrado*. Dedico um agradecimento especial a ela que prontamente dividiu comigo o quarto, um espaço no guarda-roupa, o carinho de sua mãe (muito embora não me pareça suficiente agradecer alguém que divide a mãe com a gente!).

Assim como não sei se é possível agradecer aquelas que, além de oferecerem proteção, alimento, parentes e lar, não me deixaram um dia sequer sozinha pelo *cerrado*. Por isso, mas não só, esta tese deve muito a Simone Amorim, Maria Antônia Nogueira e Neide França de Almeida (em memória). Com extrema admiração, agradeço o privilégio do aprendizado junto a essas mulheres. Por terem segurado a minha mão no mato, na beira de rio, no sindicato. Por terem me guiado pelas veredas, pelos *projetos*, pelas histórias. Por tão generosamente compartilharem comigo as lutas, os saberes, as amizades, as cores no *cerrado*.

Como me alegrava ouvir o povo agradecer por ali, *quando vocês casarem eu danço!*

RESUMO

Esta tese apresenta uma etnografia do *cerrado* junto às mulheres no sertão das veredas, localidade geograficamente situada no noroeste do estado de Minas Gerais. Andar, conhecer e escrever o *cerrado* junto às *mexidas* de mulheres foi a tarefa enfrentada neste trabalho que, como fio condutor, empresta a locução *reparar as cores* – uma expressão utilizada no sertão mineiro a tornar sensível variadas formas de expressão dos cerrados –, a fim de fazer do texto também um lugar onde, através da cor, a variação experienciada durante a pesquisa etnográfica se expresse. Dessa forma, e sobretudo atenta às práticas ordinárias e às relações cotidianas, esta tese versa sobre os contrastes entre a “pobreza do desenvolvimento” e a *riqueza no cerrado*. Sobre as tonalidades do tempo e da fartura, a partir de experiências coletivas de organização da economia. Também sobre os matizes das adesões aos *projetos*, suas ordinárias diferenças avessas às quantificações pecuniárias. Ainda, sobre as composições de formação de preços, tal como o fazem as pessoas em transações econômicas bastantes singulares. Versa, finalmente, sobre as cores dos pigmentos que, diante de experiências vividas em meio às transformações da terra, das águas, dos ventos, das flores, da paisagem, pintam uma imagem contra o *secamento do tempo no cerrado*.

Palavras-chave: etnografia; mulheres; cerrado; antropologia econômica; antropologia política

ABSTRACT

This thesis presents an ethnography of the *cerrado* with the women who live in the sertão das veredas, geographically located in the northwest of Minas Gerais state (Brazil). Walking, knowing, and writing the *cerrado* together with the women's *mexidas* is the main task of this work. Its main argument follows the idea of *reparar as cores* [repairing the *cerrado* colors], an expression often used in the sertão das veredas that express the variety of forms found in the colors of the landscape. This thesis is attentive to the ordinary practice, to everyday relations among rural women and the contrasts between the poverty of development and the *riqueza* [wealth] in the *cerrado*. It is about the relation of time and the abundance that comes from the variety of collective practices of economic organization. Likewise, it focus on the nuances of the women's adherence to development projects, and the way they create difference and wealth, in contrast to the pecuniary quantification of the *cerrado*. It also discusses the various ways people establish prices in very particular economic transactions. Finally, it deals with the color of pigmentations that, in face of lived experiences amid the transformations of the land, the waters, the wind, the flowers, the landscape, paint an image against the *secamento do tempo* [the drying of time] in the *cerrado*.

Keywords: ethnography; women; cerrado; economic anthropology; political anthropology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: <i>Você tem fé? Escrever os cerrados</i>	13
I. <i>As mexidas das mulheres</i>	22
II. <i>As mexidas da tese</i>	30
III. <i>Um breve enredo da pesquisa de campo</i>	35
IV. <i>Escrever capítulos</i>	47
1. Vou rompendo. Pobreza do desenvolvimento, riqueza no cerrado	52
1.1 <i>Linhas do desenvolvimento: suturar no cerrado</i>	60
1.2 <i>Fiar no cerrado, tecer riquezas</i>	73
2. Pra roda girar. Tempo e fartura no cerrado	88
2.1 <i>Matamos uma vaca e ficamos com uma banda: girar e fazer fartura</i>	93
2.2 <i>Não se abraça a vaca antes de sair do atoleiro: prazo para voltar redondo</i>	101
3. O dinheiro tudo junto, reunido. Projetos no cerrado	110
3.1 <i>A gente não tinha condição</i>	116
3.2 <i>Louca, nada! Louco é a precisão!</i>	122
3.3 <i>Inventar na terra: a mágica de transformar uma folha de manga em cor</i>	128
4. Não ser escrava do sistema. Preços no cerrado	135
4.1 <i>Preço que não vale a pena</i>	143
4.2 <i>Preço alto demais</i>	146
4.3 <i>Preço contra o sistema</i>	150
5. De primeiro. Transformações na paisagem no cerrado	155
5.1 <i>Secamento do tempo</i>	161
5.2 <i>Se abreviar</i>	171
5.3 <i>Conhecer o cerrado</i>	177
DESENLACE: <i>cores no cerrado</i>	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

***Você tem fé?**
escrever os cerrados*

*Você tem fé?*¹, perguntou-me Simone às vésperas da caminhada de Santo Antônio ao saber de meu receio em percorrer a pé os mais de cinquenta quilômetros *pelo cerrado*. *Pela mata fechada, entre as árvores torcidas, pelas veredas, pelo rio, pela cachoeira, entre o capim mais alto do que uma pessoa, pelas fazendas, chapadas e chapadões, pela estrada de chão*, descreveu-me brevemente minha amiga o itinerário de cumprimento da promessa feita ao Santo, momentos antes de me ouvir dizer que achava que não daria conta de andar todo o caminho em apenas uma noite. Disse a ela que talvez fosse melhor que eu ficasse em casa junto à Lara, sua filha mais nova, e aguisse as plantas pela manhã – como ela gostava de fazer todos os dias.

A breve descrição de Simone sobre o espaço a ser percorrido em devoção a Santo Antônio logo desponta algumas pistas sobre os diferentes usos e significados que o povo que vive no noroeste de Minas Gerais, lugar onde realizei pesquisa de campo por quase dezoito meses – como será detalhado à frente –, conferia ao termo ‘cerrado’. ‘Cerrado’ como sinônimo de vegetação nativa, *mata fechada e árvores retorcidas*; berço e nascente de águas doces, córregos, ribeirões, *veredas e rios*; planalto de cultivo monocultor, produção de cereais e formação de pastagens, *fazendas e estradas*; ‘cerrado’ como sinônimo de paisagem, relevo, o cerradão, *as chapadas, os chapadões*.

¹ Utilizo a grafia em itálico para transcrever falas, frases e termos das mulheres e de outros colaboradores da pesquisa etnográfica. Optei por deixar as transcrições das falas advindas do trabalho de campo na mesma fonte e espaçamento dominante no texto para fazer com que a escrita produza uma imagem junto e não sobre elas. As citações bibliográficas diretas e as falas de pessoas que não são moradoras do *cerrado* mineiro, estão indicadas pelo uso de aspas duplas quando compostas de até três linhas, e destacadas, com fonte e espaçamentos reduzidos, quando tiverem mais de três linhas. Aspas simples são usadas para citações indiretas. Adianto também que as epígrafes estão grafadas em cinza para diferenciar dos textos poéticos que possam vir a compor os argumentos da tese (cinza, porque é a cor que indica que está *bonito para chover*). Comunico, ainda, que parte dos nomes mencionados no decorrer deste trabalho são fictícios, de modo a atender aos pedidos de anonimato em transcrições de algumas das histórias relatadas. Não obstante, alguns são verdadeiros, atenta aos desejos daqueles que disseram querer ver seus nomes grafados no texto. Por último, mas não menos importante, informo que será preservado a sintaxe local, sobretudo nas transcrições do material gravado. Influenciada por teóricas, pensadoras e escritoras como Lélia Gonzalez ([1983] 2020), bell hooks ([1994] 2008) e Zora Hurston ([1937] 2021), a intenção é mostrar como as pessoas se apropriam da língua portuguesa de maneira diversa e, sendo assim, não há correções a serem feitas.

Andar, conhecer e escrever o *cerrado* junto às mulheres que vivem no sertão das veredas foi a principal tarefa enfrentada nesta tese que, adianto brevemente, tem como fio condutor a proposição *reparar as cores*, uma frase repetida e insistida, sobretudo por Neide, que tornava sensível variadas formas de expressão do ‘cerrado’. Logo, empresto a locução como um procedimento etnográfico, com a intenção de fazer do texto também um lugar onde, através da cor – de seus coloridos pigmentos, contrastes, tonalidades, matizes e composições –, a variação experienciada no ‘cerrado’ se expresse².

Reparar as cores, como uma proposição analítica, também pode ser entendida como uma “mola da escrita etnográfica”, como ressalta Tania Stolze Lima (2013: 22), recuperando Marilyn Strathern (2014), sobre o encontro entre o “momento etnográfico” e a “imersão”, isto é, acerca das relações ambivalentes que resultam do envolvimento no trabalho de campo e do que se é capaz de recriar com a escrita. Um movimento analítico que neste trabalho não se dissocia do intento em “descrever as práticas de conhecimento envolvidas nessas reflexões [os materiais provenientes da pesquisa de campo] e que resultam em uma singular produção e concepção de mundo”, como sublinha Karina Biondi (2018: 35) ao propor uma antropologia imanentista de construções nativas de transcendência.³

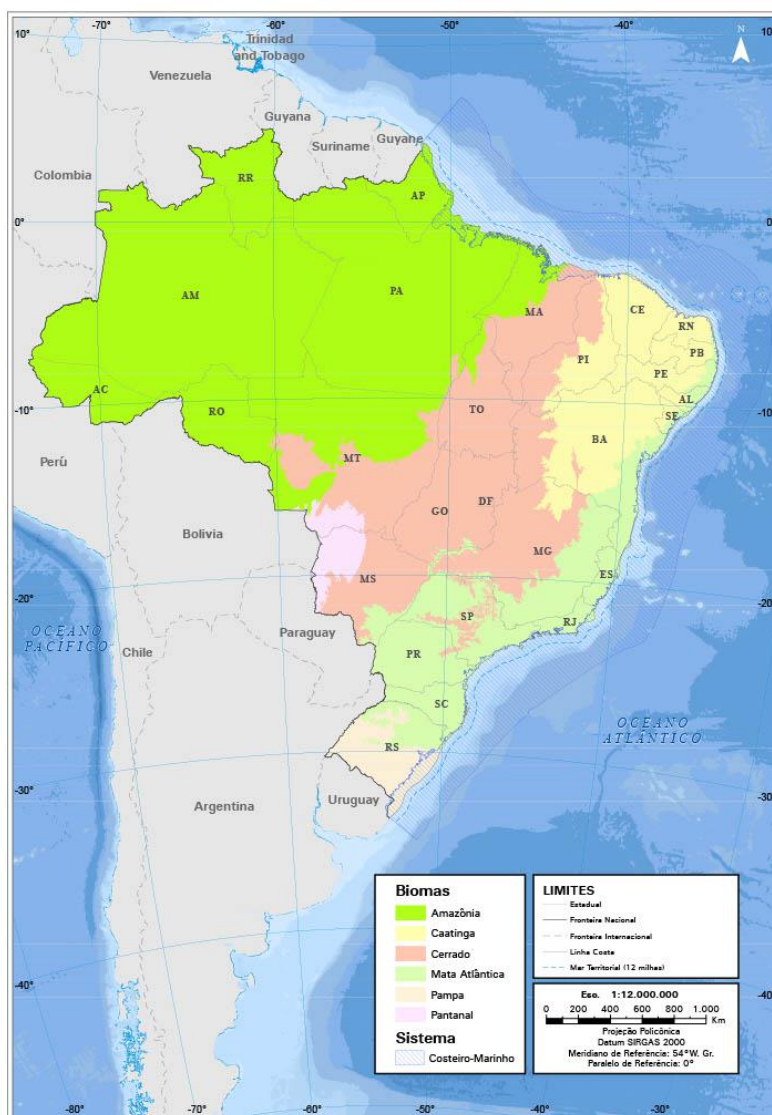
Atenta às diferentes expressões do ‘cerrado’, portanto, destaco que quando a referência não for especificamente ao lugar onde vivem as pessoas cujos saberes e ações inspiram as linhas deste trabalho, modo que estará grafado em itálico, a nomenclatura

² Diversas etnografias foram realizadas no espaço geográfico atribuído ao bioma cerrado, ainda que não o tivessem como foco central dos esforços de pesquisa. Ver, por exemplo, Andriolli (2011), Carneiro (2015), Borges (2003), Dainese (2011), Guedes (2011), Novaes (2018), Nogueira (2009), Pereira (2011), Perutti (2015), Pinheiro (2017);

³ Ver ainda Biondi (2010).

poderá ser usada no plural, ‘cerrados’. Dessa maneira, através da grafia, desejo lembrar constantemente o potencial variado de seus usos e sentidos.

Diante disso, retomo a dizer que entre as pessoas no sertão das veredas (outro modo de se referir à região onde realizei pesquisa de campo), meio ambiente era também um sentido atribuído ao ‘cerrado’, por vezes sinônimo de bioma, tal qual formulado pelos saberes contidos nos mapeamentos oficiais que, no caso ilustrado abaixo, confere a cor rosa à porção atribuída ao ‘cerrado’:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ano: 2019.

É verdade que, por vezes, uma alteração no espaço e no tempo era marcada a fim de garantir equivalência a esses termos – ‘cerrado’ e meio ambiente –, como certa vez ficou evidente no comentário de uma antiga moradora da região: *difícil é ver um [tamanduá] bandeira depois que o cerrado virou meio ambiente... um veado... Agora só tem é gado, antes era diferente*. Em outra ocasião, um morador levantou a questão:

- Agora que o cerrado é meio ambiente não pode mais caçar. Chegou o florestal [a polícia florestal] aqui e, se pegar com caça, leva preso. Diz que os bichos estão acabando, por isso não pode caçar. Pra você ver.... derrubar o cerrado para fazer pasto, eles acham que não acaba, não? E o florestal não leva ninguém preso por isso.

Além de ser entendido como meio ambiente, não era incomum aproximações entre o ‘cerrado’ e a formação social, cultural e histórica dos povos habitantes da porção noroeste de Minas Gerais, bem como da porção norte do estado, decorrentes da literatura, referenciadas quase que unanimemente a partir da obra de João Guimarães Rosa⁴. *Viver é muito perigoso*, quase sempre éramos avisados ao entrar nas casas no sertão mineiro, que tinham em destaque a famosa frase do autor no móvel principal da sala, junto aos santos, às orações e às fotos de família, como se pode exemplificar com o retrato abaixo:

⁴ Sobre esse encontro entre literatura Roseana e os habitantes do noroeste e do norte mineiro ver Rosa Amélia Silva (2014) e Batista et al (2008).



Acervo pessoal. Setembro de 2017.

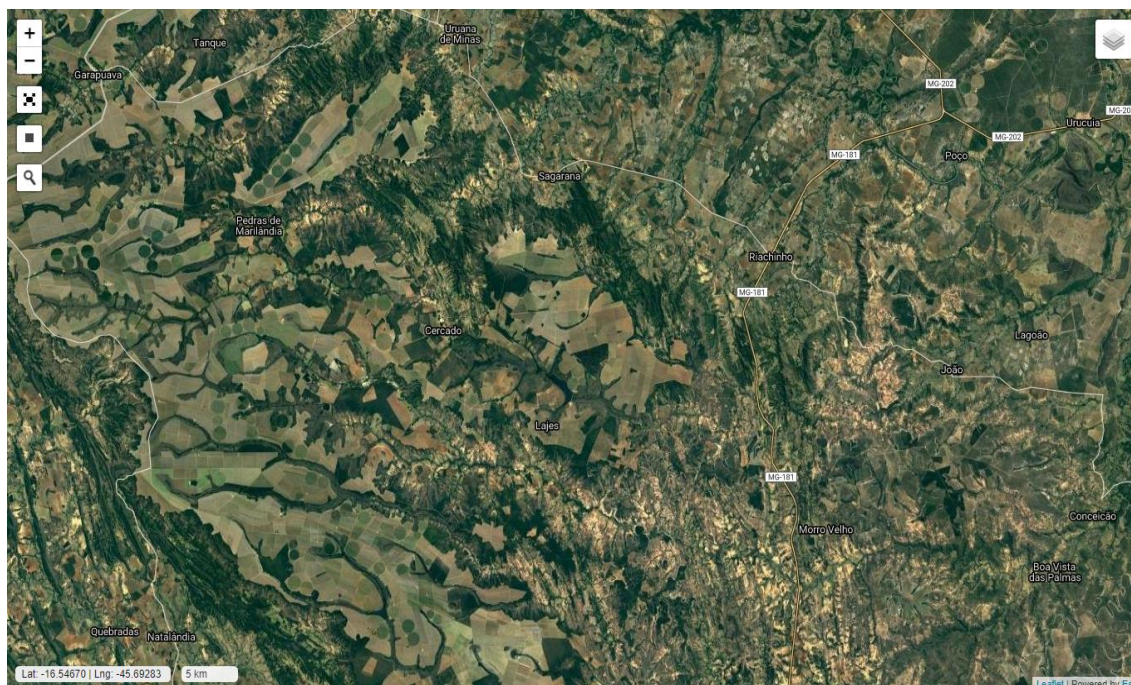
Raro também não era que se guardasse alguns livros do autor empoeirados na estante ou dentro de cabaças. Juntamente às cartilhas dos chamados “projetos culturais” que, entre outras coisas, intencionavam fazer do ‘cerrado’ memória, expressa em terminologias como *Sertão Veredas*, *Grande Sertão Veredas*, *Sertão Urucuiano*, *Vale do Urucuia*. Ainda não era incomum se avistar as pessoas vestirem camisetas com referência à obra de Guimarães Rosa, usarem uma bolsa, ou mesmo chamar Sagarana uma égua querida ao agrupamento familiar.

Acredito já ser possível perceber que diferenças eram postas quando o termo ‘cerrado’ era enunciado. Ênfase, entretanto, que tais diferenças não se encerravam nas acima mencionadas. Entrar nos cerrados junto às mulheres rurais, artesãs, sem-terra, mães, extrativistas, pescadoras, fiandeiras, assentadas da reforma agrária, como o fiz durante os meses de pesquisa de campo e, agora, o faço descritivamente nesta tese, diz ainda de suas árvores e de suas raízes profundas. De suas vegetações rasteiras, dos capins,

da produção agrícola, do agronegócio (cf. Oliveira e Bühler 2016; Pompéia 2018). Diz de mercado, riquezas, gentes, terra, pássaros, flores e frutos característicos (ver, por exemplo, Barbosa 1995). Diz dos reservatórios de água doce que ali nascem e se distribuem pelos rios que cortam a região. Região também chamada de “cumieira do Brasil” (ver Vasconcelos 1977, Barbosa 1995; Ribeiro 2002), por seus mananciais de água, córregos, rios, mas, sobretudo, pelas águas que juntam em seu subsolo.

Águas, cujas ausências fazem do ‘cerrado’ seca. E ‘cerrado’ que ainda é caracterizado pelo fogo que o conserva, mas que também o destrói (ver Saint-Hilaire 1975; Eschwege 1996;).

Chama-se ‘cerrado’ os terrenos em formatos geométricos destinados ao cultivo monocultor, os denominados polígonos do agronegócio, como podemos observar a partir das imagens de satélites:



Fonte: Google Earth (busca realizada em novembro de 2021).

Tudo o que vemos em formato geométrico, em variados tons de verde na imagem acima, é chamado ‘cerrado’, e, nesse sentido, referência latitudinal aos projetos de “transferência de tecnologia”, como bem mostra Vanessa Perin (2021) sobre o ProSavana. Um programa de “cooperação técnica para o desenvolvimento agrícola” em Moçambique, cujos “primeiros movimentos foram de ressaltar as semelhanças entre a região do Cerrado e o Corredor de Nacala, (...) caracterizado pela ‘escassez de alimentos e pobreza’ em uma região climática de mesma latitude que o Cerrado” (: 121), descreve a autora.

‘Cerrado’ também é referido como *hotspot* global de conservação, ou seja, considerado internacionalmente uma área que deveria ser priorizada no que diz respeito à “conservação ambiental” (ver Myers et al., 2000). Muito embora o cerrado-bioma, o sentido que se confere à noção quando definido como *hotspot* global, não seja sequer considerado Patrimônio Nacional, como o são os demais a exceção também da caatinga.

Finalmente, e como se verá com mais detalhes nas linhas subsequentes, a nomenclatura ‘cerrado’ diz de cura, através do conhecimento de suas plantas, raízes, cascas e arbustos; de nutrição, no cultivo das roças, das hortas, na pesca, na colheita de frutos nativos, no criar *menino* e *bicho*. ‘Cerrado’ diz do reconhecimento dos ciclos, das chuvas, das floradas, do manejo do mato, dos ventos, das cores; fala ainda dos corpos, da vista que alcança os ipês logo nas primeiras horas do dia, dos ouvidos que de longe escutam as araras nos buritizais, dos pés que sentem a terra úmida no tempo das águas, da garganta que sente a poeira seca, das mãos que colhem as ervas para *remédio da manhã*: uma mistura de salsa, hortelã, limão e água que de *costume* se tomava em jejum. Este é o *cerrado* das *mexidas* diárias, da vida cotidiana, aquele do qual a vida das pessoas que ali vivem depende para existir.

Entender o *cerrado* como cura, nutrição, experiência, corpo, vida cotidiana e suas relações sensíveis, ou, ainda, o *cerrado* em suas *mexidas*, o *cerrado* em ato, nesta tese, se expressa também através da proposição *reparar as cores*. Um procedimento de escrita que irá se atentar aos contrastes entre “pobreza do desenvolvimento” e *riqueza no cerrado*, como se verá no primeiro capítulo; às tonalidades do tempo nas giras das farturas, demonstradas no segundo capítulo; aos matizes, às ordinárias diferenças produzidas nas relações com os *projetos*, abordados no capítulo três; às composições na formação de preços, como descrito no capítulo quatro; e, finalmente, ao colorido das pigmentações que, no capítulo cinco, contam das modificações na paisagem dos cerrados.

Voltarei mais detidamente à descrição dos capítulos na última parte da introdução – em *Escrever capítulos*. Antes, contudo, apresento três breves textos que foram escritos em distintas fases do doutorado. O mais recente, *A mexida das mulheres*, escrito no final de 2021, e os dois subsequentes, *As mexidas da tese* e *Um breve enredo da pesquisa de campo*, escritos entre os anos de 2018 e 2019. Comunico que eles compõem a introdução com a intenção de tornar conhecido o percurso metodológico que esta pesquisa enfrentou. Assinalo ainda que os textos permanecem como em suas redações originais, de modo a fazer manifesto as modificações na própria escrita do trabalho. E, com isso, acentuar que elas foram cruciais para a forma que esta tese tomou.

Finalmente, e para fechar esta primeira parte da introdução, retomo que *reparar as cores* como uma proposição etnográfica é um procedimento indissociável às *mexidas das mulheres*, como com mais detalhes será abordado à frente.

I - A mexida das mulheres

Passei para a cozinha sem responder prontamente à pergunta de Simone sobre ter fé. Ela permaneceu no terreiro amassando as petas que levaria para a merenda durante a caminhada em agradecimento a Santo Antônio. As petas eram os biscoitos feitos com polvilho, ovos, gordura, água e sal. Tratava-se de biscoitos bastante comuns no noroeste do estado de Minas Gerais, bem como em regiões vizinhas, como do outro lado do rio São Francisco, no norte de Minas. No estado de Goiás, sua fronteira oeste. E no sudoeste da Bahia. Além das petas, para a caminhada, Simone havia se comprometido em levar bolo de fubá, rapadura e bananas. Outras pessoas levariam farofa de carne, pão de queijo, outros tipos de biscoitos e bolos, mais bananas. Todas e todos levariam água.

Na cozinha, espiei um dos bolos que assava no forno, mas ainda não parecia pronto. Retornei ao terreiro e me sentei à mesa onde Simone erguia alto a massa das petas e a devolvia forte à vasilha de alumínio, em movimentos ligeiros e repetidos. Não pude deixar de rir depois de ouvir sua risada, segundo ela, decorrente de minha cara de espanto com a surra que a massa levava. Há mais de um ano fazia pesquisa de campo e ainda me espantava a força que das mulheres exigiam as massas para que se chegasse ao ponto.

Aproveitei o momento descontraído e alegre para responder à sua pergunta. Achava que tinha fé, disse sem muita certeza do que afirmava. Antes que ela deixasse de me olhar atenta, ressalttei que há meses frequentava as missas. Todas às quartas e aos domingos, quando não, aos sábados. Ocasões em que havia aprendido muitas das orações até então desconhecidas. Mencionei os aprendizados com os giros das folhas. A presença nas caminhadas junto aos foliões, a preparação das comidas junto às mulheres, os ensinamentos dos cantos e dos instrumentos, a benção da bandeira. Também tinha aprendido a rezar o terço nas giras das santas, em especial, a Nossa Senhora de Aparecida e a Nossa Senhora Rosa Mística, às quintas-feiras pelas casas na comunidade. É verdade

que sem conseguir decorar os mistérios e as histórias de salvação, declamados entre um ‘pai nosso’ e as dez ‘ave marias’, admiti. Mas já sabia como rezar o terço e o rezava em voz alta no círculo formado entre as amigas e as vizinhas em oração. E mais, sem receio de errar as contas, embora errasse vez ou outra. Por fim, lembrei à Simone de que já havia trazido a santa para casa, e, em consequência, a reza, um par de vezes. Isso acontecia com quem segurava a flor na última ‘ave maria’ rezada no terço, uma rosa vermelha que era passada de mão em mão, a cada oração ofertada à Virgem Maria. ‘É um sinal de que eu tenho fé, não é?’, devolvi a pergunta.

Simone ficou quieta por alguns instantes, concentrada em moldar as petas que iriam para o forno em seguida. Balançou a cabeça negativamente e, com humor, disse: *Óia o tipo dela! Vai banhar enquanto está cedo e não faz frio demais. Coloca roupa quente que a madrugada vai ser fria no cerrado!*

A expressão *óia o tipo* era frequentemente utilizada para sobressaltar um enunciado considerado presunçoso, que mostrava confiança, um tanto exagerada, sobre algum assunto ou sobre si mesmo. Não obstante, mais do que atribuir um julgamento negativo ao ato ou à fala, que em outras circunstâncias poderiam ser consideradas *amostradas*, a expressão *óia o tipo* conferia graça e humor ao acontecimento, fosse locutório ou performático.

Tornar evidente os atos e as narrativas através do *tipo*, ainda era comum que se fizesse através de expressões, como: *não tem tipo*, *sem tipo*, *tipo ruim*, igualmente recorrentes no noroeste mineiro. Nessas formulações, desejava-se chamar a atenção ao aspecto da pessoa. Ou, dito de melhor maneira, buscava-se destacar a ausência do que se considerava bons atributos na constituição da pessoa.

De qualquer maneira, interessa mesmo ao argumento aqui proposto um outro modo como se comumente salientava o *tipo* no sertão das veredas, o *criar tipo*. A expressão *criar tipo* sobressaltava não formulações presunçosas, como *óia o tipo*, nem que chamavam a atenção ao aspecto da pessoa, como *sem tipo*, *não tem tipo* e *tipo ruim*. Diversamente, *criar tipo* exigia dos enunciados, fossem performáticos ou locutórios, reflexões críticas, atos de mudança, desvio de direções.

Em detalhes, era com bastante frequência que se ouvia a locução *criar tipo* no noroeste mineiro. Certo dia, por exemplo, uma mãe se deparou com notas ruins no boletim do filho e disse: *Cria tipo, menino. Vai estudar! Queria eu ter tido a oportunidade que você tem agora*. Outra vez, em uma conversa com uma garota que havia desistido de uma bolsa de estudos em uma faculdade em Brasília para se casar com namorado de infância que não aceitava o relacionamento à distância, orientaram algumas mulheres: *cria tipo, sá! Vai para Brasília que ficar garrada em homem não dá futuro*.

Creio que com esses breves exemplos, já seja possível ilustrar que a expressão *criar tipo* aparecia como uma espécie de impulso, um estímulo a se pensar de outro jeito, a se fazer diferente do que se fez ou a dizer algo alternativo ao que se disse, o que estava diretamente relacionado aos movimentos, às conexões, aos compartilhamentos diários feitos no *cerrado*, às suas *mexidas* cotidianas. *Mexidas* estas que, como se verá no decorrer desta tese, estavam atentas às ambivalências e às inconstâncias dos dias, bem como abertas às necessidades de se imprimir outros movimentos a tornar o mais favorável possível a vida – *criar tipo*.

Considero, dessa forma, que por meio da expressão *criar tipo* se pode fazer uma boa imagem para ilustrar a *mexida* das mulheres no sertão das veredas. Conceito com o qual faço uma torção, inspirada nos troncos retorcidos das árvores nos cerrados, e envolvo as *mexidas* de uma certa literatura feminista. Literatura intencionada também em pensar

de outro jeito, em fazer diferente de modelos há muito consolidados e atentas ao protagonismo de mulheres, seja em lutas cotidianas; ativistas e emancipatórias – críticas às estruturas racistas, patriarcais e à opressão de classe; ambientais e anticapitalistas.

Uma literatura atenta, ainda, às particularidades procedimentais da escrita, ao propor, por exemplo, que se tornem evidentes as diferenças conceituais provenientes da pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfica. “Falar junto” e não “dar voz” ou mesmo salientar que se fala a partir de uma “perspectiva nativa”, como sublinha Catarina Morawska (2017: 239), não sem deixar de lembrar as contribuições Spivak (2010) para esse debate. Morawska toma de empréstimo um procedimento textual incentivado por Strathern (2011) de produzir “bifurcações”, um “empreendimento comparativo” que preserva as especificidades dos conceitos nativos e dos conceitos antropológicos, mas que através do encontro é capaz de promover “novas aberturas, novas conexões”, (...) no “tempo emergente aberto pela escrita antropológica” (: 240).

Voltar a atenção para aquilo que se compõem nesses encontros, entre o material de campo e o material bibliográfico, responde a uma preocupação já antiga, como colocada por Jeanne Favret-Saada (1977) sobre os obstáculos da objetividade e da cientificidade no trabalho antropológico que, pensados a partir da perspectiva ativista, acadêmica e feminista, como incitada por Donna Haraway (1995), não necessariamente precisa renunciar aos termos da “ciência” para se fazer como uma proposta política⁵.

Com foco nos procedimentos de escrita, ressalto também a proposição metodológica de Lila Abu-Lughod (2020), que, através da “etnografia crítica”, faz com que acontecimentos ordinários desafiem preocupações antropológicas. Como bem enfatiza Maíra Vale (2018), a partir de seu trabalho com a espiritualidade afro-brasileira

⁵ Sobre esse assunto ver também Despret e Stengers (2011).

na cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano, uma escrita analítica “que não parte do pressuposto de que os dados etnográficos são materiais a serem coletados, mas sim, uma forma de viver e narrar o cotidiano que é construída na relação com as pessoas” (: 43).

Inspirada por essas literaturas, bem como pela ideia de *criar tipo*, adianto que a escrita desta tese se faz por meio de conexões muitas vezes improváveis entre imagens descritivas feitas a partir da experiência cotidiana junto às mulheres no sertão mineiro e imagens descritivas feitas a partir do estudo de produções de mulheres acadêmicas, escritoras e artistas. Nesse sentido, comunico que pouco se verificará no texto, ao menos em primeiro plano, revisões bibliográficas de filiação temática ou outras conexões evidentes.

Assim, andar, conhecer e escrever o *cerrado* junto às *mexidas* de mulheres se fará na sobreposição de imagens descritivas sobre os engajamentos políticos encorajados por mulheres que habitam diferentes mundos, em suas heterogeneidades, em meio a lutas diversas. Logo, se verá nas páginas subsequentes, um historiar dos cerrados, tal como narrado e experienciado localmente. E se poderá observar no movimento de contar e recontar histórias – sem o encadeamento cronológico de passado, presente, futuro –, desvios, contingências e eventualidades, onde as histórias oficiais sobre o ‘cerrado’ só trazem essencializações.

A ideia não é, por outro lado, essencializar o modo como o *cerrado* é contado no sertão mineiro. Por isso, baseio-me em eventos e narrativas muito particulares e variados. Por vezes, em situações contraditórias. Bem como nas possíveis brechas, nas pontas soltas com a intenção de conectá-las de outras formas e, com isso, escrever entendimentos diversos sobre o correr da vida no *cerrado*, sobre as transformações da paisagem, as alterações climáticas, a condução dos *projetos*, suas *giras* e suas *riquezas*.

Esforço que se aproxima daquele também feito pelos movimentos feministas, como ressalta Rosi Braidotti (2002), que nos chama a pensar de maneira diferente sobre a nossa condição histórica. Um projeto transformador, nos diz a autora, à medida que renuncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos, aqueles que padronizariam a visão da subjetividade humana (2002: 9). E que também padronizam a forma de historiar o mundo.

Não obstante, mesmo havendo uma aproximação procedimental sobre as narrativas de mulheres sobre o mundo, a aderência entre os movimentos feministas e a singularidade das *mexidas* no *cerrado* não podem ser tão facilmente supostas. No sertão mineiro, onde algumas mulheres se dizem feministas, outras se distanciam da terminologia. Outras ainda se reconhecem feministas, mas não sem marcar diferenças substanciais do que seria o imaginário mulher-feminista. No entanto, à medida que as *mexidas* das mulheres no *cerrado* inventam um modo particular de experimentar o mundo, como se verá nesta etnografia, ainda que não ancorada a uma perspectiva feminista no sentido ativista do termo, entendo ser possível aproximar essas lutas. Lutas de mulheres que no correr da vida no *cerrado* reinventam suas condições históricas.

Reforço o argumento a destacar que independentemente de ser (se autodenominar) feminista, ser mulher – no *cerrado* ou na academia, guardadas as suas devidas particularidades – é uma condição recalcitrante. E é desde esse lugar que esta etnografia é escrita. Do lugar de mulheres indignadas, perseverantes, posicionadas politicamente em lutas bastante diversas e singulares.

Sabemos que são as mulheres, espalhadas pelo mundo, que estão na vanguarda de defesa e construção de “novos comuns”, como argumenta Sylvia Federici (2020). E a defesa dos comuns não se faz alheia às práticas também comuns, coletivas e especulativas. É sobre isso que Fabiana Maizza (2020: 215) nos conta acerca do

“feminismo especulativo”, os escritos literários a respeito dos imaginários feministas do real, sobre a conformação de novos futuros descritos por escritoras da ficção científica, como Octavia Butler, Ursula Le Guin, Margaret Atwood.

Um argumento que, embora diverso, no que concerne à ação de mulheres na vanguarda de construção de comuns, tem aderência aos enunciados formulados pelo movimento ecofeminista que, como indicam novamente Maizza, agora junto a Suzane Vieira (2018):

Para autoras como Susan Griffin, Carolyn Merchant, Mary Daly, Maria Mies, Ariel Salleh, Val Plumwood, Vandana Shiva, Greta Gaard, Karen Warren, entre outras, um olhar mais atento desvendaria que a opressão das mulheres está vinculada à exploração da natureza, do meio ambiente e do ‘terceiro mundo’, em uma rede onde racismo, sexismo, classismo, colonialismo, especismo (ou antropocentrismo), e meio ambiente se conectam” (: 10).

Aproximar o projeto feminista de produção de comuns – as *mexidas* da literatura – à singularidade das *mexidas* das mulheres no *cerrado*, tem ainda como efeito lançar luz sobre aquilo que Lelia Gonzalez (1988; 1982) há tempos nos ensinava quanto ao lugar da mulher negra nas discussões sociológicas sobre a formação do Brasil. Nas palavras de Sueli Carneiro (2003):

(...) em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (: 118).

Diante dessas importantes considerações, entendo que a possibilidade de aproximar o procedimento feminista de produção dos comuns à vida cotidiana no *cerrado*, só se faz na presença de autoras negras que, como nos ensina Djamila Ribeiro (2018) através de sua denúncia sobre a invisibilidade das mulheres negras nas teorias

feministas, é urgente que possamos aprender com Grada Kilomba e sua proposta de insurgência das vozes negras, caladas e negligenciadas; com Chimamanda Ngozi Adichie, e sua ênfase na “importância de se pensar em estratégias para garantir histórias múltiplas” (: 18); com bell hooks, que nos inspira a pensar que há “lutas compartilhadas entre mulheres negras e brancas, como contra o sexismo. Que o pessoal não se sobrepõe ao político, mas é ponto de partida para ler criticamente a experiência de opressão das mulheres” (: 19). Como novamente destaco das reflexões de Carneiro (2003):

(...) grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardo as especificidades” (: 119).

Nesse sentido, soma-se ao coro as teóricas e as ativistas do feminismo decolonial, com suas formulações críticas ao imaginário ocidental de que há um único modo – universal e comum – para estar, experienciar e conhecer o mundo (ver, em especial, Oyewùmí 1997; Lugones 2008; Galindo 2011; Segato 2014; Aguiar 2015; Navarro 2015; Cusicanqui 2018).

Em síntese, desejo sublinhar que os feminismos – as reflexões e as ações atentas ao protagonismo de mulheres, na ciência, em lutas ambientais e anticapitalistas, suas derivações críticas às estruturas racistas, patriarcais e à opressão de classe – ao abordarem a questão da mulher, em suas singularidades, potencializam os estranhamentos, os quais nos levam necessariamente a refletir sobre os padrões de dominação do nosso mundo, ou melhor, dos diferentes mundos que compartilhamos.

O argumento aqui proposto não pretende reduzir as ações ou as abordagens analíticas que, decerto, são bastante variadas. Diferentemente, pretende isolar o que nelas

é possível apreender como “comum” e, junto a isso, exaltar o potencial político e desestabilizador de elaborar proposições analíticas desde uma perspectiva feminista ou, ainda, desde as *mexidas* de mulheres.

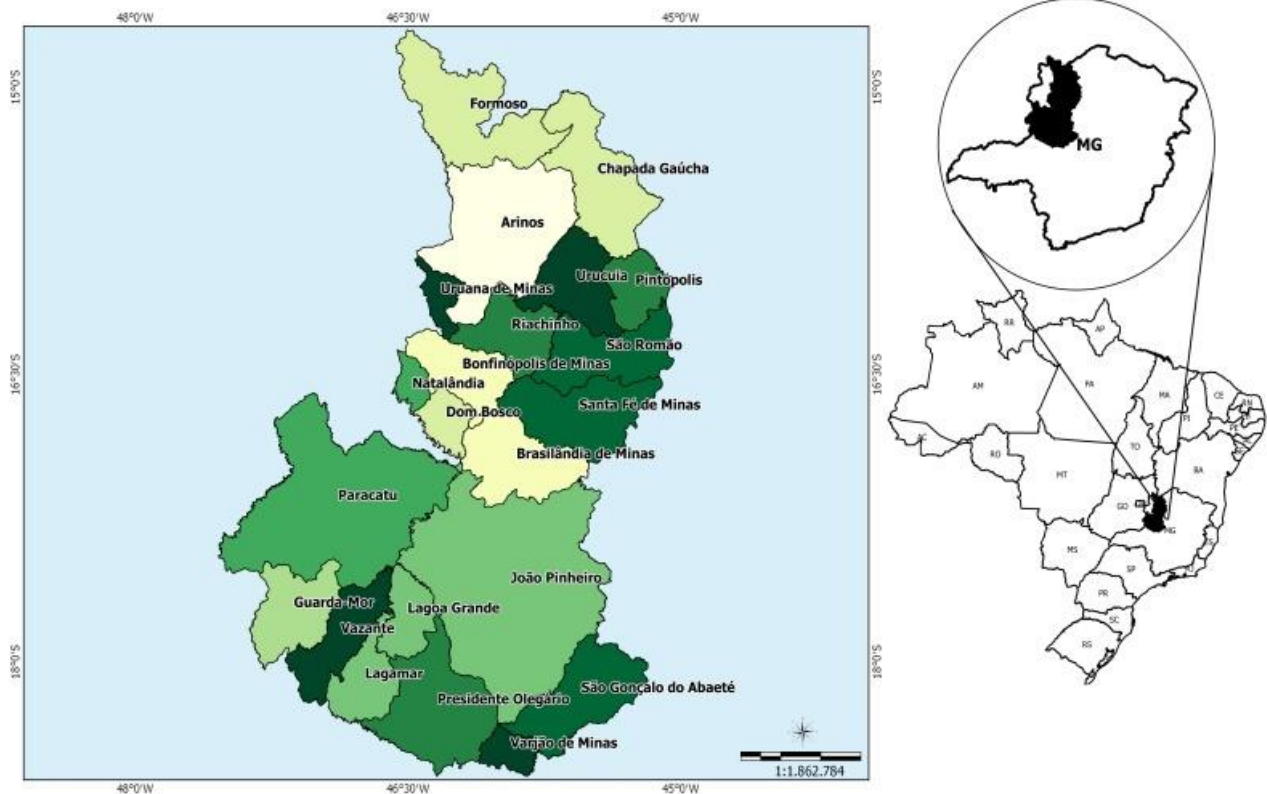
II - As *mexidas* da tese

O projeto de pesquisa inicial se propunha a etnografar a relação entre as pessoas habitantes do noroeste do estado de Minas Gerais e o programa federal Território da Cidadania. Mais especificamente, o Território Noroeste de Minas. Naquele momento, a proposta era tornar inteligíveis as singularidades das noções de ‘família’ e ‘mulher’ presentes, tanto nos planos da política pública, como na vida cotidiana no noroeste mineiro.

Para tanto, propunha-se realizar trabalho de campo no espaço definido como Território da Cidadania Noroeste de Minas – MG, em especial no município de Natalândia, onde moravam parte dos integrantes do colegiado territorial⁶ com quem primeiro estabeleci contato em pesquisa anterior⁷, pessoas que frequentemente se deslocavam entre as demais localidades circunscritas ao noroeste mineiro. O mapa a seguir ilustra o que a política pública delimitava como o território noroeste de Minas Gerais:

⁶ O colegiado territorial do Noroeste, também denominado conselho territorial, era formado por lideranças políticas locais, secretários municipais, dirigentes de sindicatos dos trabalhadores rurais e representantes da sociedade civil dos municípios circunscritos ao TC Noroeste.

⁷ Pesquisa realizada para a Fundação Carlos Chagas entre os anos de 2014 e 2015 em um projeto sobre a (in) documentação da mulher trabalhadora rural. A realização de trabalho de campo em municípios do Território da Cidadania Noroeste de Minas – MG foi parte de minhas atividades nesse projeto intitulado “Nova Organização Produtiva e Social da Agricultura Familiar Brasileira – Uma Necessidade”, coordenado pela Profa Dra Arlene Ricoldi (para mais ver Ricoldi 2017).



Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental/Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Março, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_063_Noroeste%20de%20Minas%20-%20MG.pdf (último acesso: fevereiro de 2022).

A política pública do Território, ou TC, como também era denominada, foi lançada em 2008 pelo governo brasileiro com o objetivo de centralizar, sob um mesmo programa, políticas públicas de assistência social e redistribuição de renda. Para sua efetivação, em primeiro momento, dividiu-se espacialmente o país em cento e vinte Territórios da Cidadania, os quais reuniam municípios considerados, segundo os termos da documentação oficial, abaixo da linha da pobreza (o que era medido pelos números do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e pelo Cadastro Único). Era variável, portanto, a quantidade de municípios que compunham cada Território.

Particularmente no caso do Território da Cidadania Noroeste de Minas – MG, sua composição reunia 22 municípios⁸ localizados no cerrado mineiro que somavam uma população de 313.495 habitantes, dos quais 82.938 viviam em áreas rurais (onde aproximadamente 28.215 eram considerados abaixo da linha de pobreza)⁹.

Em um segundo momento, para o funcionamento do programa Território da Cidadania, isto é, até o início do ano de 2016, 17 ministérios e 5 secretarias¹⁰ passaram a receber orçamentos específicos para a promoção de políticas públicas, de diferentes segmentos, a serem aplicados, em primeira instância, nos municípios integrantes aos TC demarcados pelo país. Ficou a cargo dos conselhos territoriais¹¹, no entanto, a elaboração de projetos com a solicitação de políticas públicas e sociais mais convenientes ao seu Território. Em virtude disso, a ação política do programa foi também denominada pelo governo federal de “política de baixo para cima”, visto que se propunha a efetivar as políticas públicas frente a uma demanda local específica, acordada em reuniões com a sociedade civil.

⁸A saber, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Urucuaia, Varjão de Minas e Vazante.

⁹Apesar de ocuparem uma considerável extensão territorial no noroeste do estado de Minas Gerais, verifica-se uma baixa densidade demográfica, aproximadamente 4 hab./km², de acordo com os números do IBGE e do Sistema de Informações Territoriais. Ser considerado “abaixo da linha da pobreza”, significava obter renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00, de acordo com os parâmetros elaborados pelo Programa de Erradicação da Pobreza. Esse dado especificamente acerca do Território Noroeste encontra-se no Relatório Analítico Final Noroeste de Minas elaborado pela CAI (Célula de Acompanhamento e Informação) em março de 2014.

¹⁰Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Agricultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de relações Institucionais. Importante ressaltar que muitos deles foram extintos em maio de 2016 pelo então presidente interino.

¹¹O colegiado territorial do Noroeste, também denominado conselho territorial, era formado por lideranças políticas locais, secretários municipais, dirigentes de sindicatos dos trabalhadores rurais e representantes da sociedade civil dos municípios circunscritos ao TC Noroeste de Minas – MG.

No caso do TC – Noroeste de Minas, serviu-se especialmente dessas políticas sociais com foco na família e na mulher. Assim, diante de tal evidência, de que o par família e mulher adquiriram tal destaque no programa TC – NO, a hipótese inicial era a de que se tratava de um par conceitual central para compreender a relação entre a população rural e a política pública sobre ela incidente. Isso na medida em que se verificava esse destaque em ao menos três instâncias: nas políticas públicas e sociais operadas por intermédio do programa TC Noroeste; nas reuniões, discussões e orientações realizadas nas localidades rurais, o que se tornava visível na presença impreterível das mulheres, em especial, em suas falas e suas ações nesse espaço de reuniões; e nos discursos e nas práticas cotidianas da população local, até onde pude constatar naquele momento, sobretudo concernente às mudanças na posição da mulher nas relações conjugais, nas casas e na agricultura familiar.

Pretendia-se, dessa forma, explorar: 1) os efeitos da centralização das políticas sociais na família, a partir da mulher, sobretudo quanto às possíveis transformações cotidianas: nas casas, na terra, nas reuniões e na agricultura familiar; 2) as singularidades de um programa político que se considera promotor de políticas públicas e sociais “de baixo para cima” e seus efeitos na vida cotidiana no cerrado mineiro; 3) os desdobramentos do protagonismo da mulher, ainda que recorrentemente associado à noção de família, para além dos espaços tidos como do universo doméstico; 4) as especificidades do contexto etnográfico à luz do debate que relaciona modelo “patriarcal” e “nação brasileira”; e 5) possíveis comparações com os dados etnográficos da literatura que aborda tanto o cerrado mineiro, quanto mais amplamente o universo rural.

Tal proposta de pesquisa ainda se fundamentava no fato de ter se tornado bastante comum a formulação de políticas sociais com incidência na família através da mulher,

como era o caso de outros programas brasileiros de transferências de renda.¹² Assim, tornou-se uma questão crucial à pesquisa proposta no início do doutorado se desdobrar sobre essas reflexões para, junto ao material de campo, descrever etnograficamente o acoplamento do par família-mulher que aparecia nas formulações de políticas públicas mais recentes no país¹³.

Entretanto, desde o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República em maio de 2016, o programa Território da Cidadania passou a sofrer alterações decorrentes do corte de alguns ministérios envolvidos em sua efetivação, sobretudo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essas transformações certamente afetaram o seu funcionamento e seus efeitos entre a população que vive no noroeste de Minas Gerais. Dessa forma, os objetivos desta pesquisa passaram a se ater a essas mudanças, em observar como as novas diretrizes de governo afetariam o programa político e os habitantes do noroeste mineiro. Bem como e, mais detalhadamente, seus impactos na família e na mulher, tanto na elaboração da política, como na vida cotidiana dessa população rural que habita o noroeste do estado de Minas Gerais.

Ainda com uma série de mudanças ocorrendo no país de impacto direto nos objetivos formulados pelo projeto de pesquisa inicial, considere que o cenário político se

¹² Ver Fonseca (2001) que se dedicou ao estudo do programa Renda Mínima, como retomarei mais detalhadamente à frente. Ansell (2014), que tratou do Programa Fome Zero em Passarinho, interior do Piauí. E Diniz (2007) que analisa três programas brasileiros de transferência de renda (Renda mínima, Bolsa família e Renda básica de cidadania). Também se dedicaram, de diferentes maneiras, à análise do Bolsa Família: Amaral e Monteiro (2013), Araújo (2015), Cacciamali, Tatei e Batista (2010), Campello e Neri (2013), Castro e Modesto (2010), Cavalcanti, Costa e Silva (2013), Eger e Damo (2014), Licio, Rennó e Castro (2009), Marins (2014), Melo e Duarte (2010), Pires (2013, 2012), Pires (2009), Ribeiro e Badue (2018), Rocha (2011), Rosinke (2011), Santos (2014), Soares e Sátyro (2010), Tavares e Pazello (2006). Às suas maneiras, essas contribuições são de extrema relevância para entendermos alguns dos efeitos da centralização das políticas sociais na família através da mulher.

¹³ Análises sobre o modo como a família se tornava um elemento central às políticas públicas de combate à pobreza pode ser visto em Fonseca (2001), Carvalho e Almeida (2003), Peixoto (2004). Bem como as críticas a esse modelo de centralização das políticas públicas na família, como fez Debert (2006). A autora aponta para o caráter inábil de ação da política em lidar com os problemas estruturais da sociedade ao se fazer o desvio através da família.

mostrava um profícuo momento etnográfico para explorar as questões elucidadas, já que as incertezas quanto ao modo de continuidade do programa Território da Cidadania e os impactos de um possível desmonte da política pública eram pautas de intensas reflexões entre a população local e os técnicos. Assim, nos anos que se seguiram, realizei pesquisa de campo durante um período total de quinze meses no noroeste mineiro. Oito meses consecutivos durante o ano de 2017, de março a novembro. E mais sete meses descontínuos no ano de 2018, três meses de abril a julho, dois de agosto a outubro e o mês de dezembro. Isso, somado aos meses realizados entre os anos 2014 e 2015 para a realização de pesquisa anterior. Destaco que trabalho de campo alterou de modo significativo os objetivos propostos no projeto de pesquisa. E, com a intenção de fazer manifesto tais modificações, sobretudo após a leitura dos capítulos, à frente transcrevo um relato corrido, um enredo, sobre o trabalho de campo. Desejo com ele também tornar conhecido o modo como as relações, os envolvimento com as pessoas durante a pesquisa de campo, foram tecidos.

III – Um breve enredo da pesquisa de campo

Foi caminhando no cerrado que a pesquisa etnográfica aconteceu. Digamos que de um modo bastante parecido com a maneira como minhas interlocutoras conduziam suas vidas cotidianas: a caminhar no mato, na gira das rezas, por seus projetos. No andar pela paisagem, entre suas folhas, seus frutos e suas cores, sua história.

Previa inicialmente a realização de trabalho de campo por um período total de doze meses, quando habitaria como sede fixa a cidade de Natalândia-MG. Escolha que decorreu, em primeiro lugar, pelo contato já estabelecido com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lideranças do movimento de mulheres, coordenadores dos projetos

sociais Veredas e secretários municipais em Natalândia, desde pesquisa anterior na localidade, como já mencionado. Todas essas pessoas eram membros do conselho territorial do Território da Cidadania Noroeste de Minas – MG e me ofereceram abrigo em suas casas durante a estadia para a realização de pesquisa de campo prevista para o doutorado. Em segundo lugar, porque Natalândia parecia um lugar estratégico para o deslocamento às demais localidades rurais, visto que cotidianamente membros do conselho do Território da Cidadania tinham compromissos junto aos residentes de outros municípios.

Como dito anteriormente, a primeira ida ao noroeste mineiro ocorreu ainda em 2014, em virtude do trabalho realizado para a Fundação Carlos Chagas sobre a (in)-documentação da mulher trabalhadora rural. Naquela oportunidade, dois dirigentes sindicais e suas famílias gentilmente me abrigaram em suas casas situadas em localidades rurais nos municípios de João Pinheiro e Natalândia. Em virtude da pesquisa que realizava naquele momento, circulei quase que diariamente pelas localidades rurais, inclusive, nos demais municípios circunscritos ao TC Noroeste, estabelecendo assim alguns contatos com a população e com as lideranças locais.

Um evento importante para a condução posterior de trabalho etnográfico foi a reunião do colegiado do Território da Cidadania do Noroeste de Minas, realizada no município de Arinos, a qual participei a convite de Chico Gaia, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro, uma das pessoas que acompanhou e auxiliou fortemente a pesquisa que realizava à Fundação Carlos Chagas. Em Arinos, durante a reunião, tive a oportunidade de conhecer dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de quase todos os municípios que integravam o TC – Noroeste. Conheci também lideranças do Movimento de Mulheres, vereadoras e vereadores, Secretários e Secretárias da Agricultura e da Educação dos municípios. Estavam ainda presentes na reunião agentes

federais, coordenadores e assessores Territoriais do Noroeste de Minas. Na ocasião, fiquei em contato com Simone Amorim e Maria Antônia Nogueira, ambas do colegiado territorial de Natalândia.

Assim, inicialmente, previa o convívio com as pessoas que viviam na área abrangida pelo TC Noroeste de Minas, com foco, sobretudo, nos participantes das reuniões do conselho territorial com os representantes do governo federal no programa Território da Cidadania. Considerava, até ali, que o cenário político com foco na participação local se mostrava um profícuo encontro etnográfico para explorar questões sobre o par conceitual família-mulher na formulação das políticas públicas.

Além disso, a pesquisa de campo previa o estudo de pautas e atas, relatórios avaliativos e projetos elaborados em vários níveis do Programa Território da Cidadania, disponibilizados pelos membros do colegiado territorial. Decerto um material central para entender as principais pautas de discussões, esclarecimentos acerca das políticas públicas federais do TC, além da peculiaridade da presença impreterível do par conceitual família-mulher. Também estava prevista a realização de entrevistas e gravações com os técnicos que participam do Programa (quando devidamente autorizadas, necessárias ou solicitadas) para compor o arsenal etnográfico coletado para a pesquisa, embora considerasse o registro dos acontecimentos diários e das reuniões de associações locais em caderno de campo a principal fonte de coleta de material.

Mudanças no cenário político do país, sobretudo após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016, acarretaram mudanças significativas no TC noroeste mineiro e, evidentemente, na condução desta pesquisa como já relatado. Com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e suspensão do Programa Território da Cidadania, atualmente extinto, os objetivos centrais deste estudo passaram a se ater às reações das mulheres no cerrado mineiro, às suas *mexidas*, frente às políticas ditas de

desenvolvimento na região. Mais especificamente, passou a me interessar os engajamentos políticos e econômicos feitos pelas mulheres entre os anos de 2017 e 2018, diante das transformações macropolíticas no sertão mineiro.

Trabalho de campo 2017

Fui recebida na casa de Simone e de seus três filhos, Larissa, Gabriel e Lara no município de Natalândia. O ano de 2017 marcava o início de uma nova gestão municipal na cidade. Simone durante a *política*, tempo de campanha eleitoral, apoiou a chapa vencedora. Como narrou algumas vezes, subiu em palanque, andou de casa em casa, na *rua* e na *roça*, pedindo apoio à chapa que era, antes das eleições de 2016, oposição à administração municipal.

Cheguei em Natalândia em março daquele ano. Ano em que as mudanças políticas no município eram temas de muitas conversas. Simone trabalhava na Secretaria de Ação Social junto à atenciosa primeira-dama do município, Eliana – nomeada a Secretária da pasta –, e das gentis Marília (assistente social) e Patrícia (psicóloga).

Durante os três primeiros meses de pesquisa de campo, acompanhei Simone nos trabalhos *na ação social*, o que basicamente significava organizar a distribuição de cestas básicas e tratar de assuntos ligados ao Bolsa Família e ao conselho tutelar. Além dos cursos profissionalizantes que ainda ocorriam com frequência na região, desde os ligados à agricultura familiar – com participação dos moradores da zona rural –, aos de corte e costura frequentados majoritariamente por mulheres da cidade. De qualquer maneira, quase que diariamente saíamos *pra roça* para *tratar* desses assuntos ligados à *ação social*.

Para mais, visto que morava na casa de Simone, junto a ela também passei a frequentar seus ambientes familiares e sociais, como almoços, festas, rezas, folias, missas,

fórrós, velórios e enterros. Esses meses junto à Simone e a seus parentes contribuíram significativamente para conhecer os moradores do município e ser conhecida *na Natalândia*, muito embora tenha feito uma estadia no município em 2014, também em companhia de Simone, junto a Maria Antônia, ou Lia, como era mais conhecida no meio sindical. Lia também integrava o conselho territorial do programa TC – Noroeste de Minas e foi quem gentilmente me abrigou em sua casa na primeira visita ao município.

Conheci as duas mulheres no mesmo dia. Elas me foram apresentadas por Chico Gaia, um conhecido sindicalista do município de João Pinheiro, onde se localiza o PA Fruta D’anta, um assentamento considerado modelo no estado de Minas Gerais. Na ocasião, novembro de 2014, Chico Gaia era o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de João Pinheiro, além de referência em questões relacionadas à reforma agrária e ao movimento sindical na região. Chico também integrava o conselho territorial Noroeste de Minas e desde o primeiro momento em que soube que eu realizava uma pesquisa sobre documentação de mulher trabalhadora rural, disse-me que precisava conhecer Lia. Repetiu que era necessário que eu conhecesse “as mulheres do noroeste”, “as mulheres de Natalândia”, insistiu por dias a fio durante o tempo em que desenvolvia pesquisa de campo em João Pinheiro–MG. Na primeira oportunidade, ele mesmo me levou ao encontro das “mulheres do noroeste”, em uma reunião do conselho territorial no município de Arinos e alegremente me apresentou Lia que, por sua vez, me apresentou Simone. Eu nunca mais voltei a João Pinheiro.

Simone, no ano de 2017, também representava Natalândia em *reuniões do noroeste*, ou seja, reuniões junto a representantes dos municípios vizinhos, em geral, para se debater políticas públicas para a região. Ela participava especialmente de reuniões com temáticas relacionadas à cultura e ao turismo. E foi em uma dessas reuniões que conheci Neide.

Simone já havia me falado de Neide. Aliás, Neide era muito conhecida pelas mulheres do Projeto Veredas, que também passei a acompanhar com o decorrer dos dias durante a pesquisa de campo [voltarei detidamente a ele no capítulo 3 deste trabalho]. O projeto reúne as mulheres do noroeste mineiro em torno do algodão: fiação, tingimento, tecelagem e crochê, caracterizam o trabalho das mulheres envolvidas no projeto Veredas. Neide dominava as técnicas do tingimento natural e dedicava bastante de seu tempo a esse trabalho, *por amor*, destacava.

Tive o privilégio de tingir com um par de vezes junto as mulheres durante os meses que passei em Uruana de Minas na casa de Neide. Quer dizer, o privilégio de enrolar meadas, mexer o caldo e ficar atenta se as linhas não secavam expostas ao sol. Isso entre os meses julho e setembro, quando fiquei em companhia cotidiana de Neide e seus dois filhos gêmeos, Lucas e Matheus.

Naquele ano, Neide havia sido contratada pela nova gestão da prefeitura como auxiliar da Secretaria de Cultura do município. Passava os dias na *associação Cores do Cerrado*. Dedicava-se ao tingimento natural e as não raras recepções a turistas e a jornalistas interessados em seu trabalho artesanal. O município de Uruana de Minas é conhecido por suas cachoeiras, e os turistas costumavam visitar a *associação* para conhecer o trabalho de Neide, bem como para comprar lembranças de viagem.

Aos fins de semana, quase que invariavelmente, visitávamos seus pais na *roça* ou alguma de suas sete irmãs que também viviam na zona rural. Neide aproveitava o momento para *colher no mato cores novas*, dizia, para o tingimento das linhas fiadas pelas mulheres em Natalândia: jatobá, baru, folha de manga, açoita cavalo, caju, landim, cedro. Um processo que envolvia muita delicadeza e cuidado para não matar as árvores, embora feito no corte de um facão.

No correr dos dias, entre uma pausa e outra no tingimento natural, Neide me levava para conhecer as mulheres e seus trabalhos em Uruana de Minas, o que contribuiu para que eu conhecesse muitas pessoas e fosse conhecida *na Uruana*.

Em uma dessas visitas, fui convidada a passar alguns dias na *roça* com Dona Cleide, Seu Silvino e os netos do casal, Enzo e Davi. Dona Cleide, era assentada da reforma agrária desde o início dos anos 2000 e integrava o projeto Veredas – fazia crochê com as linhas fiadas pelas mulheres em Natalândia e tingidas por Neide e outras colegas em Uruana. Além disso, Dona Cleide era agricultora familiar e cooperada da Copabase. Ela plantava frutos do cerrado em seu quintal, via projetos da Rede Ecoforte, para vender à cooperativa, a qual, por sua vez, produzia polpas para comercialização nacional. Pés de manga, graviola, maracujá, acerola, goiaba, tamarindo, eram regados quase que diariamente por Dona Cleide nas manhãs de julho, visto a seca do terreiro iniciada com o inverno.

O casal, como boa parte dos agrupamentos familiares circundantes, também criava porcos para a subsistência. Bezerros, para a *precisão*. E vacas, para as *despesas* mensais da casa, com a venda do leite. Dona Cleide era ainda presidente da associação das mulheres do assentamento. Juntas, as mulheres trabalhavam na organização de festas, vaquejadas, leilões para arrecadação de dinheiro para a associação.

Durante os meses em que fiz pesquisa no município de Uruana de Minas, sempre que possível, em algum feriado e com a sorte de alguma carona, visitava Simone e a família em Natalândia, de onde havia saído depois das festas de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro. Antes de Uruana, contudo, fui a Belo Horizonte com Maria Antônia e as mulheres de Natalândia que atuavam nos projetos ligados à agricultura familiar para participar da AGRIMINAS (a Feira Estadual da Agricultura Familiar de Minas Gerais). Ela acontece anualmente na capital mineira e reúne agricultores, produtores rurais de todo

o estado de Minas Gerais. Caracteriza-se pela exposição de artesanatos, roupas, alimentos e bebidas, além de apresentações culturais durante quatro dias. É promovida pela FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

Foi somente depois da AGRIMINAS que segui para Uruana. E ao fim de setembro voltei *com as malas para casa*, dizia Simone, referindo-se a Natalândia. Passei alguns dias também no município de Santa Fé, com as mulheres que trabalhavam com retalhos, palhas e argilas coloridas que conheci por intermédio de Lia na AGRIMINAS.

Ainda antes de voltar a Natalândia, fiquei alguns dias em Arinos com as mulheres da Central Veredas e da Copabase. Dionete e Monique gentilmente me receberam em suas casas, junto a suas famílias, nos dias em que junto a elas trabalhei na organização da I FENABARU (Feira Nacional do Baru).

Mas ainda era setembro quando voltei à rotina de trabalho na prefeitura com Simone: visitas à *roça*, rezas nas casas vizinhas, missas na igreja e nos assentamentos, jantas no terreiro em família. Contudo, em menos de duas semanas, após participar de uma reunião em Arinos com as mulheres do projeto Veredas, parti para Riachinho para passar um tempo com dona Nadir, seu marido seu Zé Milton e Maria, sua cunhada, irmã de seu Zé, na comunidade do Amendoim.

Passei algumas semanas com o casal *no trato das abelhas*. Eles criavam os insetos e negociavam o mel e o pólen com a cooperativa da agricultura familiar, a Copabase. A seca estava forte na região durante os meses de setembro e outubro de 2017, Dona Nadir e Seu Zé Milton, como outros criadores, inclusive de outras localidades, como Dona Samira e Seu José Carlos, passaram os meses que antecederiam as chuvas (que, por fim, só vieram em dezembro), hidratando e alimentando as abelhas. Levávamos água

diariamente aos criatórios e verificávamos se os recipientes improvisados com mel nas caixas para a alimentação dos insetos estavam cheios.

Além de criadora de abelha, dona Nadir era fiandeira e tecelã. Na ocasião de minha pesquisa, tecia um grande tapete com linhas de algodão plantados e tecidos pelas colegas de outros municípios, cujo tingimento foi feito por Neide. Dona Nadir junto ao seu marido também participavam do projeto da Rede Ecoforte de pés de frutas do cerrado. Eles criavam gado, colhiam baru e participavam ativamente do sindicato dos trabalhadores rurais de Riachinho. Também eram *festeiros* da igreja, ou seja, organizavam festas, leilões, bingos, almoços para a arrecadação de dinheiro na comunidade. Aos fins de semana, cáíamos no *forró dos idosos para balançar o esqueleto e divertir um pouco*, pois a semana era *de muito serviço*, dizia sempre alegre D. Nadir.

Depois disso, retornei a Natalândia e permaneci por mais quase um mês no cotidiano de Simone até retornar a São Paulo. Junto a ela e a sua família, acompanhei a feitura de pamonha, o *arrumar* porco e galinha, o pilar arroz, o fazer rapadura e os dias de pesca no rio. A essa altura, já tinha muitas amizades *na rua, na roça, no cerrado mineiro*.

Trabalho de campo 2018

Retornei ao noroeste mineiro para dar prosseguimento à pesquisa de campo em março de 2018. Aguardava na rodoviária de Unaí o único horário de ônibus que levava pessoas, bichos e mercadorias diariamente a Natalândia. Simone, que esperava por minha chegada, ligou dizendo que havia conseguido uma carona para o *acampamento* e que, portanto, era para eu descer em Zina e não na cidade. Alegrei-me com o fato de que logo na chegada reencontraria Zina, que era a dona de um bar na BR-251. O bar ficava na

esquina com a estrada de chão que seguia para Natalândia, na altura do assentamento Porto do Saco, a 22 km do município. Zina tocava o bar, bem conhecido por servir peixes frescos e fritos, e as melhores coxinhas da região, junto ao seu marido, Beraldino. Eles eram assentados da reforma agrária. Além disso, Zina fiava e integrava o projeto Veredas junto às mulheres de Natalândia.

Mal abracei Zina, e Elton, mandado por Simone, chegou para me levar ao *acampamento* que ficava a 11km do bar de Zina, seguindo a BR-251. Simone estava na luta pela terra ou *no sem terra*, como dizia, desde 2017. Naquele ano, as barracas de lona estavam armadas à beira da estrada. Naquele momento, as famílias participantes da luta aguardavam as negociações do INCRA para a ocupação da fazenda. No fim de 2017, o dono da fazenda havia sinalizado que negociaria parte da propriedade com o INCRA. E, então, no início de 2018, as famílias acampadas na beira da estrada receberam o comodato para a ocupação de parte da fazenda enquanto corria a negociação com o INCRA. Eu estava lá quando as famílias mediram toda a extensão de terra, demarcaram uma parte para o convívio comum e delimitaram os lotes de cada agrupamento familiar. O lote de Simone e seus filhos era logo na entrada da fazenda. O primeiro, quando deixamos a BR.

Difícil explicar a emoção de encontrá-la novamente. Nos abraçamos em meio as abóboras e as mandiocas – já grandinhas – plantadas em frente ao seu barraco, agora não mais de lona, mas de madeira. Passamos alguns dias no acampamento na companhia de Eva, Consa, Miris, Lu e outras mulheres que compartilhavam a luta no *acampamento*. Ele ainda era assim chamado, mesmo já se tratando de uma ocupação dentro da terra.

No *acampamento* o tempo corria diferente. Talvez por ter muito *causo* contado, fogo compartilhado, comida dividida, riso alto. Ou *gaitada boa*, como diziam as mulheres por lá. Talvez por não ter sinal de celular, energia elétrica ou água corrente. Não sei bem. A prefeitura de Dom Bosco, município a qual a fazenda ocupada era atribuída, enviava

um caminhão pipa semanalmente ao *acampamento*. A água ficava disponível em grandes tambores para todos os moradores em frente ao barraco de Consa. Era no barraco dela também que se encontrava o caderno de presença assinado diariamente pelos *companheiros do acampamento*. Era ali também que se realizavam as reuniões, se partilhavam as comidas e as mercadorias (feijão, milho, carnes, alho, sabão, tudo o que chegava).

Em 2018, Simone estava bem ativa na luta pela terra. Além do *acampamento*, ela continuava com o serviço na prefeitura de Natalândia. Contudo, havia sido realocada e ocupava, desde o início daquele ano, um cargo administrativo na Secretaria de Cultura, o que evidentemente a fazia feliz. Dizia se sentir mais autônoma no trabalho.

Depois de alguns dias no *acampamento*, fomos para Natalândia, um tanto descontentes, é verdade, mas Simone tinha o *compromisso* de organizar a Exponat. Uma famosa festa de vaqueiros que marcava, inclusive, o aniversário do município. Além da cavalgada que abria o primeiro dia do evento, a Exponat seguia com uma programação de três dias com apresentações das fiandeiras e das tecelãs, shows com músicos regionais, rodeio, leilões e almoço beneficente. Era uma festa organizada pela prefeitura, junto aos moradores da cidade, que atraía pessoas de todo o noroeste mineiro e de Brasília, sobretudo das cidades satélites, as quais se localizam a menos de 200 km de distância.

Passada a Exponat, fui para a casa de dona Nadir, em Riachinho. Ela me ligava animada para ajudá-la na colheita do mel. No caminho, no entanto, dei uma parada em Neide, afinal de contas, Uruana de Minas fica no mesmo *rumo* de Riachinho. Encontrei Neide trabalhando na Secretaria de Turismo. Não mais na associação e na Secretaria de Cultura como no ano anterior. Ela continuava a fazer o tingimento natural, mas conforme as demandas da Central Veredas. Seu novo trabalho era acompanhar eventuais turistas

pelas cachoeiras de Uruana de Minas, quando aproveitava as trilhas para colher cascas, folhas e frutos do cerrado para o tingimento natural.

Cheguei em Riachinho e no mesmo dia já fomos *mexer com as abelhas*, como diziam dona Nadir e seu Zé Milton. Foram dias de trabalho pesado e muito aprendizado com as abelhas e a colheita do mel. Dona Nadir, nos momentos de pausa com o mel, tecia tapetes e roupas, amassava queijos, fazia doces e biscoitos. Ah, sim, seguia a *mexer* com os papéis do sindicato dos trabalhadores rurais e a frequentar o forró dos idosos, onde terminávamos as noites quase todos os domingos.

Terminada a colheita do mel, voltei a Uruana de Minas, para mais uma estadia junto a Neide. Visitamos D. Cleide que estava se preparando para acompanhar o circuito de festas da região, as romarias. Ela tinha licença para montar barraca e vender bebidas nas festas e nas cavalgadas que aconteciam por todo o noroeste mineiro. Tive a oportunidade de acompanhá-la em um final de semana de romaria. Passamos a noite de sábado preparando batidas, vendendo bebidas, chocalhando o corpo ao som do forró e ao fim da festa, já de manhã, dormimos na barraca. No domingo tudo se repetiu. Embora D. Cleide ficasse concentrada nas festas do noroeste nessa época do ano, ela continuava a se dedicar ao crochê, aos pés de frutas do terreiro e aos trabalhos na associação de mulheres.

Neide estava gostando de seu novo trabalho na Secretaria de Turismo de Uruana. Passávamos dias andando no *mato*, nas trilhas das cachoeiras. Aprendi muito sobre o *cerrado* nessas caminhadas. Sobre as árvores, as plantas, os frutos, as folhas, a terra, as cores. Eventualmente, quando surgia alguma dúvida, anotávamos para perguntar a alguém mais velho, sobretudo o seu pai. Ele, considerava Neide, sabia absolutamente tudo sobre o *cerrado*!

Em meados de junho voltei para a casa de Simone. Fizemos a caminhada de agradecimento para Santo Antonio, um trajeto de 50 km entre Natalândia e o povoado de Santo Antonio do Boqueirão, onde acontecia uma grande festa em homenagem ao santo no dia 13 de junho. Permaneci em Natalândia até retornar a São Paulo no mês de julho. Acompanhei, antes, assim como no ano anterior, as fogueiras de São João e a folia do Divino. Eventos que movimentavam bastante os moradores da *rua* e da *roça*.

Retornei ao noroeste mineiro no mês de agosto. O clima da *política* estava instaurado, tanto em Natalândia, como em Uruana de Minas, os dois municípios que concentrei a pesquisa de campo no segundo semestre de 2018. Caminhei pelas veredas com as mulheres que pediam votos a deputados. Fomos ao gabinete de parlamentares em Brasília *cobrar* emendas aos *projetos*, sobretudo os ligados à agricultura familiar. Participei de reuniões dos partidos políticos junto às mulheres nos municípios e de festas promovidas pela prefeitura de apoio a alguns candidatos.

Dias depois da reza de Nossa Senhora da Aparecida, no entanto, fui a São Paulo para votar no segundo turno eleitoral, mesmo não prevendo inicialmente, interrompi o cronograma de pesquisa de campo que se estenderia até novembro. Não obstante, retornei ao cerrado em dezembro daquele mesmo ano. Quando o tempo correu justo e somente consegui ir a algumas reuniões dar um abraço e um “até logo” às minhas queridas amigas que vivem no *cerrado* de Minas Gerais. Era hora de escrever.

IV – *Escrever capítulos*

Inventar imagens através da escrita inspirada nas *mexidas* de mulheres, do campo e da literatura, é o procedimento de escrita etnográfica deste texto que tem, como fio condutor, a proposição analítica *reparar as cores*. Em outro trabalho (Ferraz de Lima

2015), também propus a produção de imagens como ferramenta metodológica à etnografia. Ali, entendia a imagem-texto como efeito daquilo que era possível apreender e liberar do encontro com as mulheres que, à época, visitavam seus maridos presos em cadeias de domínio atribuído ao Primeiro Comando da Capital (o PCC). Agora, nesta tese, entendo que a elaboração de imagens-textos pode ser estendida ao material bibliográfico, de modo a potencializar a crítica etnográfica à medida que compostas, por vezes de modo inesperado, com as imagens descritivas do campo.

Assim, ao escrever o capítulo 1, *Vou rompendo. Pobreza do desenvolvimento, riqueza no cerrado*, proponho um deslocamento da “História” dos cerrados, como narrada oficialmente, a outras possíveis histórias localmente contadas e recontadas. Inspirada na ideia de “astúcias da memória”, de Lélia Gonzalez (2020 [1983]), sobre a história que não foi escrita, mas que “tá aí... e fala” (: 79), a intenção é escrever os cerrados a partir da oralidade e das memórias das mulheres. Como se verá, o historiar no noroeste mineiro enfatizava as práticas ordinárias experimentadas pelas pessoas, as relações com a terra, bem como as transformações na prática política cotidiana. Abordo igualmente algumas teses de ocupação do noroeste mineiro que, em ressonância com o historiar local, refutavam o discurso do “vazio demográfico”, do “isolamento” e do “atraso” que embasavam as expectativas desenvolvimentistas. Emprésto, então, a imagem do Ch’ixi – um matiz cinza, feito de manchas pretas e manchas brancas (Cusicanqui 2018), com a intenção de esboçar as oposições, os contrastes que convivem nos cerrados, como a pobreza do desenvolvimento – que se fará visível pela literatura e pela memória das mulheres – e a *riqueza no cerrado*, que se observará na experiência vivida pelas pessoas na relação com a terra.

Para escrever o capítulo 2, *Pra roda girar. Tempo e fartura no cerrado*, foco a descrição etnográfica naquilo que movimenta. É um capítulo, portanto, atento às giras das

mulheres. Adianto que a referência às giras se faz com duplo significado. O primeiro, no sentido próprio do movimento, o que deslocava, o que circulava por e entre as mulheres – na folia, nas rezas, nos leilões, na feira, na vizinhança, nos consórcios. O segundo, no sentido manifesto em expressões rotineiras como *pra roda girar* – uma locução bastante utilizada de modo a fazer referência a ações que visavam abrir possibilidades prósperas na vida, para *mudar o rumo* ou *caçar melhora*. Ao nos voltarmos às experiências coletivas de organização da economia no *cerrado*, veremos, então, diversas tonalidades do tempo nas *giras*, que, como será demonstrado, eram garantidas através dos *prazos* e das anotações em cadernos e cadernetas para *voltar redondo*. Bem como veremos relações de *compromissos*, acordos, reunião de pessoas a fazer *fatura*. Ou, ainda, a fazer *a roda girar*.

A escrita do capítulo 3, *O dinheiro tudo junto, reunido. Projetos no cerrado*, tem como foco a adesão aos *projetos*. Entrar no *cerrado* pelos *projetos*, tornará visível a relação das mulheres com o *dinheiro reunido*. Adianto que os enunciados sobre *reunir dinheiro* raramente apareciam dissociados de noções como *condição* e *precisão*, bem como diziam mais sobre circulação e sobre possíveis modos de “inventar” na terra, do que sobre modos de acumulação. A imagem que se produz no terceiro capítulo, a partir da ideia do *dinheiro reunido* atento à *condição*, à *precisão* e à “invenção” no *cerrado*, intenta oferecer uma compreensão sobre os matizes de uma lógica de produção da diferença avessa à uniformização do mundo por meio de sua quantificação pecuniária. Formas de experienciar a vida que nega o mundo único que a burocracia dos *projetos* produz.

Ao escrever o capítulo 4, *Não ser escrava do sistema. Preços no cerrado*, a abordagem interessa-se pela composição e formação dos preços, tal como o fazem e desfazem as pessoas que ali vivem. Uma prática, como se verá, capaz de produzir

narrativas contra a ideia generalizada de que há um mercado autorregulado a estabelecer um preço impessoal, à medida que evidencia os componentes do preço como experienciados pelas pessoas em transações econômicas bastantes singulares. A partir de descrições atentas aos modos como as mulheres no sertão das veredas conduziam as precificações em situações em que *não vale a pena*, em que o preço *é alto demais* e que pode tornar a pessoa *escrava do sistema*. Modos de resistir aos preços ofertados pelo *sistema* criando estratégias como o resgate e a incorporação da *memória* do fazer queijo e requeijão nas tarefas cotidianas na roça, colocar a *tradição* em movimento, utilizar os conhecimentos de um suposto passado para resolver um problema do presente foram as *mexidas* de D. Margarida para lidar com os preços do *sistema*. Um modo de estabelecer relação com o mercado e preservar as diferenças feito a partir da *memória*.

Finalmente, a escrita do capítulo 5, *De primeiro. Transformações na paisagem no cerrado*, aborda etnograficamente observações sobre *as escritas do mundo que o povo não lê*, como dizia D. Vani, mas que também eram formuladas por outras amigas e colaboradoras de pesquisa. Para abordar os modos como as mulheres chamavam a atenção para o *secamento do tempo* nos cerrados mineiro, o texto se concentra nas transformações da terra, das águas, dos ventos, das flores, da paisagem, orientadas pela marcação e diferenciação do tempo feita pela locução *de primeiro* e, por conseguinte, através de outras duas operações recorrentes no sertão das veredas, *se abreviar* e *conhecer o cerrado*. Ressalto, ainda, que é também a intenção do texto fazer da escrita antropológica um meio de ecoar junto ao chamado das mulheres no *cerrado* no noroeste mineiro contra o *secamento do tempo*.

Comunico, por fim, que os capítulos não seguem uma ordem cronológica de apresentação, bem como independem um do outro para serem lidos. E que no lugar das considerações finais, optei por escrever um desenlace, intitulado *cores no cerrado*. Trata-

se de um texto ficcional, grafado a partir de falas e histórias contadas e recontadas por minhas amigas no sertão das veredas. Nele, inspiro-me na *mexida* de muitas mulheres e, em especial, numa ligação feita por uma delas para me contar como andavam as coisas no *cerrado* nos últimos tempos. O ano era o dois da pandemia.

Valentina é nome que dou à personagem que irá reunir as experiências vividas e relatadas por muitas e distintas mulheres que conheci no noroeste mineiro. O conteúdo do texto é composto por cenas reais que me foram narradas durante a pesquisa etnográfica, gravadas ou anotadas em cadernos de campo, bem como por meio de ligações telefônicas e interações em aplicativos de conversa nos períodos longe dos cerrados. Assim, a partir de uma ligação feita por D. Valentina, uma mulher-criação, em tempos de isolamento social decorrente da pandemia do novo corona vírus, o texto percorrerá os argumentos desenhados nos capítulos que o precedem, sem, contudo, oferecer sínteses explicativas. Antes, a ficção *cores no cerrado* é um convite à escuta. Um convite para, através da leitura de um desenlace, experimentar o historiar da vida no *cerrado*.

Escrever um texto ficcional foi outra forma encontrada para compor imagens provenientes da pesquisa de campo com imagens produzidas por uma certa literatura feminista e tornar sensível a variação experimentada no *cerrado*. Escrevo uma ficção, portanto, como uma das “coisas que você tem que fazer para seguir sendo capaz de colher grãos de cereais e contar histórias” (Le Guin 1986: 152). Empristo os termos de Úrsula K. Le Guin para *botar reparo* no fato de que ser mulher e escrever textos científicos – seja nas ciências duras ou nas ciências humanas, lugares onde os padrões analíticos são ditados e negociados por e entre homens – já de saída é uma ficção.

1. *vou rompendo*
pobreza do desenvolvimento, riqueza no cerrado

Brasil, meu nego, deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês

Histórias para ninar gente grande

Estação Primeira de Mangueira, 2019

Vou rompendo, gritou Leide já de saída na porteira rumo a sua casa. Ainda estávamos com os pratos nas mãos saboreando a deliciosa comida preparada por Simone e Miriam, suas irmãs, quando, apressada, terminou o *comer* e partiu para finalizar os preparativos para a nossa ida a Brasília de carona com Mocinha, irmã das três, depois de lavadas todas as vasilhas.

A expressão *vou rompendo*, quase sempre que usada no *cerrado*, indicava uma ação antecipatória a produzir uma quebra no tempo contínuo de modo a obter vantagens para a realização de uma tarefa. Concomitantemente, incitava um estímulo à aceleração das demais pessoas envolvidas na realização de tal tarefa. Em outras palavras, Leide nos informava que tinha pressa em pegar a estrada, que adiantaria os preparativos finais para a viagem, mas esperava que nos apressássemos também. Investidas frustradas. O sol quase se punha quando deixamos o município de Natalândia rumo a Brasília.

No carro, Leide compartilhou lembranças *da primeira vez que entrei em Brasília, igual estamos fazendo agora. Eu tinha nove anos, sentia muito medo. Uns homens me buscaram na fazenda para cuidar de três meninos de uma mulher que o marido trabalhava no governo. Ela me batia, me tratava muito mal. Pra você ver, depois que os meninos dela comiam, ela raspava o resto do prato deles e me dava para comer. Disfarçava com um caldo e me dava. Eu morria de nojo de comer aquilo. Mas tinha fome e tinha dia que não tinha jeito, comia. Às vezes, à noite, me escondia para comer uns abacates de um pé que tinha lá, atrás de onde eles moravam. Comia o quanto dava para não comer o resto dos meninos e nem morrer de fome. Em um ano na Brasília, não teve um dia que não chorei achando que não ia mais ver minha mãe. Uma vez, a mulher pegou uma faca e disse que me mataria se eu não parasse de chorar. Fui para cima dela. Tinha pra mim que um dia ela me matava. Sempre me alembro disso quando estou entrando em Brasília.*

Brasília foi construída na região do Brasil central no fim dos anos 1950. Tempo e lugar onde pessoas como a mãe, o pai, as irmãs, os irmãos, os parentes de Leide, inclusive os antepassados, há muito roçavam terra no *cerrado*. Apesar de evidências como esta, narrativas oficiais insistem em relatar o “desbravamento” do espaço, a sugerir a ausência de pessoas a viver na região, como destaca os escritos de Juscelino Kubitschek (1975): “Em princípios de 1957, seis meses após o início do desbravamento do cerrado, a população da Cidade Livre¹⁴ já era de cinco mil habitantes” (:74). Em seu relato sobre a construção de Brasília, o então Presidente do país reduz às obras da nova capital a responsabilidade pela ocupação da região, como se não houvesse ninguém a habitar a localidade antes desse acontecimento, além de celebrar a derrubada dos cerrados:

À sombra de um pau-de-vinho — que é árvore frondosa — montou-se uma banca de carpinteiro, para a preparação da madeira a ser utilizada na construção. Roçou-se uma faixa do cerrado para a localização da residência presidencial (: 58).

Continua em outro trecho, “caminhões iam e vinham, levando ou trazendo material de construção. Bulldozers¹⁵, às dezenas, revolviam a terra, abrindo clareiras no cerrado” (: 76). A propósito disso, são incontáveis as referências que exaltam o desmatamento dos cerrados. Como lemos em uma passagem:

Uma verdadeira batalha tivera início no cerrado, o qual, retalhado pelos equipamentos de construção, foi sendo empurrado para as extremidades da área do Plano-Piloto. Em seu lugar surgiu a poeira - a famosa poeira de Brasília - vermelha, oleosa, que se infiltrava em tudo e não havia sistema de lavagem capaz de eliminá-la. Os operários, os engenheiros, os técnicos já não eram os mesmos. Tornaram-se de uma cor avermelhada, com as roupas e os cabelos apresentando a mesma tonalidade. (: 87).

¹⁴Cidade Livre foi o nome atribuído ao acampamento do lugar que mais tarde se tornaria a capital do país e levava esse nome a fim de atrair comerciantes sob o atrativo de ser uma terra livre de impostos.

¹⁵Bulldozer é um tipo de trator que se movimenta através de esteiras. Usado, sobretudo, para terraplanagem.

Como vimos, exaltação ao “desbravamento” e à abertura de “clareiras no cerrado” produz mais um capítulo da História Nacional, aquela que, como provoca Herzfeld (2005), “elide retroativamente o tempo (empírico) em nome do tempo (genérico)” (: 41). Produz também, além da História Nacional, um violento apagamento sobre os modos de existências locais ao sugerir que os supostos desbravadores foram os primeiros a chegar e que não havia pessoas a viver na região do Brasil central.

A construção do discurso do “desbravamento” e o prazer em anunciar a derrubada do *cerrado* para dar lugar à futura capital do país (aquela que, ouve-se falar por ali, em sua inauguração teve um pé de jatobá derrubado e um pé de pau-brasil plantado em seu lugar), são narrativas que se associam às expectativas desenvolvimentistas e aos ideais de “progresso”, como se pode observar no sermão proferido por D. Fernando na inauguração das obras, transcrito por Juscelino Kubitschek, onde é atribuída grande importância do referido dia para “o futuro do país”,

A inauguração das primeiras obras de Brasília (...) marca o início de uma nova fase da História, nessa marcha árdua e difícil para o interior. O Brasil deixa de contemplar o mar, por onde vieram as caravelas do descobrimento e do progresso, para se voltar para si mesmo, como a despertar de um grande sonho (: 185).

É com evidente positividade, portanto, que se anuncia a extensão do projeto de colonização europeia, “as caravelas do descobrimento e do progresso”, para o interior do Brasil. Concepção, nas palavras de Ailton Krenak (2019),

(...) sustentada na premissa de que havia uma humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (: 11)

Pode-se dizer, dessa maneira, que a extensão do projeto colonial ao interior do Brasil, ainda que “por cima de terra, pessoas e deuses” (Paredes Peñafiel 2018: 87), faz da tríade “desbravamento” de um espaço, derrubada da floresta nativa e condução do “progresso”, o sedimento das narrativas oficiais, da História, sobre a construção da nova capital do país, Brasília.

E mais, a reafirmação de um suposto vazio demográfico no *cerrado* somado à ideia de que a terra ali era improdutiva fortalece o argumento de que se tratava de “um modelo de espaço a ser alvo do desenvolvimento”, como argumenta Vanessa Perin (2020) na etnografia sobre a implementação de um projeto desenvolvimentista brasileiro – o ProSavana – no Corredor de Nacala, em Moçambique. Mais do que alvo, pode-se dizer que os cerrados, conforme olhamos para as estratégias políticas e econômicas ali depositadas pelo estado, tornaram-se um modelo de espaço a ansiar pelo desenvolvimento¹⁶.

Se por um lado a construção de Brasília é tida como um passo ao encontro do “progresso” e necessidade de “desenvolvimento”, por outro é o lugar onde uma criança de nove anos, como lemos no relato autobiográfico de minha amiga Leide, foi levada *por homens* para cuidar das filhas e dos filhos, bem como das casas, de funcionários do governo. Forçada à fome, ao nojo, à tristeza, ao medo.

Com isso, intenciono destacar que as expectativas desenvolvimentistas para os cerrados contam outras histórias. Argumenta Silvia Cusicanqui (2018) que a

¹⁶ Perin (2020) destaca que uma crítica à ausência das dimensões históricas e culturais nas relações políticas de intervenção e planejamento para o desenvolvimento, enfatizando que os governos tentam disciplinar e regular as paisagens e os modos de vida, foi feita por Moore (1999) em sua etnografia no Zimbábue. A autora sugere ainda outras referências da antropologia do desenvolvimento que apontam os limites políticos para os discursos técnicos, como Gupta (1998) – em diálogo com as teorias pós-coloniais –, e Mosse (2005) – para as discussões com os Estudos da Ciência e Tecnologia. Sobre maneiras como a técnica aparece indissociável da política, ver Morawska e Ribeiro (2018).

compreensão de distintas realidades através de uma só epistemologia produz apagamentos e violências. Um grito ecoado por outras teóricas e ativistas decoloniais que, embora expressem potentes diferenças em suas análises e suas lutas, unissonamente rompem com a ideia de que haja um ponto de partida universal comum para se experienciar e conhecer o mundo (cf. Aguilar 2015; Gargalo 2013; Galindo 2011; Lugones 2008; Navarro 2015; Oyewùmí 2021).

Cusicanqui, através de um conceito aimará, o Ch'ixi, nos propõe a pensar sobre noções que resistem à síntese e se mantêm indeterminadas. Ch'ixi, se traduzido, significaria um matiz cinza, feito de manchas pretas e manchas brancas ao mesmo tempo. Um conceito, portanto, para nos fazer refletir sobre oposições que convivem e, por conseguinte, nos deslocar do pensamento uno para enxergarmos o múltiplo (: 79). Nas palavras da autora,

(...) *ch'ixi*: simplemente designa en aymara a un tipo de tonalidad gris. Se trata de un color que por efecto de la distancia se ve gris, pero al acercarnos nos percatamos de que está hecho de puntos de color puro y agónico: manchas blancas y negras entreveradas. Un gris jaspeado que, como tejido o marca corporal, distingue a ciertas figuras - el *k'usillu* - o a ciertas entidades - la serpiente - en las cuales se manifiesta la potencia de atravesar fronteras y encarnar polos opuestos de manera reverberante. También ciertas piedras son *ch'ixi*: la andesita, el granito, que tienen texturas de colores entreverados en manchas diminutas. (: 79).

O conceito Ch'ixi, como uma proposição metodológica, inspira as descrições deste texto na medida em que visa compreender alguns efeitos do chamado “desenvolvimento” no *cerrado* através do revolver de histórias contadas por minhas amigas no noroeste mineiro. De modo efetivo, as discussões promovidas por Cusicanqui e outras ativistas e teóricas do feminismo decolonial inspiram mais amplamente o argumento, tendo em vista a centralidade atribuída a questões como as tomadas de terra, a exploração de recursos e o racismo colonial, com destaque ao modo como o modelo

extrativista, predatório e antropocêntrico do capitalismo global – e seus projetos de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico – ampliam as desigualdades de gênero e raça simultaneamente. Logo, é certo que as contribuições feministas decoloniais explicitam lutas contra o patriarcado, mas antes, e sobretudo, revelam lutas contra a opressão econômica do capitalismo (ver. principalmente Maria Lugones 2008)¹⁷.

Nesse sentido, apreender Ch'ixi como um método analítico decolonial se faz aqui como um estímulo ao deslocamento da “História” dos cerrados a outras possíveis histórias localmente contadas e recontadas. Com outras palavras, e sem o uso de tratores, a intenção aqui é abrir uma “clareira” no *cerrado* com a oralidade e as memórias das mulheres.

Recorro às memórias bastante influenciada pela grande teórica da formação histórica e social do Brasil, Lélia Gonzalez. A noção de memória como a “história que não foi escrita” é formulada pela autora em contraposição à noção de “consciência”, a qual haveria de narrar a história do “encobrimento”, do “esquecimento”, do “discurso dominante” (2020 [1983]: 78-79). Esclarece Gonzalez,

A memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (...) E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido [aquí faz referência a sua eficácia por meio da ideologia do branqueamento]. Só que isso tá aí... e fala. (: 79).

Atenta às “astúcias” da memória no sertão das veredas, adianto que entre minhas amigas no *cerrado* era incomum que se contasse uma história de maneira cronológica, norteadas por datas, ou mesmo que se falasse de acontecimentos orientados por ano, meses, dias, horas. Foi logo possível notar o quão inoportuno era intervir nas narrativas

¹⁷ Importantes contribuições e reflexões sobre a opressão econômica do capitalismo vem sendo formuladas por diversas teóricas. Ver, por exemplo, Morawska (2021); Tsing (2019); Bear, Ho, Tsing, Yanagisako (2015); Stengers (2015); Guyer (2004); Ong and Collier (2004); Yanagisako (2002).

com questões do tipo: “que ano aconteceu?”; “quando foi isso?”; “você lembra o ano?”. Perguntas como estas não encontravam mais do que semblantes confusos, cortes nos relatos, silêncio!

Antes, o historiador no noroeste mineiro observava as práticas ordinárias entre as pessoas, as relações com a terra, bem como as transformações na prática política cotidiana, como se verá em *fiar no cerrado*, *tecer riquezas* o segundo subitem deste capítulo. No primeiro, *linhas do desenvolvimento: suturar no cerrado*, serão abordadas algumas teses de ocupação do noroeste mineiro que, em ressonância com o historiador local, refutam o discurso do “vazio demográfico”, do “isolamento” e do “atraso” que embasa as expectativas desenvolvimentistas. Empréstimo, então, a imagem do Ch’ixi, com a intenção de esboçar os contrastes, as oposições que convivem nos cerrados: a pobreza do desenvolvimento, a se fazer visível pela literatura e pela memória das mulheres; e a *riqueza no cerrado*, que se faz ver na experiência vivida pelas pessoas na relação com a terra.

1.1) *Linhas do desenvolvimento: suturar no cerrado*

D. Fátima gostava de contar que em sua juventude *a cidade era longe. Não tinha transporte. Unai era pequena. Nem nunca igual a Uruana hoje*¹⁸. *Brasília também era pequena, era a “cidade livre” que o povo falava, cá no Taguatinga. O resto era tudo cerrado. Toda semana meu marido ia levar os produtos da roça. Levava leiteira, levava cabrito, levava milho.*

¹⁸ A fim de referência, a estimativa do IBGE para o ano de 2021 era de uma população de 3.256 habitantes em Uruana de Minas-MG.

Assim como D. Fátima e sua família, as pessoas que já ocupavam os cerrados viviam de uma diversidade de *produtos da roça* que por muito tempo, além da própria subsistência, abasteceram os diferentes ciclos econômicos que se fizeram na região. Sobre esse assunto, interessada justamente no processo de ocupação do noroeste de Minas Gerais, descreve Rosely Grisotto (2003) que durante o século XVII, em virtude da vizinhança com a mineração, o sertão mineiro foi um lugar importante no abastecimento de produtos de subsistência, os *produtos da roça*, para usar os termos de D. Fátima. Lembra ainda a autora que, mais tarde, entre os séculos XVIII e XIX, a porção noroeste do estado de Minas teria ocupado uma posição importante na produção de algodão no país e exportação para a Inglaterra, frente a baixa produção dos EUA em meio à Guerra de Secessão. Já no início do século XX, argumenta que a grande demanda incentivou produtores da região a plantar maniçoba para integrar o Ciclo da Borracha¹⁹. Destaca, finalmente, a ação das políticas públicas do governo militar na década de 1970 de incentivo a entrada de capital no campo, a chamada “modernização da agricultura”, medida que vai tornar o *cerrado* alvo do “desenvolvimento econômico do país” (: 11)²⁰.

Também a destoar dos discursos oficiais fundamentados no vazio demográfico, isolamento territorial e atraso econômico, Maria de Lourdes Souza (2006) enfatiza a importância fluvial da região, cuja economia era baseada na carne de gado e peixe, e em outros produtos agrícolas. A autora descreve, ainda, duas hipóteses acerca de deslocamentos e ocupação do espaço no noroeste mineiro. A primeira, experienciada pelos vaqueiros vindos do nordeste do país, sobretudo da Bahia e de Pernambuco, bem como pelo fluxo dos bandeirantes paulistas (cf. Mata-Machado 1991). O segundo, como efeito da mineração e das atividades agropastoris. Dessa maneira, Souza destaca que se

¹⁹ Para mais, ver Mata-Machado (1991).

²⁰ Sobre esse assunto ver também Ferreira Neto (2002).

verifica na região uma economia com base de subsistência aliada a uma economia regional mais ampla. Em outras palavras, observa-se a presença de uma população sertaneja criadora de gado a viver de recursos naturais de origem vegetal.

Outras explicações para os processos de ocupação dos cerrados do Brasil central foram dadas por Diniz (2006), que ressalta como a Guerra dos Emboabas (1707 - 1709), a disputa pelo ouro entre mineiros e paulistas, teria feito com que os últimos rumassem mais a oeste do estado de Minas Gerais em busca do minério²¹.

Como se pode observar, são distintas as perspectivas que descreveram o processo de ocupação dos cerrados no noroeste mineiro. Todas elas, no entanto, com suas diferenças, refutam a narrativa do vazio demográfico. D. Carlota, uma das mulheres mais velhas com quem convivi durante a pesquisa de campo, contava que *nasci aqui mesmo. Digo, aqui, na região. No passado a gente mudava muito. Tinha móveis, esses trem, nada! Só umas coisinhas que carregava na cabeça, carregava no carro de boi. Era minha mãe e uma meninada, nove irmãos. Morava em lugar que só tinha onça. Onça, bicho do mato. E as lavouras beirando o Rio Preto. Lá era só mato. E como tinha muito animal, não pegava gente. Mas também ninguém facilitava. De noite, fechava o rancho bem fechado. Era desse tipo!*

Apesar da presença já antiga de muitas famílias na região, o discurso oficial do vazio demográfico vai também embasar variados projetos de ocupação no noroeste mineiro, como foi o caso do projeto Cidade Marina, gestado simultaneamente ao projeto de construção de Brasília. Foi Monique, a então coordenadora da Central Veredas²², em

²¹ Sobre esse assunto ver também Pinto (1979) e Bruno (1967).

²² Central de artesanato localizada em Arinos-MG, que reúne o trabalho das mulheres no noroeste mineiro. Para uma explicação mais detalhada, ver o capítulo 3.

uma das muitas caronas entre Natalândia, Uruana de Minas, Bonfinópolis, Riachinho e Arinos que mencionou e pela primeira vez ouvi sobre a Cidade Marina.

Passávamos pela Fazenda Menino, quando ela se lembrou do *projeto de construção de uma cidade sustentável no sertão roseano. Um cinturão verde para abastecer Brasília. Já ouviu falar? Marina, é o nome.* Sugeri, então, que eu pesquisasse mais sobre o assunto, pois apenas tinha visto uma reportagem, e não se lembrava muito mais, somente sabia que *umas conhecidas nossa que participaram da entrevista.*

A reportagem a que se referia era uma publicação de Damasceno e Ribeiro (2017) no Estado de Minas, onde contam que Cidade Marina foi um projeto assinado por Niemeyer em 1956, antes do início da construção de Brasília, encomendado por Max Hermann, o então proprietário da extensa porção de terras no noroeste mineiro, a Fazenda Menino. A proposta arquitetônica visava a construção de uma cidade de 200 mil habitantes, por meio de um planejamento sustentável com habitações coletivas, parques, vegetação nativa, colônia agrícola e aeroporto, o único elemento a sair do papel efetivamente.

Ao que parece, era desejado atrair habitantes de fora da região, visto que foram os jornais do Rio de Janeiro que estamparam as ofertas de lotes da Cidade Marina no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a promessa de “acesso a imensas riquezas e possibilidades da região da Nova Capital Federal e do Vale do São Francisco”, como podemos ver na imagem publicada pela finada Revista Manchete:

Ainda que nunca tenha saído do papel, argumentavam algumas lideranças sindicais que conheci durante a pesquisa de campo, projetos como o Cidade Marina, e mesmo a construção de Brasília, tiveram como efeito atrair pessoas para os cerrados em busca de oportunidades de trabalho, sobretudo pessoas provenientes do Norte de Minas Gerais e do estado da Bahia. Tratou-se, portanto, de outra onda de ocupação do noroeste mineiro, que, a despeito disso, continuou a ser ignorada pelos discursos oficiais como é possível notar nas formulações dos projetos desenvolvimentistas no país nos anos seguintes que continuaram a atribuir à região a tese do vazio demográfico.

Em meados dos anos 1960, mediante a atuação de órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)²⁴, bem como de agências internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, verifica-se no país a criação de “polos de desenvolvimento agrícola” (cf. Torres 2000). Em outras palavras, significou um momento em que o Estado, associado ao capital internacional, passou a intervir diretamente na agricultura²⁵.

Delineava-se com isso formas de atividades agrícolas nos cerrados que priorizavam a monocultura, a mecanização, os créditos a médios e a grandes proprietários, como sugeria o Programa Polocentro (ver Alencar 1979). Nos termos dos documentos

²⁴ Órgãos responsáveis pelos projetos de colonização afeitos à atividade agrícola irrigada na região nordeste, cf. Torres (2000).

²⁵ O Estado brasileiro passa a financiar projetos como o POLONORDESTE (Programa de desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), POLOCENTRO (Programa de desenvolvimento dos Cerrados), POLOAMAZÔNIA (Programa de polos Agropecuários e Agromineriais da Amazônia) e POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil). Importante mencionar que a mudança na ação do Estado no que se refere ao alinhamento ao setor agrícola já começa a aparecer nos anos 1930, através da agricultura cafeeira como fonte dos recursos voltados aos projetos de implementação de parque industrial, substituição das importações e políticas de financiamento (SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural). Para o aprofundamento dessa discussão, ver Torres (2000). E para uma abordagem bastante interessante sobre como o projeto econômico brasileiro nos anos 1930, a partir de um paralelo entre homens e bois, produz raça, nação, saberes políticos, mercados, agronegócio, ver Natacha Simeí Leal (2018).

oficiais, viu-se a “transformação da agricultura de subsistência para a agricultura empresarial”, não sem enfatizarem que os “minifúndios” seriam e mostravam “uma pobreza rural” (Emater, 1975).

Outra vez, o imbricamento entre vazio demográfico e o atraso relacionado à organização social e econômica da região era mobilizado pelas narrativas a favor dos projetos desenvolvimentistas nos cerrados mineiros. Em um primeiro momento, a justificar o “desbravamento” da região. Logo em seguida, a justificativa era a necessidade do “desenvolvimento”.

Em 1967, outro exemplo, aparece o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que previa crédito rural ao grande proprietário de terra, insumos, máquinas, armazenamento, transporte, agroindustrialização, comercialização. No mesmo ano acontece o encontro com a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o interesse em “melhorar o sistema de créditos e apoiar a criação de indústria de fertilizantes, pesticidas e máquinas” (Pompéia 2018: 109).

Estes projetos, cuja base de apoio estava na construção da narrativa do atraso, do vazio demográfico e do isolamento territorial vão compor com a formação do agronegócio²⁶, ou do “mal que substituiu o Diabo”, para emprestar os termos de Marisol de la Cadeña (2018) em sua crítica aos modos de operação da política moderna. Como bem ressaltaram Heredia, Palmeira e Leite (2010), não se pode falar em agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas. Embora no que concerne à ocupação da terra, o Estado pode às vezes não aparecer como protagonista, como mostra Ana Claudia Marques (2015; 2013) sobre a formação do agronegócio em Mato Grosso.

²⁶ Para um aprofundamento nesse tema ver Pompeia (2018).

Em meados dos anos 1970, aparece o programa POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), outro programa dito de “modernização” que, paradoxalmente, estimulava o estabelecimento de pastagem sob o jugo da “tradição”. Segundo Souza (2006), tratava-se de um projeto desenvolvimentista que previa a “exploração dos cerrados com pecuária de corte e pequeno percentual de leite” (: 50). Levava a característica de “tradição”, pois a criação de gado já era uma prática comum no noroeste mineiro, ao menos desde o século XVII, quando a região passou a se destacar no abastecimento de carne e produtos agrícolas destinados aos vizinhos da mineração, como mencionado no início desta subseção. Contudo, diferentemente dos modos locais de criação de gado e plantio, era com mecanização, agrotóxicos e expulsão da população local, como explica Souza (2006: 51), que o POLOCENTRO experimentava a “tradição” da criação de gado nos cerrados. Como escreve Diniz (2006) a respeito desse programa,

(...) fazendeiros dispostos a cultivar ali puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado. Tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária. Com a alta de taxa inflacionária, e com os longos períodos de carência e prazos de pagamento, o crédito do POLOCENTRO tornou-se uma virtual doação aos seus mutuários (: 115-116).

Sobre esse ponto, destaca Mueller (1990) que, antes do que “desenvolvimento agropecuário”, as políticas de incentivos fiscais tiveram como efeito a especulação fundiária. Em outras palavras, as consequências maiores destas políticas foram “transferir recursos e patrimônio a indivíduos e grupos influentes, com reduzidos impactos sobre o desenvolvimento econômico e sobre o aumento de bem-estar da maioria da população da região” (: 71).²⁷

²⁷ Sobre a aliança entre o Estado e os grandes proprietários de terra, é possível também pensar a partir da ideia de um jogo político, que segundo Velho (2014: 216), “parece revelar o quanto a face ‘democrática’ da burguesia é episódica e secundária, dependendo das possibilidades de alianças que lhe são oferecidas para conseguir maior apoio do Estado”.

As narrativas das mulheres no *cerrado*, sobretudo mais velhas, também contavam histórias desse tempo. Embora fosse um tanto incomum a menção a datas precisas ou a eventos históricos partilhados de modo mais abrangente, a aproximação com as idades das filhas e dos filhos nos davam pistas sobre o tempo dos acontecimentos.

Dona Augusta, por exemplo, contava que seu filho mais velho, que em 2017 estava na faixa dos 50 anos:

- Lauro, aos sete, já saiu de casa para trabalhar. Numa fazenda pra lá, com carvão. As meninas, as gêmeas, com seis anos, lavavam vasilha para os outros e ganhavam aquele tanto de roupa velha. E eu dava graças a Deus. Só sei que naquele tempo nós sofreu.

Dona Carmem narrou que ainda muito jovem perdeu o marido na lida com os fornos do carvão, com três crianças e grávida de Isabel, que em 2017 tinha 45 anos:

- Eu chorava, eu chorava. Gente do céu. Como eu vou viver? Ter um menino novinho, como vou viver? Falei que ia dar Isabel para os outros. Duas mulheres foram lá para eu dar essa menina. Em casa, fui pensar, tirar para chorar. 'Além de ficar sem o marido ocê dá a menininha pros outros?', isso é muito triste.

Tina já estava prestes a fazer 60 anos em 2018 quando contou:

- Minha mãe tentou me matar quando contei que estava grávida, ainda muito jovem, com uns 15 anos. Eu estava deitada no terreiro e acordei com um travesseiro me sufocando. Lembro direitinho de ela dizer, chorando muito, que era melhor eu morrer do que ter a vida que ela tinha. 'É para você não passar o que eu passo. Arrumar marido ruim, menino com fome e não ter nada para dar de comer'.

As memórias narradas sobre o desespero de mulheres diante da impossibilidade de alimentar os filhos e sustentar a vida coincidiam temporalmente com a atuação dos projetos de expectativas desenvolvimentistas na região e, importante sublinhar, não eram relatos incomuns. Lembrar o passado, sobretudo dos anos 1970, mas também dos anos 1980 – como apreendemos pela menção às idades das pessoas hoje adultas –, era narrar histórias de crianças em trabalhos precários a servir famílias de fazendeiros, era narrar a dor de mães que não puderam criar os filhos pela impossibilidade de alimentá-los, era narrar a violenta agonia e desesperança de mulheres que não suportavam imaginar que suas filhas pudessem, como elas, experienciar a vida.

Aquele era o tempo da fome, diziam por vezes minhas amigas, principalmente as mais velhas, as quais, inclusive, me corrigiam quando equivocadamente dizia sentir fome – *você está com vontade de comer, menina. Não sabe o que é sentir fome*. Mas também diziam as pessoas mais jovens, na faixa dos 40 anos, quando se referiam à infância e contavam da vida dos pais. Certo dia compartilhou Lene suas lembranças do Cacete Armado, nome que levava o povoado antes da municipalização de Natalândia:

- Pai e mãe arrumava serviço nas fazendas e passavam dias fora de casa. Na colheita, no carvão. Foi sofrido. Às vezes eles deixavam comida para uma semana, mas arrumavam outro serviço emendado e não voltavam para casa no prazo. Eu e meus irmãos comia farinha com água. Quando os vizinhos tinham comida, davam pra gente. Mas naquele tempo, os vizinhos não tinham o que comer também.

Emendou sua lembrança do povoado Maria de Lourdes,

- No tempo do Cacete Armado, era tudo mato. Agora está tudo mudado por aqui. Se matava mais por aqui. Sem motivo, sem prisão. O povo até costumava dizer:

todo dia é um amarrado de noite para matar de dia. Aí depois, bem depois, chegou o padre. Mas antes se matava por qualquer coisa.

Pode-se dizer que no *tempo da fome* no Cacete Armado, tempo em que os projetos de desenvolvimento chegaram à região, o que se testemunhava era, como argumenta de Souza (2006), “um processo depredatório”. Seguindo com as palavras da autora:

Ocorreu neste período, na região de Bonfinópolis, hoje município de Natalândia, o desmatamento de grandes áreas do cerrado, com extensas áreas de vegetação ricas em plantas como pequi, cagaita e araticum, que foram transformadas em carvão. Este processo depredatório veio com certa sofisticação, com o uso de equipamentos modernos, como tratores, motosserras e correntões (: 48).

Também sobre esse tempo, certa vez ressaltou Miriam a precariedade do trabalho disponível às pessoas que viviam no *cerrado* do noroeste mineiro: *Carvoaria e boia fria era a única opção de serviço por aqui. Era só carvoaria aqui perto. Também podia limpar um lote para alguém. Sempre teve serviço por aqui, mas sempre mão de obra barata*²⁸.

É possível depreender dessas narrativas que a ideia de “desenvolvimento”, tal qual apoiada nos discursos de vazio demográfico, isolamento territorial, atraso econômico e social, foi um importante agente para o *tempo da fome* no noroeste mineiro. Os resultados dessas políticas não escondem: concentração de terra, especulação fundiária, êxodo constante, pessoas impossibilitadas de se sustentarem dignamente, trabalhos temporários e aumento da sazonalidade, como bem mostra o trabalho de Mônica Nogueira (2009) sobre a chegada da monocultura do eucalipto no norte mineiro.

Se é possível falarmos em “vazio demográfico” nos cerrados, então ele é, sobretudo, efeito das ações com expectativas desenvolvimentistas. Argumenta Leda

²⁸ Para uma análise sobre a formação do proletariado rural em Minas Gerais, ver Nair Costa Muls (1989).

Castro (1997) que a experiência com os projetos ditos de modernização no Brasil central foi uma ruptura nos modos de vida e, estendendo a reflexão, com efeitos nocivos que permanecem latentes nas pessoas pela memória.

Com respaldo na fala da Irmã Zilda da Pastoral da Terra, Souza (2006) atribui aos projetos desenvolvimentistas a responsabilidade pelo rastro de pobreza e miséria que marcou o *tempo da fome* no noroeste mineiro. Tempo em que as pessoas eram submetidas a deslocamentos forçados, obrigadas a abandonar suas terras como posseiros. Sobre isso Ribeiro (2002: 268) destaca:

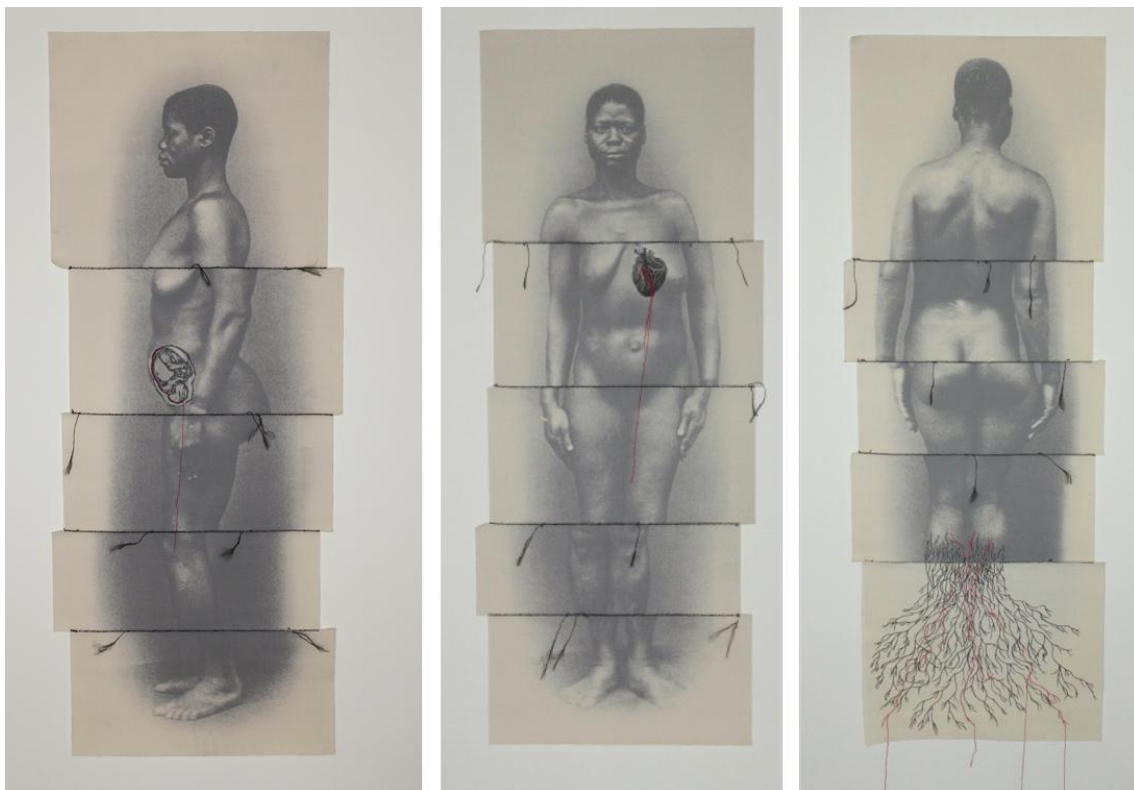
A apropriação dessas áreas por grandes empreendimentos representou o cerco de comunidades inteiras, com a ocupação das terras altas e planas das chapadas, com enormes parcelas cobertas de soja, café, eucalipto ou de outros tipos de monocultura. Assim, essas comunidades foram expropriadas dos usos coletivos que antes aí realizavam, diminuindo sua capacidade de criação de bovinos e reduzindo ou inviabilizando a caça e várias formas de extrativismo vegetal (lenha, madeira, frutos, plantas medicinais, fibras, etc).

Aquilo que as mulheres contam sobre os efeitos das políticas desenvolvimentistas nos cerrados parecem também dizer algo sobre o modo como o Estado lida com os diferentes povos que vivem na e da relação com a terra: “através da violência e não do diálogo”, e aqui empresto os termos da artista brasileira Rosana Paulino na crítica elaborada em sua obra *Assentamento*, de 2013.

Antes de falar especificamente da obra mencionada, ressalto que, de maneira geral, os trabalhos da artista têm por enfoque principal propor discussões acerca da condição social de mulheres negras no país, bem como reflexões sobre a diáspora africana. Sobre a instalação *Assentamento*, Paulino apresenta a impressão digital da imagem de uma mulher negra, de lado, de frente e de costas (uma foto registrada por Louis Agassiz durante suas tentativas em provar a superioridade racial branca) de

aproximadamente 180,0 cm de altura. O trabalho que combina a imagem digital com costura, desenho e bordado, expõe a imagem da mulher com as partes do corpo “suturadas de maneira assimétrica”, como nos diz Paulino. Vemos, então, partes desencontradas do corpo amarradas por uma linha grossa, forte e bruta de modo a ficarem unidas pela força. A esse respeito, diz Rosana Paulino:

(...) imagine um dia estar cercado de seus familiares e amigos e em outro estar em um navio negreiro, totalmente insalubre, com gente de variadas etnias e que não falam a sua língua. Ao desembarcar em terras estranhas, há ainda o trauma da escravização. Estas pessoas tiveram que se refazer, mas este “refazimento” nunca é completo! Sobram as marcas deste processo de adaptação, marcas estas que, muitas vezes, foram também transmitidas aos seus descendentes. Daí as costuras desencontradas, mostrando que um refazer-se completo é tarefa quase impossível. (Texto que acompanha a mostra).



Assentamento, 2013. Rosana Paulino.

Fonte: portfólio da artista, disponível em <https://rosanapaulino.com.br/>

A partir da imagem elaborada pela crítica da artista, argumento que enquanto o Estado brasileiro, através das políticas ditas de desenvolvimento, “sutura” as gentes todas

que desde sempre ocupam terras como as dos cerrados do país, as mulheres no noroeste mineiro vão *rompendo*, criam modos de antecipação e produção de vantagens no correr contínuo do tempo frente a situações “insalubres” de desarranjo e violência, como as oferecidas pelo chamado desenvolvimento e suas políticas de miséria, pobreza, concentração de terra e renda.

Em outras palavras, embora se experimente a “sutura” no *cerrado*, podemos observar de modo ambivalente e contrastante uma espécie de “refazimento” – ainda para usar a imagem de Paulino (2013) –, a partir dos movimentos, das ações das mulheres ao articularem, por exemplo, mobilização social e política, reforma agrária, organização das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Ou, simplesmente, a partir do modo ordinário como preferem levar os dias em suas roças, seus terreiros, com seus bichos, por meio de suas *mexidas*.

Nesse sentido, entre as mulheres no *cerrado*, diferentemente da “sutura” provocada por ações desenvolvimentistas, a imagem que ofereço se faz junto ao canto das fiandeiras, do *fia lá que eu fio cá*, que diz, antes, de experiências coletivas, da vitalidade e do uso compartilhado da terra, do plantar alimentos variados e, como se verá a seguir, de um cotidiano atento às *riquezas do cerrado*.

1.2) *Fiar no cerrado, tecer riquezas*

Fia lá que eu fio cá, eu quero ver fiar, cantarolavam e fiavam as mulheres na Câmara de Vereadores de Uruana de Minas na ocasião de uma reunião sobre o “desenvolvimento sustentável do noroeste das Gerais”. O encontro reunia a população local de Uruana, bem como lideranças políticas e comunitárias dos municípios

considerados integrados à porção noroeste do estado de Minas Gerais. Em especial, dos quinze municípios membros do “Circuito Noroeste das Gerais e Alto do Paranaíba” à época²⁹. Como funcionária da secretaria de cultura de Natalândia, Simone tinha a incumbência de representar o município na reunião regional. Juntamente ao secretário de cultura que, embora menos familiarizado aos encontros regionais, também era presença esperada em decorrência da nomeação ao cargo de secretário da pasta atribuída pelo prefeito.

Havíamos saído de Natalândia um pouco depois do meio-dia. O sol estava a pino, fazia um *calorão*, como enfatizou repetidas vezes o secretário de cultura que conduzia o carro da prefeitura, um Uno Mille coberto de poeira, até o município vizinho. Uruana de Minas fica a 100km de distância de Natalândia. Sentada no assento da frente, Simone ria ao dizer que não havia sido uma boa ideia colocar minha bagagem no porta-malas do carro. *Se aqui na frente está esse poeirão, imagina lá trás*, disse com humor enquanto limpava o cinto de segurança para não sujar a roupa que vestia, escolhida meticulosamente para o evento.

A bagagem a que Simone se referia eram algumas trocas de roupas para passar alguns dias em companhia de Neide que, assim como ela, compunha o grupo de mulheres artesãs do noroeste mineiro, reunidas inicialmente pelo projeto Veredas³⁰. Simone era tecelã no projeto e Neide, que fazia experimentações com flores, frutos, cascas e folhas

²⁹ No ano de 2017, tratava-se dos municípios de Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Patos de Minas, Presidente Olegário, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas e Vazante. Em 2021, o município de Coromandel passou a compor o circuito.

³⁰ O Projeto Veredas foi inicialmente formulado pela Artesol, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e mais tarde passou a se chamar Fio Ação. O projeto reúne mulheres artesãs do noroeste mineiro, espalhadas pelos municípios de Natalândia, Sagarana/Arinos, Bonfinópolis de Minas, Riachinho, Serra das Araras/Chapada Gaúcha, Urucuia, Uruana de Minas e Arinos. Voltarei a esse projeto com mais detalhes no capítulo 3.

do mato em busca de cores naturais, era *tingideira no cerrado*, como gostava de se apresentar.

Naquele dia, Neide nos esperava em frente à câmara de vereadores. No mesmo lugar onde as mulheres fiandeiras de Uruana de Minas faziam nas rodas de fiar, linhas de algodão na cadência de suas belas cantorias. Mal nos cumprimentamos e já nos encaminhamos às escadarias da câmara, pois tínhamos sido avisadas de que a reunião logo teria início. Foi o *prazo*, como se diz no sertão mineiro, o tempo de Simone dizer à Neide que eu estava *entregue*. Nos abraçamos, as três, e rimos. A reunião começara.

Os assentos estavam quase todos ocupados. Neide comentou que a maioria dos presentes eram moradores do município curiosos pela atuação da *nova prefeitura*. Minha primeira estadia longa em campo aconteceu em 2017, no ano seguinte às eleições municipais. Ou, depois do ano da *política* como mais comumente minhas amigas faziam referência. Tanto Natalândia, como Uruana de Minas, lugares que somado à zona rural de Riachinho concentrei mais tempo da pesquisa etnográfica, tinham interrompido longos mandatos de administração municipal. Em ambas as cidades, desde a municipalização dos povoados Cacete Armado e Sussuarana no final dos anos 1990 – Natalândia e Uruana de Minas, respectivamente –, um mesmo grupo de prefeitas, prefeitos e vices ocuparam alternativamente o poder executivo local.

Na ocasião da reunião, era 2017, o primeiro ano, portanto, de gestão de Verdadeiro, como se autodenominava e era conhecido por todos, o novo prefeito. Um ano de muitas expectativas de mudança na política local, o que se evidenciava, me chamou a atenção Neide, no espaço lotado, com pessoas vindas das zonas rurais, gente sentada nos corredores e em pé. Além do povo de Uruana, estavam presentes fazendeiros da região. E as lideranças comunitárias e políticas dos municípios vizinhos, como mencionado anteriormente.

Tentávamos avistar lugares vazios quando todos ficaram em pé para a execução do hino nacional e do hino de Uruana de Minas. Ao fim do momento solene, antes que todas e todos se ajeitassem novamente em seus assentos, Verdadeiro agradeceu a presença das fiandeiras, a emocionante apresentação ao público do fiar o algodão nas rodas, “a cultura de Uruana”, enfatizou. Estendeu os agradecimentos e a classificação de “cultura de Uruana” às “mulheres quituteiras” que, vim a saber mais tarde, quando terminada a reunião, haviam preparado uma deliciosa mesa de comidas e bebidas consideradas “típicas da região”. O que significava dizer que as iguarias continham como principais ingredientes as frutas e os frutos do *cerrado*, em especial, pequi, araticum, manga, umbu, acerola, cagaita, mangaba, graviola, tamarindo, maracujá, goiaba, caju e baru.

Logo que nos sentamos, entraram na câmara dos vereadores algumas moradoras da zona rural do município com mudas de baruzeiro nas mãos para presentear as autoridades presentes. Neide, ao meu lado, comentou baixo que as mudas eram um convite às autoridades de outros municípios a participarem da plantação de *espécies nativas no caminho das cachoeiras*.

As cachoeiras de Uruana de Minas, juntamente com o trabalho do tingimento natural de linhas de algodão e tecidos feitos em teares manuais, foram as principais pautas discutidas na reunião naquela tarde. Bem como o fato de o território ter “herdado a paisagem do Sertão Veredas”, como foi reiterado em algumas falas, como a de Ivone, diretora de cultura e turismo do município à época:

- Temos potencial para colocar Uruana de Minas no mapa do turismo. Somos abençoados com as riquezas naturais do território. Estamos rodeados de belíssimas cachoeiras, do cerrado, a nossa matéria prima para o tingimento natural de tecidos. E o maior presente da região: a obra de Guimarães Rosa.

As mais de vinte cachoeiras e suas trilhas, o processo do tingimento natural com a vegetação do *cerrado* e a paisagem afamada pela obra de Guimarães Rosa, sobretudo em “Grande Sertão: Veredas”, foram as justificativas elucidadas na reunião para o lançamento do “plano de turismo de Uruana”.

Um projeto de “desenvolvimento econômico e sustentável” para a região, especificamente voltado ao “desenvolvimento rural” como ressaltado em diversas intervenções naquele dia. Os cerrados foram por diversas vezes destacados, por meio de falas, mas também de imagens, com referências às suas “riquezas naturais” e sua “beleza natural”. Fotos, vídeos e pinturas do mato, das águas, dos rios e das cachoeiras, dos bichos. Aos enunciados eram atribuídas especiais ênfases para que observássemos “a diversidade do cerrado”. Com isso, procurava-se enfatizar e singularizar as “riquezas do território”.

Podia-se observar naquela reunião uma evidente tentativa de conectar à noção de “desenvolvimento”, contida nos projetos, uma ideia muito particular de ‘riqueza’ tal qual compartilhada entre pessoas que vivem no *cerrado*, em meio à relação com a terra. Uma noção de ‘riqueza’ que, como formula Geiger (2016), “só é perceptível segundo o modo enriquecedor da narrativa singularizada, e não segundo o modo escasso da informação multiplicada” (: 292).

Com efeito, havia algo de muito particular atribuído à *riqueza no cerrado* no sentido de estar junto à família e produzir na própria terra, como aprendi com D. Benilda, S. Zé, suas filhas e seus filhos. O lote da família, localizado em um assentamento rural em Uruana de Minas, era dividido em duas partes. Uma, onde estava a casa e o terreiro – lugar onde ficava a criação de porcos e galinhas, bem com algumas plantações, em especial, a horta. A outra, onde estava a roça, onde a família plantava a comida necessária para a subsistência, mas não só. Investiam tempo e trabalho também em produtos para

trocas e vendas nas feiras locais e para negociações com a cooperativa da agricultura familiar.

Explicou-me S. Zé que quando lotearam o terreno da fazenda que daria lugar ao assentamento onde vive hoje junto à família e aos vizinhos – companheiras e companheiros de luta pela reforma agrária –, foi considerado mais justo que todos os moradores dali tivessem uma porção de terra à beira do rio. No caso, o rio São Miguel, que, com os ribeirões Sussuarana, Jiboia e Pasto dos Bois, verte água ao município de Uruana de Minas e entorno.

Com essa escolha, de que todos os lotes tivessem uma porção de terra à beira do rio São Miguel, a roça das famílias ficava um tanto distante das casas, o que conferia um constante movimento à localidade, um tanto incomum às zonas rurais, um vai e vem diário de pessoas, carroças, cavalos, motos e carro. A família de D. Benilda e S. Zé, considerava algo positivo ver os vizinhos com frequência, *a gente passa a ter uma boa mexida com as pessoas. Eu, por exemplo, bebo água na casa de qualquer um aqui. E minha família também, tem riqueza maior do que essa?*, disse S. Zé, orgulhoso em estabelecer boas relações de convívio.

Ter terra própria para produzir junto aos parentes, pensar coletivamente nas decisões a serem tomadas, fazer divisões justas, ter boa convivência com quem vive por perto, eram elementos destacados pela família que atribuíam sentido à ideia de *riqueza no cerrado*.

Certo dia, nos deslocamos para a roça à beira do rio. No caminho, cruzamos com o pai de Neide, S. Cirilo, a retornar de seu lote conduzindo uma carroça. Depois de cumprimentá-lo, contou S. Zé que S. Cirilo tinha costume de ir muito cedo tratar das criações que ficavam na parte da terra à beira do rio e passava por ali todos os dias no

mesmo horário. Emendou a dizer que isso era outra coisa boa em ter a terra, *cada um trabalha no seu tempo*.

Na roça de D. Benilda e seu Zé logo avistava-se o amarelo dos melões e dos maracujás, já esperando a colheita. Mas amarelo mesmo estavam os girassóis, plantados por suas filhas, as jovens Marcilene e Mirlene, que se destacavam belamente naquela manhã de sol no *cerrado*. Era dia de fazer rapadura. Primeiro, contudo, D. Benilda e as meninas trataram de aguar os girassóis e a horta. Os homens, seu Zé e Fabinho, o filho, sumiram de vista na roça de maracujá.

Já esperavam a colheita também a batata doce, a mandioca, o quiabo, o jiló, a abóbora – de dois tipos – e o amendoim. Além da cana-de-açúcar, a tarefa que nos levara ali naquele dia. S. Zé e Fabinho logo voltaram com alguns sacos de maracujás que teriam como principal destino a cooperativa de agricultura familiar – mas que acabaram nas casas de amigos e vizinhos igualmente. Depois, colhemos algumas mandiocas e tiramos amendoins da terra. Finalmente, então, seguimos para as plantações de cana.

Novamente o trabalho foi dividido. Enquanto S. Zé e Fabinho cortavam a cana, nós quatro tirávamos os capins e as levávamos até a beira do rio, a uns quinze minutos de caminhada dali, onde a família deixa permanentemente o *motor de moer a cana*.

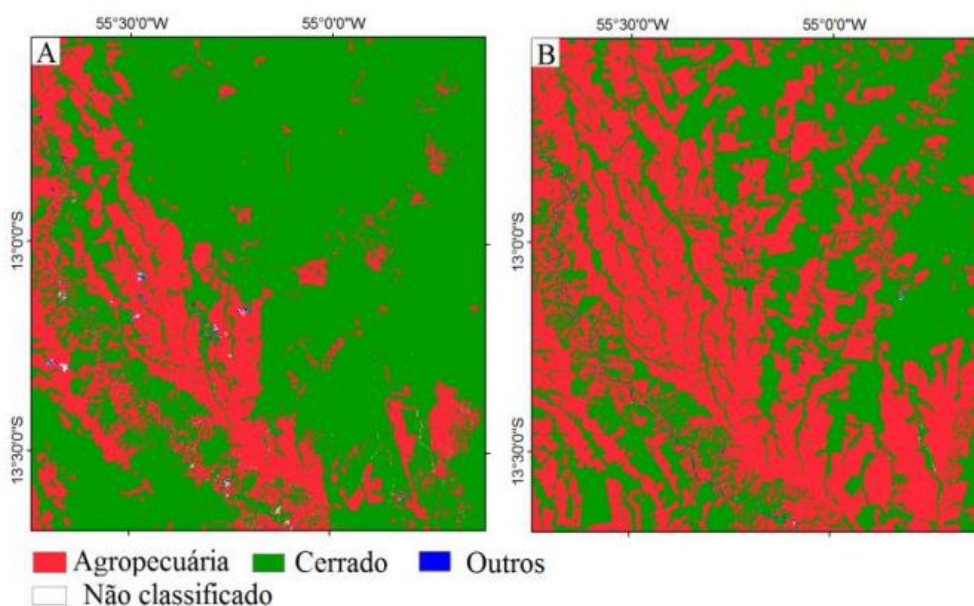
Foram algumas horas nesse trabalho, até que sentamos à beira do rio para moer toda a cana-de-açúcar, bem no lugar *de sepultura de cobra*. *Preocupa, não!*, disse Fabinho fazendo todos rirem bastante. Pelo menos até S. Zé lembrar que *onças pintadas e suçuarana aparecem de vez em quando*. Entre risadas, conto de *causos* e um gole e outro na garapa, dois baldes e um recipiente bem grande foram completamente preenchidos com o líquido doce.

Depois do processo de moer, seguimos para o tacho de cobre fixo ao forno de barro, mais próximo às plantações e menos do rio. D. Benilda, que foi *rompendo* enquanto ainda estávamos na moagem, já havia cuidado do fogo quando chegamos no forno. Ela contou que tinha colocado a lenha em pequena quantidade para fazer um *fogo maneirinho, ascendido à brasa*. Era assim o fogo adequado para fazer rapadura. A garapa, então, foi despejada no tacho e com uma cuia furadinha – como uma peneira – amarrada a uma vara, D. Benilda começou a mexer o líquido, sem parar de explicar que a cuia furadinha na ponta da vara servia para *ir tirando a espuma escura* que se formava conforme o caldo esquenta, *assim só fica a espuma e não desperdiça a garapa*.

D. Benilda jogou alguns pedaços de mandioca no tacho para cozer no líquido doce, *pra merenda*, disse alegre. A mandioca tinha acabado de ser arrancada da terra, que estava plantada ao lado do amendoim *para que ela não espalhe muito a rama*. Ensinarão-me que *mandioca com muita rama, não cresce bom. E tem que plantar na lua minguante, do contrário só dá rama. Cortar as ramas em piquete e plantar em outubro, depois da primeira chuva. Mandioca a gente planta é meio, final de outubro, mas só que não tá chovendo, né? Então, tem que aproveitar e plantar a mandioca na minguante, depois do quarto crescente a gente planta. Ah, e o milho também a gente planta é na minguante, depois que chove também, né?* [apontou para a roça de milho]. *Mês de outubro. A gente planta a mandioca e planta o milho também, né? Porque o milho que é plantado na nova, ele dá muita broca na folha. E dá broca na espiga também. O milho caruncha com rapidez. Só que ultimamente o tempo está muito quente, a gente não está sabendo mais quando é que a gente resolve as coisas, não. Mas mandioca e o milho tem que plantar. Ele são como uma mãe.*

O conhecimento sobre o tempo das plantações e o cultivo de alimentos considerados farturosos – como a mandioca e o milho que derivavam em farinhas, beiju,

tapioca, mingau, polvilho, pamonha, curau e daí por diante –, tornava visível uma ideia de riqueza associada à diversidade, abundância, fertilidade proveniente da terra. Argumento completamente oposto a ideia de que os solos dos cerrados são “pobres” por conta de sua “acidez e baixa fertilidade”, como refuta Silva (2006 apud Nogueira 2009), destacando que “esses solos, teoricamente pobres, sustentam uma das maiores e mais ricas biodiversidades do planeta” (: 31). Com efeito, no ano 2000, a região dos cerrados do país foi classificada como um dos *hotspots* mundiais, o que em outras palavras significa dizer que se passou a chamar atenção para a forte degradação que atingia a área de grande biodiversidade natural (cf. Myers et al., 2000). Fato que vem sendo anunciado por diversos estudos e meios de comunicação, por exemplo, por pesquisadores que utilizam técnicas de sensoriamento remoto e classificação de imagem:



Fonte: Trabaquini et al., 2013. Imagens do cerrado do norte do estado do Mato Grosso.

Com essas imagens, Trabaquini et al. (2013) apontam modificações no uso e cobertura do solo no cerrado, efeitos de incentivos governamentais e tecnologia, como afirmam. Indicam que imagem “A” se refere ao ano de 1990, e a imagem “B”, ao ano de

2010. Verifica-se no intervalo de tempo um expressivo aumento da área em vermelho, correspondente à agropecuária e, com isso, uma redução consubstancial da área em verde, a vegetação nativa – cerrado. O espaço analisado não se localiza no noroeste mineiro, como trata esta tese, mas do norte do Mato Grosso. Contudo, desejo enfatizar com os contrastes de cores produzidos pelos pesquisadores, os diferentes modos como têm sido testemunhada, demonstrada e publicizada a degradação nos cerrados.

Podem contribuir como um outro exemplo, imagens fotográficas circuladas por veículos de imprensa, como as publicadas pelo The Guardian em novembro de 2020³¹:



Fonte: The Guardian – publicado em 25 de novembro de 2020 ³².

Foto: Jim Wicken/Mighty Earth; Barreiras, Bahia. 2017.

³¹ O artigo trata sobre a relação entre a monocultura da soja no Brasil, a ração dos frangos que abastecem os restaurantes *fast-food*, as redes de supermercados no Reino Unido e o desflorestamento no cerrado brasileiro. Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2020/nov/25/revealed-uk-supermarket-and-fast-food-chicken-linked-to-brazil-deforestation-soy-soya> (último acesso: fevereiro de 2022).

³² Idem.



Fonte: The Guardian – publicado em 25 de novembro de 2020 ³³.

Foto: Jim Wicken/Mighty Earth; Barreiras, Bahia. 2017.

As extensões de marrom e cinza que avistamos nas fotografias de Jim Wicken na porção de cerrado localizada em Barreiras no estado da Bahia impressionam. Se de um lado a biodiversidade natural, através de incentivos de Estado e avanços tecnológicos, vem sendo capitalizada na “economia do carbono” para usar os termos de Elizabeth Povinelli (2016) ao se referir a ideia de riqueza econômica pautada pela extração, manipulação e transformação de elementos naturais em energia, por outro lado, entre os pequenos agricultores no *cerrado*, a riqueza estava sobretudo relacionada à terra, estar junto à família, pensar coletivamente, ter boas relações de convivência, saber do plantar os alimentos, conhecer o mato, os bichos. Tratava-se, diversamente, de entender a riqueza não com um bem ou um recurso, mas, antes, como uma “articulação ecológica redistributiva”, um “fluxo não acumulável”, como sugere Vieira (2015: 318) acerca da

³³ Idem.

“criação” e da “riqueza” na economia política do povo quilombola da Malhada em Caetitê no Alto Sertão na Bahia.

Os quilombolas da Malhada, escreve a autora, “riem um riso de quem não se convence diante da autoridade da produção capitalista e da hierarquização científica dos saberes” (: 26). Como também o fazem, mas de outro jeito, as mulheres camponesas e ronderas de Cajamarca no Peru, conforme mostra Adriana Paredes Peñafiel (2018), através dos cantos insurgentes contra a “ambícia”, o mal que chega junto com os projetos de mineração, responsáveis pelo barramento da circulação das águas. Logo, podemos entender os cantos das mulheres ronderas como uma recusa a aceitar “um mundo onde as águas sejam vendidas, o que vai contra a lógica da circulação de fluxos que permite alimentar os rios, a terra, as famílias, os corpos” (: 95).

Entre as mulheres e seus parentes nos cerrados se fazia *riqueza* na relação com a terra, no estar junto à família no trato da roça, no mato, no cuidado com os bichos. Também no ajuste do próprio tempo na lida, no saber do plantar, cultivar alimentos farturosos – por exemplo, milho e mandioca que são *como uma mãe* –, ver germinar, fazer derivar. Produzir da cana-de-açúcar, a rapadura. Tomar garapa à beira do rio, rir junto de *causo* alegre. *Riqueza* era também partilhar com quem se vive ao lado, conviver, pensar no que é *justo* ao coletivo, *beber água na casa de qualquer um*. Sustentar a vida e fazê-la girar nas *mexidas* dos dias.

Assim se fez a imagem do *cerrado* em um encontro com D. Nadir, S. Zé Milton e as abelhas. *Tá vendo o própolis? Ele é o nosso médico*, disse minha amiga a destacar que o casal cuida das abelhas, mas que as abelhas cuidam deles também. Ensinarão-me naquele dia de colheita de mel que *riqueza*, tal como ali experimentada, se fazia na relação

com a terra, atenta à diversidade e às giras da vida, como desenho a seguir através de linhas etnográficas.

Era fim de março de 2018 e as abelhas já estavam *comendo o próprio mel*, dizia-me dona Nadir ao telefone ansiosa por minha chegada para ajudar na colheita. Cheguei no Vale do Urucuia – MG, especificamente na zona rural do município de Riachinho, no início de abril daquele ano, e já na primeira manhã iniciamos os trabalhos de colheita do mel. D. Nadir, seu marido S. Zé Milton e eu. Trabalhamos arduamente durante todo o dia. O sol logo esquentou e não nos deu trégua. Eu até podia observar, pelo gradeado da roupa que usamos para mexer com as abelhas, que o casal suava muito no rosto e na cabeça. Chegavam a pingar. Mas isso não parecia ter a menor importância para o desempenho no *trato* com os insetos. D. Nadir esbanjava uma vitalidade espantosa com seus mais de setenta anos.

Em um único dia de colheita checamos mais de vinte caixas do criatório, cada qual com dez quadros. O processo de colheita envolvia algumas etapas. Primeiramente, era necessário soltar fumaça sobre as caixas das abelhas através do fumigador, um aparelho que queima combustíveis sólidos naturais, no caso escolhido por meus amigos, capim e erva cidreira. Em seguida, retirava-se lentamente a tampa de cada caixa para verificar a situação de cada quadro, como, por exemplo, se há mel, se há muito ou pouco mel, se há abelhas em produção, se há filhotes ou se trata de um quadro abandonado pelos insetos. Insistia D. Nadir que todo o processo tinha que ser feito de modo delicado, lento e silencioso, pois, do contrário, poderia *assanhar as abelhas* ao ataque e tornar impossível a colheita. Assim, depois de retirar a tampa da caixa vagorosamente, soltar mais fumaça e observar os quadros, o próximo passo era chacoalhar os que estavam cheios e pesados, um a um, de modo a se certificar que o mel não pingaria no chão. Pingar no chão era um

sinal de que o mel não tinha amadurecido e, portanto, estava *verde*. Em outras palavras, não estava pronto para ser colhido, se dizia ainda que estava *ralo e azedo*.

A etapa seguinte após a retirada dos quadros com o mel maduro era organizar as caixas de modo a deixá-las completamente preenchidas, ainda que algumas ficassem vazias, era importante deixar os quadros que restaram agrupados. Sempre em meio à fumaça, orientou D. Nadir que quanto mais alta a temperatura dentro das caixas, melhor era a produção de mel. E o preenchimento com os quadros, de modo a deixar pouco espaço para a circulação de as abelhas, contribuía, entre outras coisas, para a regulação do calor. Depois de organizados os quadros, uma limpeza era feita no espaço em torno do criatório das abelhas. A atenção era, sobretudo, voltada à retirada de folhas e outros insetos que porventura estivessem presos na madeira rústica que dava forma às caixas, como as aranhas. Por fim, aplicava-se mais fumaça, e se fazia a retirada do pólen que ficava concentrado em um recipiente, uma espécie de fundo falso elaborado nas caixas.

Das vinte checadas naquele dia de colheita, isto é, dos duzentos quadros verificados, tiramos um total de cento e treze quadros com *mel maduro*. Levamos os quadros para casa e os deixamos dentro do carro até anoitecer para que o mel permanecesse quente e facilitasse o processo de desoperculação que viria em seguida. Desopercular significava retirar a camada de opérculos que cobre os favos maduros. Em outros termos, *uma pelezinha fininha que envolve os favos e tampa o mel maduro*. Esse trabalho só poderia ser feito à noite, pois durante o dia as abelhas seguiriam o mel retirado das caixas, o que tornaria impossível os próximos passos do trabalho de colheita. *Desapeculamos*, como preferiam dizer ali, os cento e treze quadros naquela noite. Quantidade que encheu um vasilhame de cem litros de mel. Ao fim do trabalho, já de madrugada, lavamos todo o quarto adaptado no *terreiro* da casa para o *trato* com o mel para que não fosse atacado pelas abelhas pela manhã, visto que faríamos uma nova

colheita. Conforme alertara Dona Nadir, as abelhas viriam em busca do mel retirado das caixas assim que amanhecesse. E foi o que de fato aconteceu: pela manhã, havia nuvens de abelhas a zumbir no *terreiro* em torno do quarto onde estava armazenado o mel.

Não obstante, ainda na madrugada, embora muito cansados da *lida* do dia, esquentamos o leite tirado por S. Zé Milton pela manhã. Derramando um pouco de mel ainda quente sobre um pedaço de queijo amassado também pela manhã por D. Nadir. Tomamos suco de acerola do pé da fruta no quintal e comemos *mané pelado* – um biscoito feito com massa de mandioca, queijo e coco, assado na folha de bananeira. Tudo proveniente de seu quintal. Ela abriu um sorriso largo e disse com evidente alegria: *eu me sinto uma mulher rica!*

2. pra roda girar
fatura e tempo no cerrado

Eles [os guaranis] chamam a garganta de *ahy'o*, mas também de *ñe'e raity*, que significa literalmente “ninho das palavras da alma”. É porque eles sabem que embriões de palavras emergem da fecundação do ar do tempo em nossos corpos em sua condição de viventes e que, nesse caso, e só nele, as palavras têm alma, a alma dos mundos atuais ou em gérmen que nos habitam nesta condição. Que as palavras tenham alma e a alma encontre suas palavras é tão fundamental para eles que consideram que a doença, seja ela orgânica ou mental, vem quando estas se separam – tanto que o termo *ñe'e*, que eles usam para designar “palavra”, “linguagem”, e o termo *anga*, que usam para designar “alma”, significam ambos “palavra-alma”. Eles sabem igualmente que há um tempo próprio para sua germinação e que, para que esta vingue, o ninho tem que ser cuidado. Estar à altura desse tempo e desse cuidado para dizer o mais precisamente possível o que sufoca e produz um nó na garganta e, sobretudo, o que está aflorando diante disso para que a vida recobre um equilíbrio.

Palavras que afloram de um nó na garganta
Suely Rolnik. 2018

Já fazia alguns dias desde que havíamos chegado *no barraco na roça*. Era assim que Simone se referia a sua casa improvisada com os *paus do cerrado no sem-terra* – como era de costume se chamar a localidade onde um grupo de famílias da região lutava por lotes da reforma agrária. Sem sinal de telefone, luz elétrica e encanamento, no *sem-terra* o tempo corria diferente do cotidiano na cidade. Ainda não era alvoreada nos cerrados quando, junto à Lara, a caçula de Simone, ia buscar água para abastecer a casa durante todo o dia, para *beber, fazer o comer, banhar e lavar as vasilhas*. A água, fornecida pelo município cujos limites territoriais incluíam a fazenda ocupada pelas famílias, era armazenada em grandes recipientes em frente à casa de Consa, uma das mulheres que, desde o *tempo do acampamento de lona* à beira da rodovia, não tinha se afastado um dia sequer de seu *barraco no sem-terra*.

Dois baldes de 30 litros, um cada uma, era o que costumávamos carregar de água, enquanto Simone separava algumas lenhas para o fogo, aceso na primeira luz da manhã, e que só daria lugar às cinzas ao entardecer. Carregar a água, buscar a lenha, acender o fogo, colocar a água do café para ferver. Ao nascer do dia, o correr do tempo parecia se prolongar, à medida que muitas tarefas eram realizadas. Lavar o rosto, escovar os dentes, passar a vassoura na casa, colocar os alimentos para cozer, cuidar da horta e da roça. Tudo era feito muito antes de o sol chegar ao meio do céu.

Na preparação dos alimentos também podíamos experimentar o tempo em um ritmo próprio. Havia cinco meses desde que o acampamento de lona à beira da rodovia tinha sido desmanchado e, em acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, as famílias do movimento *passaram para dentro da fazenda*. Na roça de Simone, plantada provisoriamente em frente ao seu *barraco* nos primeiros dias de ocupação, mandioca, abóbora, quiabo, jiló e batata doce já se insinuavam aos olhos em forma de *folhas verdinhas* e *hastes de boa altura*, como no caso do mandiocal que

ainda não estava em tempo de colheita. Ao contrário dos demais vegetais, que, desde que chegamos à *roça* naquela temporada, tornavam fartas todas as nossas refeições, junto ao açafreão, ao arroz e ao feijão com pele.

Pela manhã, assim que terminávamos de *beber o café*, os vegetais já começavam a ser preparados. Assim como os demais alimentos e doces, quando o caso. Estes, os doces de leite, de mamão e a canjica, passavam o dia *beirando o fogo, apurando*, como lá se dizia. Fogo que também defumava os pedaços de carnes e peles estendidos no arame posicionado bem acima do fogão por dias a fio. No *sem-terra* era expandida a duração de preparo dos alimentos, o que significava experimentar outros sabores de iguarias já bem conhecidas, por vezes outras texturas, para além de sentir o tempo correr perene.

O tempo prolongado, o tempo perene, depois do almoço o tempo parecia retido, outra sensação própria do correr dos dias *no sem-terra*. Depois de as vasilhas limpas e a cozinha arrumada, era o momento de descanso, geralmente à sombra de uma árvore. Momento em que as imagens e as vozes todas cessavam, a dar destaque somente aos sons dos bichos, dos galhos, por vezes das respirações, da brisa. *Vamos fazer um quilinho*, diziam as mulheres após *o comer*. Uma expressão corriqueira para falar sobre a pausa no trabalho após o almoço. E que efetivamente parecia impedir o correr do tempo, ao menos até que o cheiro de café desbloqueasse outro ritmo *no sem-terra*.

Certo dia, com o sol a pino, levamos *o comer* para o *barraco* de Consa, feijão com pele e cozido de abóbora. Ela nos esperava com o arroz pronto e uma salada de repolho *batidinho*, cortado muito, muito fino. Assim que acabamos de almoçar, deitei à sombra de uma gameleira. *Vai deitar lá dentro, sá! Deita lá na minha cama...*, disse-me Consa já sentada com os olhos semicerrados e com a cabeça e as costas apoiadas no tronco torcido da árvore. Com alguma frequência me era oferecida uma cama para fazer o *quilo* depois do almoço, suspeito que por minha falta de *costume com o mato*, por ter crescido em São

Paulo. Mas preferi compartilhar com minha amiga a boa sensação que experimentava naquele momento. Ainda assim ela se levantou, entrou no *barraco*, retornou e disse: *então, toma. Coloca esse travesseiro no rumo da cabeça.*

Travesseiro no rumo da cabeça, repeti mentalmente algumas vezes a frase dita por Consa. Percebi, naquele instante, como a maneira de falar das pessoas nos cerrados era permeada por palavras que incitavam o movimento. Colocar as coisas no *rumo* de outras, *ir rompendo, criar tipo, a mexida da roça, pra roda girar*, entre outras colocações recorrentes entre minhas amigas e meus amigos que explicitavam a iminência do movimento na experimentação do tempo cotidiano.

O tempo prolongado, o tempo perene, o tempo retido. Sabia-se muito bem que o tempo não corria sempre do mesmo jeito. Sabia-se que os acontecimentos podiam desmanchá-lo, desarrumá-lo, desatá-lo, remodelá-lo, transformá-lo, um saber contido, inclusive, no vocabulário cotidiano. *Rumar, romper, mexer, criar, girar* eram verbos presentes na maior parte das formulações elocutórias e que nos contavam, entre outras coisas, sobre aquilo que se movimentava no dia a dia, sobre o estado de impermanência de se experimentar a rotina no sertão das veredas.

Entrar nos cerrados a partir daquilo que se movimenta é a tarefa aqui enfrentada³⁴. E que será realizada atenta às giras das mulheres. Refiro-me às giras com duplo significado. O primeiro é no sentido próprio do movimento, o que deslocava, o que circulava por e entre as mulheres nos cerrados na folia, nas rezas, nos leilões, na feira, na vizinhança, nos consórcios. O segundo é no sentido manifesto em expressões rotineiras como *pra roda girar*.

³⁴ Para diferentes perspectivas etnográficas sobre a temática do movimento, especialmente nos cerrados, ver Dainese (2016), Perutti (2015), Carneiro (2015), Guedes (2011). Em Minas Gerais, ver Comerford, Carneiro e Dainese (2015). Para um estudo mais recente sobre o tema no norte mineiro ver Mourthé (2021).

Pra roda girar era uma locução bastante utilizada entre as pessoas no *cerrado* para se referir a ações que visavam abrir possibilidades prósperas na vida. Um ato para *mudar o rumo* ou *caçar melhora*, como comumente se dizia. Certa vez, sentadas embaixo de um pé de manga, Dona Hilda me falava sobre as expectativas de que sua neta mais velha pudesse cursar uma universidade, *ela tem 18 anos e já disse para caçar estudo, arrumar diploma pra roda girar*. Continuou a dizer que não só o diploma teria o atributo confiado à gira da roda, *um serviço, um projeto, tudo aquilo que dá condição pra viver melhor. Até um casamento*, finalizou com uma *gaitada boa* – como ali se emprestava nome aos risos expansivos.

Isso posto, adianto que girar no *cerrado* junto às mulheres despontavam relações de *fartura* e tempo, por meio da reunião de pessoas e da combinação de *prazos, compromissos, convites, favores e ajudas*, como se verá à frente em *matamos uma vaca e ficamos com uma banda*, e, seguidamente, em *não se abraça a vaca sem sair do atoleiro*, as duas subseções que compõem este capítulo.

2.1) *Matamos uma vaca e ficamos com uma banda – girar e fazer fartura*

Era madrugada quando os ventos trouxeram o canto da folia. Simone deu um pulo da cama assustada, confidenciando que, em sua cabeça, os *giros dos foliões* só nos visitariam na noite seguinte³⁵. Estávamos *no sem-terra*, e o silêncio da noite na fazenda ocupada pelas famílias de diferentes lugares do noroeste de mineiro parecia ecoar cada

³⁵ Uma contribuição etnográfica sobre os giros da folia em Urucuia, município localizado no noroeste de Minas Gerais, foi feita por Pereira (2015; 2011). O autor observa que folião são aqueles que fazem a folia (cantam e tocam), bem como aqueles que gostam dela (acompanham e assistem). Especificamente sobre os giros, descreve que se trata de sucessões de visitas intercaladas pelas caminhadas por um território previamente delimitado (2011: 29).

vez mais forte, e mais nítido, o canto da folia do Divino Espírito Santo. Ou somente *folia do Divino*, como ali se dizia por hábito. *Tá bem perto, sá! Abre a porta que vou arrumar o café. Nosso barraco é a primeira parada dos foliões*, pediu Simone ao me ver sentada na cama, depois de acordar com o seu sobressalto e me deparar com os olhos arregalados das primas Lara e Bruna que dividiam comigo o colchão de palha de milho suspenso por *paus do cerrado*.

Giramos junto à folia até a casa vizinha, o *barraco* de Consa, que ficou evidentemente emocionada ao abrir a porta e se deparar com os foliões. Ajoelhou-se em frente à bandeira amparada por um dos homens da folia e a beijou, em seguida a levou à testa. Permaneceu ajoelhada por alguns instantes, com as mãos de suas duas filhas sobre sua cabeça, juntas, as três, em prece.

Consonante à repetição do canto e ao som dos instrumentos tocados pelos foliões, a súplica das três mulheres emocionava todas as pessoas presentes, alguns jovens, muitos velhos e até crianças. Embora fizesse uma noite fria, bastante característica do mês de julho nos cerrados, a frente da casa de Consa estava lotada e sem, sequer, um olhar alheio à comoção generalizada.

Café, água, biscoitos de polvilho e farofa de carne foram servidos pela dona da casa em *agradecimento à cantoria, à benção dos foliões*. Assim me explicou Consa, mais tarde, ainda emocionada com a passagem da folia por seu *barraco* que, de lá, rumou para um assentamento vizinho, do outro lado da rodovia, poucos quilômetros dali. *Vai girar a noite todinha por lá*, informou Simone. *Melhor a gente ir descansar*, comentou ao se lembrar do *compromisso* com as mulheres do assentamento em ajudar no preparo da *janta da folia*.

Matamos uma vaca e ficamos com uma banda, disse Eva sobre a carne que mais tarde seria servida na *janta*. Ainda era cedo quando me contava que venderia a outra banda da vaca na feira no fim de semana seguinte, enquanto tocava os bois da fazenda vizinha que insistiam em se aproximar da cozinha improvisada no meio de seu lote para o preparo da comida da folia.

Além da carne de gado, porco e frango, duas qualidades de saladas, arroz branco, feijão de caldo, tutu, feijão tropeiro, couve, mandioca e quiabo seriam preparados durante o dia e servidos ao escurecer, após a *benção da folia*. Aqueles que recebiam o *pouso dos foliões*, preocupavam-se em ter a *casa farta*. Explicou Eva que *tudo o que a gente oferece na folia, volta em abundância pra gente*.

Naquele dia, ela aguardava ansiosa a chegada dos foliões. Junto ao pôr do sol, firmou-se em pé na porta de sua casa já vestida com a roupa que considerava a mais bonita entre as suas, dividiu alegre essa informação com as mulheres mais cedo na cozinha. Ao seu lado, e sem soltar a sua mão, estava o seu companheiro também impecavelmente trajado. Os dois tinham os olhares voltados à fogueira, que mal tinha sido acesa, mas já bem iluminava os rostos de parentes, amigas, amigos, vizinhas e vizinhos dispersos no terreiro.

Os cantos entoados pela folia, o som da viola e da sanfona, o retumbar da caixa, do reco-reco e do pandeiro, logo puderam ser ouvidos, e mais e mais altos à medida em que se aproximavam da porteira do lote. Explicaram algumas pessoas, mais tarde, que a música dos foliões *levava alegria, benção e fartura* para os donos da casa, mas também para todos os presentes.

Assim, a *fartura* se fazia, como destacado na conversa com Eva, na relação entre oferecer a comida – preparada junto às mulheres e o *compromisso* em ajudar – e receber

abundância, mas não só. A presença das pessoas, o trabalho coletivo, o som dos instrumentos, o cantar dos foliões, as *bençãos e alegrias*, também eram elementos diretamente associados ao fazer *fartura* através da *gira da folia*³⁶.

Relações entre a *gira* e a *fartura* não se encerravam na folia. Faziam-se ainda através das *rezas*, mais especificamente, por meio de uma prática bastante comum no *cerrado* de deslocamento de santas entre as casas da vizinhança e reunião de pessoas em prece. Entre os pedidos mais feitos nas *rezas*, estava o de *chuva para ter fartura*.

Só veio buscar a santa, disse-me uma vez com alegria Lia ao fim da reza na casa das vizinhas, Maria Vitória e Jacqueline – minha xará. *Ela quis ir com você*, comentou a anfitriã depois de o terço ter encerrado comigo naquela noite. Isso significava que eu levaria a Santa Rosa Mística para a casa de Simone, a minha casa nos cerrados mineiros e na quinta-feira da semana seguinte receberia os vizinhos da comunidade para a *reza*.

Durante um tempo, pude participar das *rezas* que aconteciam às terças e às quintas-feiras em Natalândia, com grupos variados de pessoas. Era bem possível, entretanto, que houvesse *reza* todos os dias em diferentes casas, ou até mesmo mais do que uma por dia. Era com frequência que se ouvia falar de um grupo de *reza* e que se era convidado para rezar junto: *Joana vai rezar hoje, passa lá depois*, podia se ouvir na saída do mercadinho. *Maria Antônia tá rezando hoje. Nós se vê lá?*, na fila da lotérica. Convites eram feitos no correr da semana – na rua, nos comércios, a igreja – e não implicavam necessariamente um chamado feito pelas anfitriãs.

³⁶ Um argumento interessante sobre a relação entre realizações de festas e trabalhos coletivos é proposto por Indira Caballero (2017). A autora traça aproximações e diferenças destas relações entre as pessoas em Andamarca, nos Andes peruanos, e mostra como o compartilhamento de comidas, bebidas e esforços implicam em transformações corporais e subjetivas.

A *reza*, dito em resumo, girava semanalmente entre as casas de vizinhas e vizinhos. Com ela, giravam as imagens das santas e as pessoas que nem sempre eram as mesmas nos encontros. Giravam convites, amizades, assuntos, notícias, canjicas, caldos, *um biscoito com café*. Diferentemente da *gira da folia*, na *reza*, a comida oferecida era *mais pouca*. *A gente oferece um biscoito com café, um bolo, até uma canjica ou um caldinho de feijão, tem vez. Mas não é que nem na folia que faz aquele monte de trem pra comer. Senão o povo que não tem pra oferecer num dia, acaba que não participa com vergonha, sabe?* Contou Elza, não sem lembrar que era *costume* na *reza* pedir coletivamente pela chuva para que assim se pudesse manter *na terra e nas casas a fartura de alimentos*.

Foi o pedido também enfatizado em outra ocasião que pude presenciar durante a pesquisa de campo, na *reza* para Nossa Senhora de Aparecida. Ajoelhadas em frente à santa, um grupo de mulheres rezava baixo, enquanto Leide e Dona Terezinha conduziam a *reza* em voz alta, envoltas ao semi-círculo feito pelas mulheres, mas também pelos homens e pelas crianças, quase todos com os joelhos no chão. Agradeceram a saúde de todas as pessoas presentes e respectivas famílias. Colocaram a *reza* em *intenção de amigos e parentes com dificuldades, problemas e sofrimentos*. Muitos agradecimentos e intenções foram destinados à santa, mas dois pedidos em especial foram feitos coletivamente naquela tarde de 12 de outubro de 2018: *pelos bons caminhos da política de cima* [em virtude da aproximação das eleições presidenciais] e para que se abençoasse *a região com as chuvas, trazendo fartura para a terra e alimento para todas as casas*.

Os pedidos às santas nas giras das rezas por bençãos através das águas, diziam do desejo por *fartura*. Assim como as comidas oferecidas nas giras da folia, juntamente às músicas entoadas pelos foliões e o fato de reunir gente, que sobressaltavam a troca por *abundância*. Como descrito, as giras das rezas e das folias envolviam relações de

compromissos, como os estabelecidos entre as mulheres para cozinhar, bem como convites e ajudas, como igualmente pôde se apreender na gira do leite, durante os dez dias da grande paralização dos caminhoneiros no ano de 2018.

No *cerrado* mineiro os efeitos da greve começaram a ser sentidos de modo ligeiro, quando os caminhões das empresas que buscavam o leite diariamente nas fazendas, nos assentamentos e outras propriedades rurais na região, não apareceram pelo segundo dia consecutivo. *Os tanques lotados, as vacas com as tetas cheias*, a urgência de criar destinos ao leite foram os comentários que perduraram na comunidade por alguns dias. Mas não só comentários, também mobilizações.

Ainda não havia amanhecido quando o celular de Simone começou a tocar. Com a ligação no viva-voz e a ausência de forro na casa, pude ouvir da cama no quarto ao lado quando sua irmã perguntou se ela não poderia ver com a prefeitura a possibilidade de *ajuda com carro, combustível, recipiente, qualquer ajuda*, para a distribuição do leite porque os caminhoneiros, mais um dia, não tinham passado nas localidades rurais para buscá-lo e, depois, levá-lo às empresas de laticínios. Miriam contou à irmã que o pessoal do assentamento onde vivia estava distribuindo o leite dos tanques para que as pessoas pudessem fazer *queijos, requeijões, doces, qualquer coisa* a fim de atenuar o desperdício gerado em consequência da greve.

Sei... Vou ver lá, então. Tem mesmo que se abreviar, sá!, respondeu Simone, já na cozinha colocando a água no fogo para passar o café. Tão logo, a notícia correu. Tanques inteiros foram compartilhados na comunidade, na cidade e nos assentamentos, para que o leite não estragasse. A mobilização contou com a ajuda da prefeitura, com preocupação e participação de muitos homens, mas foram as mulheres que a pensaram, a organizaram e a fizeram acontecer de modo a evitar que litros e litros de leite fossem estragados em meio à crise. Eram as mulheres também que, no decurso da mobilização, reuniam-se ao

fim do dia em volta dos fogões à lenha, muitos adaptados nas casas na cidade, somente para a feitura de queijos, requeijões e doces naqueles dias.

A gira do leite tomou o protagonismo dos dias por certo tempo. Em sua distribuição pelas casas, nos assuntos por toda a parte, nas incontáveis cenas de pessoas carregando vasilhas de todos os tamanhos de lá para cá, de cá para lá pelos caminhos no *cerrado*. Passados os dias de paralização dos caminhoneiros, o leite ainda circulava pela cidade. Quer dizer, não mais exatamente o leite, mas o assunto dos porcos que, durante o tempo da greve, passaram a ter alguns bons litros do alimento como componente diário no *trato*. Fato que os teria deixado exultantes, *animados, felizes*, eram os recorrentes comentários diante de notável e ligeira engorda dos suínos. Todavia, assim que os tanques de leite voltaram a ser direcionados às empresas de laticínios com o fim da greve e o retorno dos caminhoneiros às estradas, sucedeu que os porcos se recusaram a comer as lavagens como de costume e assustaram seus donos com rápida perda de peso. Novamente um compartilhamento de ajudas foi acionado na comunidade, voltados desta vez ao problema da engorda do porco.

Por ora, importa enfatizar que as *giras* não se encerravam nos eventos mencionados acima, na folia, na reza, na distribuição do leite durante a greve dos caminhoneiros e na mobilização em torno da engorda dos porcos. Uma profusão de eventos combinava elementos de modo a girar e fazer *fartura* no *cerrado*.

Um dia, por exemplo, *sobre a conquista de sua terra*, narrou D. Cleide:

- *Esse assentamento vai fazer 17 anos agora no dia... no dia da estourada daquelas torres. Das torres gêmeas. Nós estava em Brasília fazendo revolução para pegar essa terra aqui. Nossa, mãe! Quebradeira de pau. Nós estava acampado ali na beira do rio. Embaixo da lona preta. Foi uma turma para Brasília e a outra turma*

ficou. E teve uma turma que só veio ajudar. Pra ter bastante gente, e na cozinha. Dentro de um ano essa terra saiu. E nós estamos aqui até hoje! Você vê... aí fizemos a associação do assentamento, depois a associação dos produtores de leite, e a gente quis fazer a associação de mulheres também. 'Esse trem não vai pra frente', uns dizia. Porque tem que registrar direitinho, só que não tinha dinheiro. Aí fizemos um grupo. Juntamos um pessoal e ficamos dois anos atrás disso, fazendo leilão, fazendo forró no assentamento, ganhamos dinheiro e registramos a associação de mulheres também. E é de lá, pensa, que a gente começou com os projetos, pra reunir um dinheiro e produzir na nossa terra.

Através dos leilões também era possível girar e fazer *fartura* no sertão mineiro³⁷.

Em geral, os leilões tinham a intenção de ajudar alguém em específico ou alguma causa coletiva, como nos contava acima D. Cleide sobre a mobilização para registrar a associação de mulheres no assentamento, *reunir dinheiro e produzir na própria terra*.

Sobre o leilão, D. Clara explicou:

- *O leilão funciona assim, você doa alguma coisa para arrecadar verba para a igreja. Por exemplo, eu tenho um bezerro. Vou doar o bezerro para eles fazer o leilão e quem pagar mais, o dinheiro vai para igreja. Esse que é o motivo do leilão. A pessoa dá uma prenda, ou quem tem condição dá uma prenda, aí tem os lances e o dinheiro é repassado para aquele que precisa da ajuda.*

Aos gritos de *quem dá mais*, sempre em contextos festivos e com muito forró nas caixas de som, leiloava-se frutas do quintal, mel, biscoitos, frangos e porcos preparados. Os bezerros e outros bichos vivos, salvo as galinhas, eram leiloados somente em grandes

³⁷ Natacha Leal (2016) faz uma revisão primorosa sobre os aspectos sociológicos e históricos dos leilões nos mais diversos contextos de análise, ainda que o seu foco de pesquisa sejam os leilões de bovinos de elite.

eventos, como cavalgadas ou exposições, em geral, fruto de doações realizadas por políticos e/ou fazendeiros da região. De qualquer maneira, a prenda a ser leiloada era sempre uma doação, que poderia ser de uma única pessoa ou coletiva. E o dinheiro arrecadado dizia menos do preço de mercado da prenda, do que do quanto era preciso arrecadar para reunir o valor desejado. O arremate poderia assim contribuir para a *roda girar* de modo a fazer *fartura*, como exemplificado na circunstância narrada por D. Cleide sobre a organização dos leilões no assentamento durante dois anos a fim de registrar a associação de mulheres. Medida que corroborou mais tarde para a adesão aos *projetos* e a produção de alimentos na própria terra. Como se repetia no *cerrado*, *fartura é plantar na própria terra*.

Era assim que se garantia *fartura* ao *girar as folhas*, as *rezas*, o leite, os leilões, em composição às ajudas, aos *compromissos* firmados, aos convites aceitos, às festas, ao juntar pessoas. Nas *giras no sertão das veredas* podia-se observar o que Silvia Federici chamou de "produção de um vocabulário político diferente que podemos descrever como novos comuns ou seja, novas formas de cooperação, divisão de riquezas e solidariedade" (2020: 06). Através, ainda, como será abordado na próxima sessão, de favores, trocas e promessas de pagamentos futuros. Em outras palavras, por meio do *prazo* que faz o *girar* (da *roda*), *voltar redondo*.

2.2) Não se abraça a vaca antes de sair do atoleiro: prazo para voltar redondo

O dinheiro era uma das formas de se adquirir os produtos na feira da agricultura familiar que ocorria em todos os municípios do noroeste mineiro onde realizei pesquisa de campo. Em alguns lugares aos sábados, em outros, aos domingos. Sempre pela manhã.

Era no raiar do dia, portanto, que os carros da prefeitura dos municípios se deslocavam até a zona rural para buscar as mulheres participantes da feira, alguns poucos homens, e seus produtos para serem vendidos, negociados, trocados e presenteados na *rua*, na cidade. Alguns moradores das áreas rurais tinham os seus próprios modos de se deslocar até o local, de carroças, bicicletas, cavalos, motos e carros.

Nas feiras se negociavam legumes, frutas, hortaliças. Gordura de porco, leite e ovos. Requeijão, queijo fresco e curado. Rapadura, doce de leite e de mamão verde. Produtos de limpeza, remédios do mato. Artesanatos de linha, couro, palha e madeira. Pannelas de ferro, potes de barro. Animais vivos e mortos. Cervejas, cachaças, pastéis, café e biscoitos, o que, inclusive, fazia da feira um lugar de lazer, *um passeio*. *Vamos tomar café na feira amanhã?*, combinavam minhas amigas na noite anterior.

Certo dia, sentadas no chão no fundo da associação “Cores do Cerrado”, ajudava Neide e outras mulheres a prepararem os produtos de limpeza caseiros que seriam vendidos na feira. Desinfetante, detergente, amaciante, sabão, aromatizador de ambientes eram alguns dos produtos preparados por elas que buscavam, com as vendas realizadas na feira e com as encomendas, somar alguns rendimentos ao montante mensal de suas casas.

Neide e as colegas tinham uma banca na feira em Uruana de Minas, onde negociavam os produtos, inclusive *os de outras mulheres artesãs*, logo no primeiro raio de sol aos domingos. Neide acordava animada para expor os produtos de limpeza, assim como as caixas de palha de buriti e o artesanato tecido em linhas de algodão e tingidos com frutos, cascas e folhas dos cerrados. Ela organizava sua barraca por cores e tamanhos, de modo a criar um espaço *tentador*, contava alegre, aos frequentadores da feira.

Além do constante sorriso no rosto, era de hábito também que Neide carregasse uma caderneta nas mãos, onde anotava tudo o que saía da banca, fosse por troca, fosse por venda em dinheiro ou *com prazo*. Isso porque, na gira dos produtos na feira, não era incomum que trocas por outros produtos, favores ou promessas de pagamentos futuros, fossem privilegiados aos pagamentos à vista em dinheiro. Dessa forma, tudo era anotado em uma caderneta, ou em um caderno, pois, como se dizia por ali, *depois tem que voltar redondo*.

Voltar redondo foi também o que Maria Antônia me explicou enquanto anotava em um caderno todos os produtos que levaria a AGRIMINAS³⁸. Era julho e naquela época do ano as manhãs nos cerrados demoravam a *ganhar quentura*, ainda que com a presença do sol desde a primeira hora do dia. Mesmo assim, era bem cedo quando saí junto à Simone para encontrar Maria Antônia, que nos recebeu com o café pronto e biscoitos. Ela nos contou que já tinha colocado roupas para bater no tanquinho e aguçado as plantas do terreiro, o que indicava que o dia ali havia começado há muito. Esperava-nos, então, para etiquetar os produtos que tinham como destino a AGRIMINAS.

Três mulheres do município de Natalândia iriam representar todos os outros “pequenos produtores” da cidade, Maria Antônia, Elidivina e D. Fiinha. Assim, com o auxílio de um caderno e uma caneta, Maria Antônia, anotava os nomes das colegas que enviaram produtos à AGRIMINAS em uma coluna e, na coluna à frente, o doce, a fruta, a castanha, o açúcar, o queijo, a rapadura, o artesanato de madeira ou linha, enfim, o que

³⁸A AGRIMINAS (Feira Estadual da Agricultura Familiar de Minas Gerais) acontece em Belo Horizonte, na capital mineira. Reúne agricultores e produtores rurais de todo o estado de Minas Gerais. Caracteriza-se pela exposição de artesanatos, roupas, alimentos e bebidas, além de apresentações culturais durante quatro dias de feira. A grande feira é promovida anualmente pela Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

estava sendo destinado à grande feira. Seguido, ainda, pela coluna que listava as quantidades enviadas por cada uma das pessoas.

Durante a AGRIMINAS, em uma outra parte do caderno eram registradas as vendas e outras negociações realizadas no correr da grande feira. Para que ao final do evento, as anotações pudessem auxiliar no *voltar redondo*. Logo, anotar nos cadernos ou nas cadernetas era a garantia de fazer as negociações se efetivarem, o que chamavam de *voltar redondo*. Sobretudo pelo fato de que essas operações necessitavam de uma temporalidade específica para acontecer, como demonstrarei mais detalhadamente no exemplo à frente.

Certa vez pude presenciar na feira “da agricultura familiar”, as que aconteciam nos pequenos municípios aos sábados e aos domingos pela manhã, a negociação de um pedaço de porco. Salvador queria levar o generoso pedaço do porco pelo equivalente a 35 reais, com *prazo até o dia do pagamento*, quando receberia o benefício previdenciário. D. Marisa queria 38. Ela explicava que o preço era 45 reais na primeira semana do mês, quando a maioria das pessoas recebiam *salário* – de seus empregos, benefícios previdenciários ou das políticas de redistribuição de renda –, mas acertavam a caderneta referente ao mês anterior. Ou seja, os 45 reais seriam acertados somente no mês seguinte. Na segunda semana, pedia 42 reais pelo pedaço de carne, pois o prazo até o próximo pagamento diminuía um pouco, mas ainda era considerado distante. Naquele dia, que era a terceira semana do mês, D. Marisa disse que podia cobrar 38 reais pelo porco. *Mas 35, não tem como. Só na semana que vem que vai tá beirando o prazo.*

O *prazo*, como se pode depreender da negociação do porco entre D. Marisa e Salvador na feira, era o tempo da *gira*. O tempo a viabilizar o *voltar redondo*, em outras palavras, o que completava ou findava os acordos previamente estabelecidos. Habitualmente, era anotado nos cadernos e nas cadernetas, de modo a registrar as

promessas de pagamento futuro, não só na feira, mas em outras negociações como com o *viajante*, que, como se verá à frente, ensejava uma outra temporalidade à *gira* do *prazo*.

Vai, acaba de chegar, disse Cida ao *viajante* que mensalmente deixava mercadorias aos seus cuidados para que ela mostrasse e vendesse à vizinhança. *Roupa de cama e mesa, enxoval, panela, jogo de cozinha, remédios, pasta de brilho, calça jeans* foram os produtos mencionados por Cida, quando perguntei o que tinha no baú do caminhão do *viajante*.

As mulheres experimentavam as roupas feitas em jeans dentro do baú mesmo, quando Zélia saiu do caminhão com as peças escolhidas nas mãos e Cida gritou à filha mais velha, *Rauene, traz o caderno que Zélia já separou o dela!* No entanto, quem trouxe foi Raysa, a filha mais nova, já aberto na página certa e entregando a caneta à mãe.

Zélia explicou um pouco mais tarde que:

- por exemplo, se ela vender três colchas, ela ganha uma. Se ela vender três calças, ela ganha uma. Às vezes tem viajante que dá comissão pelo tanto de coisa que pega. E é muito viajante que passa aqui. Quase todo dia tem viajante. Não sei como a comadre consegue controlar tudo.

Continuou a explicar como eram realizadas as negociações com o *viajante* e evidenciou o benefício do *prazo*, do tempo estabelecido para acertar a promessa de pagamento futuro:

- Era só viajante, só assim conseguia ter as coisas. Hoje em dia é mais fácil, que a gente vai pra Unai. Além de ser mais fácil, é mais barato, né? Você ir comprar em Unai é mais barato do que comprar com o viajante. Só que a questão do viajante é: ele vem, a comadre Cida pega as coisas, aí ele volta daqui a três a quatro meses pra receber o dinheiro. Então, assim, você tem um longo prazo.

Agora, se tem a oportunidade de ir em Unaí comprar, sai mais barato. E com o viajante é mais tempo para pagar.

Os benefícios do *prazo*, do longo tempo para a efetivação dos pagamentos, também foi um fator levantado por Bruna, em uma conversa sobre o *viajante da cesta básica*:

- uma coisa que mudou muito a economia aqui foi a questão da cesta básica. Ele vem aqui [o viajante], vende para a pessoa pagar com dois meses de prazo. Pro comércio [local] não é bom, agora pra mim, dona de casa, é e não é. 'Por que?', Porque pra mim, uma cesta só, dependendo da quantidade de pessoa em casa, não vai dar, né? No mês. Ou seja, pra dois meses, quando ele vem receber, porque o prazo é dois meses. Então, assim, se pegar uma esse mês, pra pagar com dois meses, não dá. Ou a pessoa pega logo duas cestas para pagar com os 60 dias, ou pega só uma e tenta passar os 60 dias. O que eu acho muito difícil dependendo da quantidade de pessoas na casa. A cesta dele é mais barata. Mas às vezes tem coisa que não torna mais barata. Porque às vezes tem produto de péssima qualidade. Não é igual tem no mercado. Mas no mercado a pessoa tem ali o compromisso de pagar com trinta dias. Aí, às vezes, a pessoa não vai nem pela qualidade do que tá comprando, do que tá comendo, ingerindo. Vai pelo prazo de pagamento. O mercado aqui se move através do prazo.

As giras feitas através do *prazo* se atualizavam ainda nos consórcios, com suas singulares temporalidades e habituais registros nos cadernos.

Acho que [o consórcio] é uma maneira de evitar da pessoa gastar. Porque se a pessoa coloca o dinheiro no banco, ela sabe que aquele dinheiro está ali no banco, qualquer coisinha eu vou lá e saco. E o consórcio, não. O consórcio, ele sabe que tem o

compromisso de todo, de toda data (não necessariamente é mensal), aquele data x, de repassar aquele dinheiro. É dele o dinheiro, mas ele não fica com ele em mãos. Entendeu? Tem quem lidera o consórcio, a pessoa que saiu com ele. Uma entre os dez que vão participar. Assim, vamos supor, são... um grupo de dez. Anota os nomes e faz o sorteio. Mas em muitos, quem quer entrar, fala 'não, eu entro, mas só se eu pegar a primeira pedra'. A gente entra em concordância ali, às vezes a pessoa precisa do dinheiro já pra rápido, aí entra em concordância ali, sem fazer o sorteio e coloca a pessoa como primeira. Mas se fez o sorteio, você saiu como primeira pedra, então ninguém vai ficar com o dinheiro. Todos vão te repassar o dinheiro. Você é a primeira. Junta os nove e te passa o dinheiro. Às vezes a pessoa entra e diz 'não quero sorteio, quero entrar com a quinta pedra'. Aí é um acordo. Pois sabe que daqui tanto tempo precisa de um dinheiro reunido. Tem gente que faz consórcio de mil reais. Tem gente que faz de trezentos. Esses dias me chamaram pra um de mil. Você vê, dez mil reais. Dez mil reais e alguma coisa, por causa dos juros. Aí eles estipula um juros. Tipo, 3%. A maioria é 3%. Por exemplo, se for um consórcio de 100. No segundo mês, todo mundo dá 103. No outro, 106. Aí, 109. E assim por diante. Aumenta três reais. Pra quem pega a primeira pedra é ruim. Quem pega a última, já é melhor. Tem o juro, né?

Ainda sobre os consórcios, contou Luzia que a pessoa que sai com um consórcio, ela já conhece as pessoas. Deus do céu! Vê, senão nem dorme de noite. E é bom, porque é uma forma de pegar um dinheiro um pouquinho mais reunido. Um dinheiro reunido para: vai fazer muro? Vai fazer alguma coisa na sua casa? Com o dinheiro reunido é mais fácil. São dez meses. Todo mês um vai receber. E os dez meses todos vão pagar. A maioria das vezes reúne mulheres. Aí vai das condições que você pode. Não te aperta. Que nem, Leonor queria que eu entrasse num agora de 500 reais. É muito dinheiro. Pra mim sozinha com os meninos, não tem como. Todo mundo paga pra Leonor que anota

certinho e faz a distribuição do dinheiro. E tem a porcentagem, por exemplo, é cem, mas todo mês aumenta quatro reais de juros, 4%, então aumenta quatro reais. Esse mês pago cem, mês que vem cento e quatro, no outro cento e oito, cento e doze, por exemplo. Se é cento e cinquenta, cento e cinquenta e quatro, cento e cinquenta e oito... Leonor concentra o dinheiro, mas não fica guardado com ela. No dia acertado para o pagamento, todos passam [o dinheiro] para ela, que já repassa à pessoa sorteada no mês. Uma forma boa de se pegar um dinheiro reunido.

Através dos movimentos dos *prazos*, conforme relatavam as mulheres, era possível observar processos de temporizações variadas, os quais abriam a possibilidade do benefício para pagamentos futuros, como na relação com os *viajantes*, além de *pegar um dinheiro um pouquinho mais reunido*, somar juros e fazer acordos, por meio das giras das pedras no consórcio.

Certa vez me disse D. Clara, *não se abraça a vaca antes de sair do atoleiro*, comunicando que havia um tempo certo para o movimento das circunstâncias, dos acontecimentos, como as *giras* nas feiras tinham um tempo específico para *voltar redondo*. Não somente na feira, mas nas relações com os viajantes ou nos consórcios, junto às cadernetas, aos cadernos, aos acordos, aos juros e às pedras do sorteio. Tratavam-se, por assim dizer, de relações em movimento que explicitavam diferenciações no tempo em uma economia cotidiana e coletiva.

Pode-se argumentar, ainda, que ao efetivar os processos de temporização variados, o *prazo* criava proximidades e conexões entre as mulheres intencionadas em *voltar redondo*, mas também, como descrito na primeira parte deste capítulo, em fazer *fatura*. Ambos, portanto, modos de *girar a roda*, conforme elucidado, através de oferta de comida nas folias; de prendas nos leilões; das bençãos, das preces para a chuva e de

agradecimentos e pedidos às santas nas *rezas*; do registro nas cadernetas e nos cadernos; das relações de compromisso, ajuda, convites, favores, trocas, acordos e juros; e não sem iluminar temporalidades distintas nos *prazos*.

Ainda se fazia a *roda girar* por meios que juntavam gente e incitavam ações coletivas e cotidianas a recusar uma existência sem *fartura* no *cerrado*. Logo, para emprestar as considerações de Mina Navarro (2015), consistia em um importante dispositivo de resistência, argumento que vai na mesma direção do de Yara Alves (2020) que nos mostra, a respeito da firmeza dos corpos quilombolas no Vale do Jequitinhonha, formas de resistência, não “aberta e declarada a um sistema econômico, a um empresário, dono de terras ou algo do tipo”, recuperando Scott (1985 apud Alves: 60), mas, diferentemente, feitas nas memórias, nas histórias, na pulsação do umbigo e nas lutas junto às políticas identitárias, através de composições conjuntas (: 57), ressalta a autora.

Ao nos voltarmos às experiências coletivas de organização da economia no *cerrado*, víamos, então, diversas tonalidades do tempo nas *giras*, garantidas em cadernos e cadernetas para *voltar redondo*. Observávamos relações de *compromissos*, acordos, reunião de pessoas a fazer *fartura*. Ou a fazer *a roda girar* que, como explicou D. Hilda, *é tudo aquilo que dá condição pra viver melhor. Um diploma, um serviço, um projeto (...)*.

3. o dinheiro tudo junto, reunido
projetos no cerrado

O correr da vida embrulha tudo,
 a vida é assim: esquenta e esfria,
 aperta e daí afrouxa,
 sossega e depois desinquieta.
 O que ela quer da gente é coragem.
 O que Deus quer é ver a gente
 aprendendo a ser capaz
 de ficar alegre a mais,
 no meio da alegria,
 e inda mais alegre
 ainda no meio da tristeza!
 A vida inventa!
 A gente principia as coisas,
 no não saber por que,
 e desde aí perde o poder de continuação
 porque a vida é mutirão de todos,
 por todos remexida e temperada.
 O mais importante e bonito, do mundo, é isto:
 que as pessoas não estão sempre iguais,
 ainda não foram terminadas,
 mas que elas vão sempre mudando.
 Afinam ou desafinam. Verdade maior.
 Viver é muito perigoso; e não é não.
 Nem sei explicar estas coisas.

Numa manhã quente e ensolarada em Uruana de Minas-MG, Neide me acordou recitando o trecho acima do *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (2015 [1956]). Entrou no quarto em que eu dormia, leu estas famosas linhas da obra do autor, copiadas em uma folha perdida no meio de um caderno surrado, sorriu e falou: *Coragem, amiguinha. Outro dia começou*. Ela já estava pronta para irmos ao *mato* buscar cascas, frutos e folhas para o tingimento natural. Neide fazia do *cerrado*, cor. Árvores como baru, açoita-cavalo, moreira, jatobá, landim, mangueira, imburana, vinhático, jenipapo, murici emprestavam variados tons de pigmentação às linhas de algodão fiadas e depois tecidas por suas colegas de outras localidades no sertão das veredas.

Foi no plantar, colher, fiar, urdir, tingir e tecer o algodão que grande parte das mulheres no noroeste mineiro, colaboradoras desta pesquisa, se inseriram nos *projetos* atuantes nos cerrados. *Projetos* era a forma genérica como se referiam aos recursos

financeiros que ali chegavam via políticas públicas de governos municipais, estaduais e federais; política culturais, sobretudo formuladas por Organizações não Governamentais e Associações das mais diversas naturezas; e políticas econômicas, principalmente intermediadas por cooperativas e instituições financeiras, públicas e privadas.

O *projeto da fiação*, que juntou as mulheres em torno do algodão, deslocava pessoas, mata nativa, conhecimentos e memórias entre oito chamados “núcleos produtivos” distribuídos nos municípios mineiros de Natalândia, Bonfinópolis de Minas, Uruana de Minas, Riachinho, Urucuia, Arinos e os distritos de Serra das Araras/Chapada Gaúcha e Sagarana/Arinos. Oficialmente intitulado Fio Ação, o *projeto* reunia as *mulheres do artesanato* para promover “a arte sustentável do Vale do Urucuia” ou, “a cultura e a tradição do sertão mineiro” e, em outros momentos, ainda, “o artesanato do sertão”, não “mineiro”, mas “das veredas”³⁹.

O Fio Ação era gerido pela Central Veredas, uma *associação de associações de artesanatos* distribuídas nas localidades acima referenciadas. A *central*, como era mais conhecida entre as mulheres participantes do projeto, cuja sede se encontrava no município de Arinos, tinha entre suas principais funções organizar as diferentes etapas do trabalho manual das peças artesanais.

Dessa forma, espalhava as sementes de algodão entre as mulheres que as plantavam e as cultivavam até que este pudesse ser colhido. Depois de limpo e descaroçado e cardado, o algodão era transformado em fios na roda de fiar. A *central*,

³⁹ Inicialmente o projeto Fio Ação foi formulado pela Artesol, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e se chamava Projeto Veredas. A Artesol nasceu como parte integrante do Programa Comunidade Solidária (1995 – 2002), uma política pública de “combate à pobreza”, sob o comando da antropóloga Ruth Cardoso, então primeira-dama do Brasil. O programa era diretamente ligado à Casa Civil e, mais tarde, no governo Lula, foi substituído pelo Programa Fome Zero. Entre suas pretensões iniciais, estava a “promoção da cidadania e do desenvolvimento local, por meio da capacitação de pessoas e da mobilização das comunidades de artesãos a partir de seus saberes tradicionais”. (Ver <https://www.artesol.org.br/quem-somos>, acesso em 27 de setembro de 2021).

então, distribuía as meadas – ora já tingidas com os pigmentos naturais oriundos do *cerrado*, ora ainda por tingir. As meadas viravam novelos, que viravam tecidos no tear pelas mãos das mulheres. Tecidos estes transformados em mantas, tapetes, xales, capas para almofadas, entre outros produtos que a *central* recolhia nas associações de cada município e distribuía para as vendas, tanto online, como em exposições e feiras pelo Brasil e pelo exterior.

À *central* cabia ainda retirar nas associações os tecidos bordados e as caixas feitas com palha de buriti, artesanatos que também integravam o *projeto de cultura e tradição do sertão urucuiano*, outra autodenominação corriqueira do Fio Ação. A *central* circulava entre as mulheres informações sobre os eventos onde expunham os trabalhos artesanais, datas e locais de reuniões, contratos e cheques de pagamento pelo trabalho. Além de as movimentarem constantemente entre a *roça* (onde viviam boa parte das participantes) e a *rua* (onde se localizavam as associações), entre os municípios em que o projeto atuava (para reuniões e apresentações), entre as feiras e as exposições de artesanato.

O projeto Fio Ação atua autonomamente no noroeste de Minas Gerais há pelo menos treze anos, e se diz caracterizar pelo processo de transformação da natureza em rendimentos monetários, *do cerrado em renda*. As mulheres participantes do projeto e suas formuladoras salientam, ainda, fazer *cultura e tradição no cerrado mineiro*.

O fazer *cultura e tradição* por meio da transformação *do cerrado em renda* parece ter sido a principal narrativa utilizada para capturar os demais *projetos* atuantes na região⁴⁰. Em especial os que vieram mais tarde, promovidos pelo hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ligados à Agricultura Familiar e desenvolvidos

⁴⁰ Uma discussão interessante sobre como o conhecimento tradicional vem sendo registrado e publicado na forma de produção literária, áudio visual e material didático é feita por Andrello (2010), para o caso de grupos indígenas no Alto Rio Negro, noroeste Amazônico.

durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no país⁴¹. Por meio de uma série de políticas públicas de “transferência de renda” e “financiamento”, também com parcerias de instituições financeiras e da Cooperativa Regional de Base na Agricultura Familiar e Extrativismo (a Copabase), as mulheres no sertão das veredas passaram a *reunir dinheiro* para investimentos em, por exemplo, canteiros de pé de frutas consideradas “típicas do cerrado” em seus quintais – principalmente, acerola, maracujá, goiaba, abacaxi e graviola –, pequenas “produções de mel com flora do cerrado”, instrumentos para o “extrativismo do baru” – fruto nativo do *cerrado* e cobiçado mundialmente pelos benefícios à saúde provenientes de sua castanha –, além de granjas e tanques de leite.

Um exemplo era o Programa de Alimentação Escolar (PNAE – 2009), uma política pública de incentivo à agricultura familiar, considerada, junto ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos - 2003), um dos eixos fundamentais do combate à fome no país⁴². O PNAE previa a compra de alimentos de pequenos produtores rurais para abastecer a rede pública e filantrópica de ensino, bem como a rede socioassistencial de combate à insegurança alimentar e nutricional. *Ele tem a obrigatoriedade da compra de no mínimo 30%, você pode comprar até 100 [porcento] se você conseguir, mas é no mínimo 30%*, explicou-me Maria Antônia, ex-Secretária de Agricultura do município de Natalândia. Com isso, o programa visava também o fortalecimento dos recursos locais e regionais de comercialização⁴³.

⁴¹ Para uma discussão detalhada sobre as políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil ver Catia Grisa (2012).

⁴² Tanto o PNAE, como o PAA integravam o Programa Fome Zero (2003) e o plano Brasil Sem Miséria (2011). Para uma contribuição etnográfica sobre o Fome Zero ver Ansell (2014).

⁴³ Sobre as políticas destinadas à Agricultura Familiar ver Mattei et al., 2011; Belik e Domene 2012; Grisa e Schneider 2014. No ano de 2017, durante a pesquisa de campo, pude acompanhar a frustração de diversos pequenos produtores que foram impedidos de entregar suas produções às escolas municipais, pois a dispensa de licitação conferida, à época, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) havia sido suspensa junto ao desmonte do mesmo Ministério – em 12 de maio de 2016 por medida provisória nº 726 (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106->

Foi em uma conversa com D. Liza que comecei a entender que *no cerrado*, antes da referência aos financiamentos como créditos ou empréstimos, os *projetos* conduziam a possibilidade de ter *dinheiro reunido*. Ela contou que:

- vendia muito frango para escola. Agora com esse negócio do selo, a gente não pode mais vender, né? Mas já entreguei frango demais pra eles. Fruta é mais difícil porque tem que ter irrigação. Mas agora estou querendo entregar para cooperativa a acerola, baru que tenho aí, e manga, né? Ter um dinheiro reunido, né? É bom. Porque aí entrega um montão e vem o dinheiro tudo junto, reunido. Meu marido não gosta muito de mexer com os projetos, não tem coragem, não. Quando dá para mexer sozinha, eu mexo. Se não dependesse dele assinar, eu fazia todos. Porque, assim, o dinheiro reunido, sabendo aplicar, rende.

Aqui a descrição etnográfica se volta à adesão aos *projetos*. Conforme explicitado anteriormente, entrar no *cerrado* pelos *projetos* pode tornar visível a relação das mulheres com o *dinheiro reunido*. Adianto que os enunciados sobre *reunir dinheiro* raramente apareciam dissociados de noções como *condição* e *precisão* e, como se verá à frente, diziam mais sobre circulação, sobre possíveis modos de “inventar” na terra, do que sobre modos de acumulação.

[publicacaoriginal-150375-pe.html](#)), expedida pelo, então, vice Presidente Michel Temer no exercício do cargo de Presidente da República. Exato dia em que o Senado Federal autorizou a abertura do processo de impeachment e determinou o afastamento da Presidente Dilma Rousseff por 180 dias. O PNAE e o PAA são, ainda, políticas vigentes no atual governo federal. Contudo, diante dos entraves burocráticos ao seu funcionamento, têm sido esvaziadas. Além disso, importante ressaltar que pandemia do novo corona vírus e a conseqüente suspensão das aulas presenciais afetou diretamente as ações dos programas voltados à agricultura familiar, sobretudo o PNAE.

3.1) *A gente não tinha condição*

Embora o imbricamento de “cultura”, “tradição”, “cerrado” e “renda” (e suas elocuições variantes) fosse uma constante nos *projetos* no noroeste mineiro, sobretudo, após os anos 2000, D. Nadir conta que seu germe ocorreu em meados dos anos 1970. Narrou minha amiga, depois que perguntei se ela se lembrava qual teria sido o primeiro *projeto* com essas características, que *em 1976 abriu a tecelagem em Sagarana. Veio o pessoal de Belo Horizonte, eu não sei nem contar a história como é que foi, não. Sei que a minha prima foi atrás de mim para tecer. Veio as encomendas de Belo Horizonte, de São Paulo, não sei. Eu sei que ela me confiou fazer as encomendas. Era caminho de mesa, era jogo americano. Para elas, jogo americano. Para gente, a gente falava era pano de bandeja.*

A chegada da tecelagem em Sagarana (Arinos-MG), o que naquele momento se tratava de um intento à industrialização da região, antecipou ideias como “valorização do conhecimento local”, “tradição dos saberes geracionais”, ideias estas que podemos observar fortemente emaranhadas aos *projetos* dos tempos atuais.

Prosseguiu D. Nadir:

- desde 1976 que mexo assim com artesanato. Mas com tecelagem, ih!, desde que entendo por gente! Desde que entendo por gente, minha mãe ensinou a gente a fazer. Aí fazia roupa para meu pai, para meus irmãos. Fazia calça, camisa. Saia pra gente, fazia também. Fazia um pano grosso. Fazia vestido. Falava que era vestido para vestir em casa, sabe?

É possível dizer que a chegada da tecelagem no sertão das veredas, além de antecipar as ideias de valorização política e econômica de um conhecimento oriundo do lugar, aponta também, como informa o relato de D. Nadir, para um elemento que, mais

tarde, vai ganhar densidade nos *projetos* no noroeste mineiro. Trata-se da transformação da linguagem local. Ela sublinhava, como já transcrito, que *desde 1976 que mexo assim com artesanato. Mas com tecelagem, ih!, desde que entendo por gente*. Diz antes, no primeiro trecho destacado de sua fala: *Para elas, jogo americano. Para gente, a gente falava era pano de bandeja*.

Verifica-se, com essas diferenciações feitas por D. Nadir, um processo de transformação da linguagem na medida em que as mulheres no *cerrado* passaram a lidar com os *projetos*. bell hooks ([1994] 2008), sobre o processo histórico de escravização africana, argumenta que

aprender inglês, aprender a falar a língua estranha, era uma maneira de os escravos africanos começarem a recuperar o poder pessoal dentro de um contexto de dominação. Possuindo a língua compartilhada, povos negros poderiam encontrar de novo uma maneira de fazer comunidade, e um sentido para criar a solidariedade política necessária para resistir (:859).

As contribuições da autora, juntamente com as de outras teóricas interessadas na relação entre linguagem e dominação, como Lélia Gonzalez (1983; 1979) e Grada Kilomba (2008), nos ajudam a pensar sobre a relação dos *projetos* com as mulheres no noroeste mineiro. Sobretudo quando hooks (2008) destaca “nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem” (: 863-864). No *cerrado*, decerto as mulheres aprenderam com a linguagem dos *projetos*. Tanto que não era incomum usarem o seu arsenal conceitual para falarem de coisas, inclusive, alheias ao mundo dos editais: *hoje é uma burocracia para chover, sá!*, diziam algumas amigas a respeito da dificuldade que experimentavam no sertão urucuiano à espera das águas.

Notadamente, as pessoas no *cerrado* compreendiam o sentido atribuído ao que nos *projetos* se denomina “valorização do conhecimento local”. Entendiam a intenção de seus formuladores em destacar o saber que era passado de geração em geração a conferir materialidade a uma memória circunscrita naquele espaço. Bem como os interesses políticos e econômicos dominantes envolvidos na linguagem dos *projetos*.

Essas afirmações têm como base os diversos encontros com gestores e formuladores de *projetos* que pude acompanhar junto as mulheres do noroeste mineiro. Desde as frequentes reuniões para tratar de políticas públicas, como de diretrizes relacionadas aos editais articulados por ONGs, movimentos de base, sindicatos, associações e cooperativas. Até mesmo em eventos, entrevistas e gravações para programas de televisão. Nesses espaços mencionados, era de hábito que as mulheres preferissem usar o vocabulário familiar aos *projetos* para o que consideravam um melhor êxito na comunicação.

Para exemplificar, certa vez pude registrar o momento em que Neide explicava o processo de tingimento natural com o *cerrado* para uma equipe de reportagem de uma grande emissora de televisão. Ela também estava rodeada por gestoras de um dos *projetos* sobre “cultura e tradição no Vale do Urucuia”. Neide contou que o seu trabalho fazia parte do tingimento com corantes naturais, é o tingimento com pigmentos naturais. *A gente pega o açoita cavalo, o baru, a serragem da moreira, a serragem do jatobá, a serragem do landim, entre outras árvores. E a folha de manga também. (...) A minha visão é proteger o cerrado. Porque eu acho que o nosso cerrado tem que ser protegido. Isso muda o olhar para o cerrado. A gente faz o trabalho de tirar as cascas das árvores com o cuidado de não destruir. O nosso maior cuidado é em preservar o cerrado e fazer um trabalho sustentável, onde se gera renda e mantém a natureza intacta. Esse aqui é o vinhático [apontou para o caule de uma árvore]. Vai sair um vermelho para roxo. Cada*

cor é única. Nunca a gente vai ter a mesma cor. De cada árvore eu tiro 300 gramas. Sem matar, sem destruir. É um quilo de fibra para um quilo de matéria prima.

Referir-se às linhas de algodão como *fibra*, ao *cerrado* como *matéria-prima*, precisar suas quantidades, *eu tiro 300 gramas*, ou mesmo falar *preservação e trabalho sustentável*, quase sempre eram narrativas restritas aos espaços de reuniões, eventos, feiras ou entrevistas, como no caso transcrito acima. Embora fluentes na linguagem dos *projetos*, e atribuindo importância a algumas de suas premissas, as adesões das mulheres a eles implicavam intenções diversas à “valorização do conhecimento local” ou à “tradição e cultura dos saberes geracionais”, como recorrentemente enunciavam os editais. Tratava-se, antes, de “diferenciar-se”, como destaca Marcela Coelho de Souza (2010: 106) sobre a relação dos projetos de “revitalização cultural” com os Kĩnsêdjê. O trabalho da autora suscita uma interessante reflexão sobre o conceito “cultura” ao descrever como a busca pelos projetos entre os indígenas que vivem na bacia do rio Suiá-Miçú, afluente do Xingu, se dava menos pelo desejo de permanecerem os mesmos e mais com a intenção de se diferenciarem: dos brancos, de outros grupos indígenas e até de si próprios.

A aderência aos *projetos* entre as mulheres no *cerrado* mineiro, retomo, tinha intencionalidades múltiplas. Às vezes relacionadas ao tempo, *teço para passar o tempo fora de casa* [os teares ficavam alocados na associação]; *fio para ocupar a cabeça com outras coisas*. Outras relacionadas ao convívio, *no começo o tingimento era uma toada vinte e duas mulheres, passei a ter mais amizade*. Outras ainda relacionadas ao aprendizado, como lembrou Heni sobre início do *projeto* do tingimento:

- O projeto do tingimento chegou em 2001. Eu tinha conhecimento sobre pouca coisa, mais sobre tingir lã. Nem linha não era... era lã que gente mexia na época.

A gente morava perto de vereda e perto de vereda é muito frio e a gente preocupava mais era com lã. Tanto é que eu e mais uma prima minha fomos toscar uns carneiros lá numa vizinha nossa, ela tinha criação de carneiro e pra ela se ver livre dos carneiros, a gente tinha que toscar eles. É toscar que a gente diz, que é extrair a lã do carneiro. Aí foi disso aí que [veio o convite para participação no projeto], ‘já que vocês não têm conhecimento sobre tingimento de linha, então vou trazer um professor de São Paulo para vocês aí’, não me pergunte o nome dele, isso tem muitos anos. Aí ele ensinou a tingir até com anileira, o azul, mas eu logo descartei de início. Não me interessei, devido ao procedimento, deixar o negócio ficar podre, com certos odores, eu não consigo. Aí foi uma semana. A gente aprendeu a alvejar linha. Eu já fazia meada, essas coisas tudo eu já sabia, porque eu sei fiar, sou fiandeira desde os meus sete anos de idade. Agora como tingir através das plantas, eu só tinha o conhecimento do campo, que era para tingir lã. E era um procedimento naturalíssimo, não tinha essas coisas químicas que nem tem agora, não. Era totalmente natural. Era com tons mais escuros. Então, já tinha uma noção, já. Mas aí ele ensinou outras coisas pra nós, mexer com outras madeiras. O projeto deu um empurrão bom!

Aprender com os *projetos* era um ponto constantemente ressaltado por suas participantes, o que de alguma maneira suscitava o desejo pela expansão do saber – era como *um empurrão bom*, como enfatizou Heni –, uma composição com o diferente – *aí ele ensinou (...) mexer com outras madeiras* –, e não simplesmente a preservação de um conhecimento sem qualquer transformação no decorrer da vida, sentido muitas vezes implícito na ideia de “tradição” e “cultura”, tal qual formulado pelos *projetos*.

Ter mais amizade, passar o tempo fora de casa, ocupar a cabeça com outras coisas, igualmente eram enunciados que manifestavam a atração pelos atos de

diferenciação na adesão aos *projetos*. Assim como a *condição* – ou a falta dela –, um outro agente mobilizador de participação nos editais que frequentemente era explicitado nas narrativas das mulheres.

Por um lado, era a *condição* raiz dos aprendizados adquiridos antes do aparecimento dos programas de desenvolvimento na região, conforme relatou D. Nadir certa vez em que contava que aprendeu a tecer *porque a gente não tinha condição de comprar* [roupa pronta]. *Não tinha. E aqui também não tinha nada. Não tinha uma loja, não tinha. A não ser que fosse em São Romão ou Bonfinópolis. Bonfinópolis já tinha. Mas ia lá uma vez no ano. Ia de carro de boi, para levar alguma coisa para vender, rapadura, farinha, tábua de madeira. Meu pai ia levar, reunia um dinheiro e aí fazia a compra. Mas você vê, uma vez no ano, uma casa de dez pessoas, quanta necessidade a gente não passava, né?*

Por outro lado, para além da exigência de aprendizado de um ofício (como a tecelagem, no caso abordado), a *condição* dizia sobre a falta de recursos – sustento da vida, bens materiais – e, dessa forma, requisitava um modo de *reunir dinheiro*, como pode ser exemplificado com a transcrição acima: *Ia de carro de boi, para levar alguma coisa para vender, rapadura, farinha, tábua de madeira. (...), reunia um dinheiro e aí fazia a compra*. Logo, a venda de produtos diversificados de produção familiar, o trabalho com a tecelagem, a feitura das roupas e os alimentos plantados para a subsistência dos membros da família, ajudavam a *reunir dinheiro* para sanar a *necessidade* na casa, ou, ainda melhor, para responder ao que chamavam de *condição*.

A chegada dos *projetos* nos *sertões das veredas* expunha, antes do que uma incorporação local às lógicas dominantes, uma complexidade nas maneiras como as participantes conduziam esse encontro. Como vimos, sem deixar de priorizar a *condição* e o intento em *reunir dinheiro*, as mulheres se apoderavam de seu arsenal conceitual nos

espaços em que consideravam adequado, achavam vantajoso obter novos aprendizados e ensinamentos, bem como manifestavam desejos por atos de diferenciação – no correr do tempo, nas amizades, no pensamento.

Como bem mostra Magda Ribeiro (2016) acerca da relação entre castanheiros da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (na divisa dos estados do Amapá e do Pará) e representantes de uma grande empresa de cosméticos brasileira, esses diferentes modos de experimentar o mundo, dos castanheiros e dos empresários, traçam negociações de ordem muito práticas para que se estabeleça um acordo possível entre saberes díspares. Um “encontro pragmático”, nos termos de Almeida (2013), que observa que “não se trata de conflitos culturais, e sim de guerras ontológicas, porque (...) É questão de vida e de morte para caipora, para antas e macacos, para gente-de-verdade e para pedras e rios” (: 22).

Sobre o encontro com os *projetos no cerrado*, disse-me certa vez D. Rosa ao se referir ao crescente mercado de castanha do baru no Brasil e em outros países: *Baru quem comia aqui era as vacas. E hoje baru é o que é... tudo isso a gente vai conseguindo através dos projetos*. Observou que era possível acessar os projetos de modo a favorecer social e economicamente os agrupamentos familiares, *melhorar a condição*, através do *dinheiro reunido* que passou a ser uma possibilidade de composição da renda nas casas com a valorização da castanha do baru, de modo específico, e do *cerrado*, do modo geral. Bem como a responder à *precisão*, como se verá a seguir.

3.2) Louca, nada! Louco é a precisão!

O sol está virando, antes a sombra ficava mais tempo, comentou Luana já vestida de noiva embaixo de um cajueiro aguardando o carro que a levaria à igreja. A tensão

acumulada durante todo o mês de julho destinado aos preparativos do casamento ali se evidenciava na inquietação de seus pés e suas mãos em constantes movimentos à espera do irmão com o veículo. Conservava, contudo, o riso no rosto que a acompanhava dias a fio. Ao menos, desde o fim de junho, quando cheguei à casa de sua sogra, D. Zora, e passei, então, a acompanhar a família diariamente nos preparos para o *grande dia*.

Uma vaca, dois porcos e treze galinhas foram *arrumados* para alimentar as convidadas e os convidados das tão esperadas bodas. Fato que deixou o pai do noivo, S. Martim, *contrariado*, visto que o filho *não cria bicho*, repetiu um par de vezes evidentemente zangado. Continuou a explicar que *uma coisa é ter a criação e arrumar para comer, para oferecer na festa. Outra coisa é comprar dos outros. Esse menino, meu filho, não aprendeu nada*.

No dia seguinte pela manhã, durante a colheita de maracujá junto a D. Zora e dois de seus cinco netos, S. Martim insistiu no assunto. Sobressaltado com a proximidade da festa, tornou a dizer que não se conformava que mesmo sem criação o filho tinha *arrumado tanto bicho para a festa*. Emendou, *aborrecido*, que não se conformava que *depois de tanta luta para garantir a própria terra, o filho foi trabalhar com patrão. Quando a terra saiu [o projeto de assentamento onde vive com a família desde o início dos anos 2000], lembro como se fosse hoje, o programa de reforma agrária deu doze mil reais pra investir numa produção pra gerar renda no lote. Uma produção qualquer. Comprei duas vacas. Com elas e muito trabalho, construí essa casa que você tá vendo aí, criei meus meninos e dei um pedacinho de terra para cada um deles que dividi do meu lote e do vizinho que comprei. Esse que vai casar tem a terra dele, mas trabalha para fazendeiro. Não cria, não produz nada na terra dele e mexe com a dos outros. Mora na roça e não tem um frango, pensa! Fico aborrecido com isso!*

Soube mais tarde com detalhes que a renda do filho de S. Martim era exclusivamente proveniente do salário que recebia como empregado de uma fazenda vizinha, produtora de grãos para exportação, onde o filho passava parte do ano *batendo veneno*. Trabalho que, para o pai, beirava à precariedade, chegou a dizer em outras palavras, além de ressaltar com veemente reprovação o caráter instável da relação de trabalho a que o filho estava submetido.

Diferentemente, na casa de D. Zora e S. Martim a renda era composta por vários elementos e não apenas por um salário. Derivada do cultivo da terra, da criação dos bichos e dos benefícios previdenciários que ambos recebiam, o casal explicou de modo mais específico que a renda para a *despesa* vinha da venda do leite das vacas somado às duas aposentadorias. A *despesa* se referia aos gastos mensais da casa que, naquele momento, tratava-se da *ração dos bichos* (o casal criava, além de vacas, bezerros, galinhas e porcos), sementes para o cultivo das plantações (da horta e da roça), os mantimentos que não produziam na própria terra (como açúcar e arroz) e as contas de água e energia (tanto as da casa, como as da associação do assentamento, as quais eram divididas entre todos os moradores da fazenda loteada).

Havia também a renda para a *precisão*, desde que o casal passou a criar bezerros, prática que não estava dissociada do cultivo de acerola, maracujá, graviola e açafreão-da-terra no quintal, os quais eram vendidos para a cooperativa da agricultura familiar de modo a *reunir dinheiro* para compra e cuidado com os bichos de criação. *Basicamente o leite é para a despesa, o bezerro pra precisão*. Disse D. Zora, a emendar que a *precisão não avisa. De repente, você precisa de um dinheiro reunido. Pode ser por conta de uma ruindade, precisado de fazer um exame, um tratamento, ou pra ajudar um parente, e até uma oportunidade: levar um bezerro, um porco. Um bom negócio, sabe?*

As reservas para a *precisão* eram, portanto, feitas na criação de bezerros, em uma relação com cultivo de frutas e raízes, antes do que na forma dinheiro (vivo ou em instituições financeiras). Assim, na casa de D. Zora, diante da necessidade de um *dinheiro reunido*, na *precisão*, negociava-se bezerros que por vezes eram frutos de transações de acerola, maracujá, graviola e açafraão-da-terra com cooperativa.

Como na casa de D. Zora, a venda do leite e os benefícios previdenciários de D. Nadir e S. Zé Milton conformavam a renda da *despesa* familiar. No entanto, as reservas para a *precisão* eram principalmente feitas com o mel. Ela e o marido faziam da criação de abelhas, renda, para um momento em que a família necessitasse de um *dinheiro reunido*.

Contaram-me que o mel de flora do *cerrado*, sobretudo *do pau de aroeira*, era bastante desejado no mercado. *A região é muito seca, então, o mel não pega umidade. É purinho, purinho!*, o comentário de D. Nadir observava que a resistência das aroeiras em florir em meio à secura e ao sol abrasador do sertão das veredas era uma característica que atribuía qualidade ao mel e, com isso, valor no mercado. Contaram, ainda, que os ensinamentos sobre a valoração do mel, bem como as possibilidades de sua comercialização, foram aprendidos com os cursos de “manejo apícola” que primeiro D. Nadir, mas depois o casal, começou a frequentar em meados dos anos 2000, o que, com efeito, viabilizou a criação de abelhas para compor a renda da *precisão* da família⁴⁴.

Enquanto na casa de D. Zora e S. Martim as reservas de *precisão* eram feitas na criação de bezerros, junto às transações de frutas e raízes do quintal, na casa de D. Nadir

⁴⁴ O primeiro curso foi promovido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável no ano de 2004 que, até então, era vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) extinto em maio de 2016. Outros projetos relacionados à criação de abelhas foram desenvolvidos na região com a gestão da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a Copabase.

e S. Zé Milton as reservas eram feitas com a criação de abelhas. Especificamente, no trabalho de captura dos enxames, no cuidado com a transferência de morada dos insetos do *mato* para as caixas de criação, nas idas aos cursos sobre manejo apiário, na colheita do mel, do pólen e da cera para a negociação com a cooperativa de modo a garantir um *dinheiro reunido*.

Mas não somente as criações e suas relações implicadas garantiam *um dinheiro reunido* para a *precisão*, fosse de bezerros ou abelhas. A colheita de castanha de baru, por exemplo, era um outro modo de *reunir dinheiro* e, por sinal, bastante praticado no *cerrado*. Embora o casal criador de abelhas tenha me explicado algumas vezes como a coleta de baru também servia à *precisão* na casa deles, foi em uma das conversas com Glória que pude finalmente vislumbrar um modo de seu funcionamento.

Tô só a quimba hoje, disse Glória expressando se sentir cansada depois de passar alguns dias entre a coleta de baru e a quebra de castanhas para pagar umas dívidas. *Foi a precisão*, sublinhou minha amiga antes de começar a narrar a situação que estava vivenciando nos últimos meses. Ela havia se candidatado a vereadora nas eleições municipais de sua cidade e, como exercia um cargo comissionado na prefeitura à época, precisou abrir mão de seu emprego durante a *política* – o tempo da campanha eleitoral. A renúncia ao cargo, entre outras consequências, significou uma temporada sem recebimento de salário, o que, por sua vez, acarretou uma interrupção da renda destinada à *despesa* em sua casa. Conforme relatou:

- *A sorte é que a gente ganha muita coisa por aqui, abóbora, mandioca, sempre tem um que traz um trem, outro, traz outro. Mesmo assim tive que pegar um empréstimo com o agiota para pagar o mercado mês passado e poder continuar pegando na caderneta. Emprestei mil reais com juros de cem todo mês. Até me*

chamaram de louca. Louca, nada. Louco é a precisão! Assim, eu tinha que ir pagando cem todo mês até reunir os mil e pagar de uma vez só, e mais o cem daquele mês! Como é que junta desse jeito? Que dia que a gente consegue?! Aí, teve ainda minha vizinha, uma senhorinha do assentamento, que tinha me emprestado um dinheiro um tempão atrás, mas para pagar sem prazo, sabe? Só que ela não teve uns problemas de saúde e ficou precisada do dinheiro de volta? Me ligou para perguntar se eu não tinha como arrumar alguma coisa. Era setecentos reais, mas ela disse que qualquer coisa já ajudava. Depois disso, quem disse que eu dormia? Fiquei pensando, pensando... Liguei pro menino que recolhe o baru e perguntei se estava pegando, ele disse que sim. Quando foi no outro dia, levantei cedinho e fui pro mato catar baru. Passei o dia intiriinho catando baru, enchi duas carretinhas. Quebrei as castanhas tudo e mandei para o menino. Deu mil e oitocentos reais, acredita? Na hora liguei para minha vizinha para contar que tinha arrumado o dinheiro e perguntei 'quanto a senhora vai me cobrar de juros?', e ela disse 'que dia vou te cobrar juros, Glória? O meu dinheiro foi para te servir e não para ganhar em cima de você, não, sá!'. Aí foi a conta! Deus é bom demais. Paguei os mil e cem do agiota, que ainda tentou não receber falando que eu podia precisar do dinheiro para um trem mais urgente e que ele podia esperar. Claro que ele podia esperar, né? Cobrando cem reais todo mês, quanto mais demorado, melhor pra ele! Pois eu paguei os mil e cem do agiota, paguei os setecentos da senhorinha, e não fiquei com nem um real, mas agora eu deito minha cabeça no travesseiro e durmo. Tem riqueza maior que deitar e dormir?

A situação vivenciada por Glória mostra que a renda da *precisão* nem sempre envolvia uma reserva a ser feita na forma *criar bicho* (mamíferos ou insetos). Não obstante, invariavelmente compreendia o *dinheiro reunido*, o qual, na maior parte das

ocasiões, estava vinculado a um *projeto*, seja de assentamento, de desenvolvimento sustentável, de preservação do cerrado, de comercialização, de agricultura familiar, de cultura e tradição.

Invariavelmente também, tratava-se de uma maneira de fazer girar a renda, antes do que de um modo de acumulação. A frase de Glória foi categórica nesse sentido, (...) *não fiquei com nem um real, mas agora eu deito minha cabeça no travesseiro e durmo. Tem riqueza maior que deitar e dormir?*. A riqueza não estava associada ao fato de reter dinheiro, mas, ao contrário, estava em distribuí-lo a fim de sanar os empréstimos e lhe garantir despreocupação, descanso, desejos manifestados na expressão: *Tem riqueza maior que deitar e dormir?*. Além do caso específico narrado por ela, pode-se afirmar que a vantagem em *reunir dinheiro* estava em fazê-lo criar, produzir, gerar, “inventar” na terra, como será abordado adiante.

3.3) Inventar na terra: a mágica de transformar uma folha de manga em cor

Foi durante a FENABARU, a Festa Nacional do Baru em Arinos no ano de 2017, que pela primeira vez tive a oportunidade de engatar uma longa conversa com Raquel, embora já a conhecesse das feirinhas da agricultura familiar que aconteciam aos domingos em Uruana de Minas, lugar onde os seus cortes de carne, a sua banha de porco, os seus queijos e os seus doces eram presenças garantidas.

Estávamos alegres com o resultado do concurso gastronômico promovido pelo evento, o qual ela havia sido vencedora com a apresentação de uma iguaria feita com carne de jaca e baru. A receita original levava carne de porco, mas como o concurso era patrocinado por uma empresa de “alimentos naturais e orgânicos” e se autointitulava “vegano”, Raquel comentou que precisou adaptá-la, *usei jaca, mas bom mesmo é com*

porco, você precisa de ver! Só que não podia... Você sabe que eu mexo com porco, né? Porco caipira... E assim iniciamos a conversa que logo rumou para os investimentos feitos em sua terra e como os *projetos* destinados à agricultura familiar a permitiam fazer o *dinheiro reunido* girar. Ela continuou:

- Eu cuido da minha casa, da associação [de mulheres do assentamento] e corro atrás de todos os projetos, as políticas da agricultura familiar. Desde que chegou aqui, é bom porque é dinheiro que entrega reunido. E eu sei fazer os investimentos, inclusive ajudo muita gente com os meus investimentos. (...) Não vendo pro açougue porque paga barato [se referia ao porco]. Compro de quem vende pro açougue e vendo na feira. Ganho 20, 25 por cento. E a gente investe a mão de obra: gente pra cuidar do porco, por exemplo. E agora o mercado melhorou muito para porco. Os médicos estão receitando banha. Melhor que óleo, né? Então, investi no porco, penso em aumentar a renda que depois volta para a terra. Aí entrego fruta para a cooperativa, farinha, açafração, rapadura, o que a gente dá conta de fazer, a gente faz.

A aquisição do *dinheiro reunido* com os *projetos* destinados à agricultura familiar, contava Raquel, circulava entre os criadores de porcos que vendiam para os açougues, nas permutas na feira, entre os trabalhadores que cuidavam de sua criação. Com vistas a aumentar a renda e fazê-la retornar à terra no cultivo de frutas, tubérculos e cana-de-açúcar, posteriormente transformados em mercadorias e vendidos para a cooperativa.

Além de alterar positivamente a *condição*, ao servir à *precisão*, o *dinheiro reunido* podia tornar possível modos de produzir, gerar, derivar, criar na terra, como por exemplo, fazer da banha de porco uma renda para o mandiocal que, no ano seguinte, seria transformado em farinha torrada para a comercialização e polvilho para a despesa familiar.

Os *projetos*, dessa forma, eram desejáveis, pois transformavam favoravelmente o cotidiano, faziam render e brotar na terra. Entretanto, podiam gerar contratempos, como na ocasião que descreverei a seguir, ou mesmo situações de *dinheiro parado*, que eram fortemente criticadas como se verá na sequência.

A ocasião mencionada era sobre a suspensão do selo de inspeção dos alimentos fornecido aos agricultores com posse da DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, no ano de 2018. Contou-me D. Marieta que era mais uma consequência do sepultamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário – o MDA –, e, sem a liberação do selo, que resumidamente se tratava de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal para a comercialização, as escolas municipais não mais poderiam comprar os produtos agrícolas dos agrupamentos familiares vizinhos destinados à merenda escolar.

A granja de D. Marieta foi diretamente afetada. Havia quase dois anos que tinha investido *12 mil reais do Pronaf na granja no quintal, na construção do galinheiro, na compra e na criação das frangas* que tinham como destino as escolas dos municípios em torno do assentamento em que vivia com o marido, o filho mais novo, a nora e dois netos. As galinhas botadeiras, cujos ovos tinham como destino as feiras da agricultura familiar na *rua*, permaneceriam sob os cuidados da família, de modo a fazer crescer a renda e ampliar os investimentos na *roça*.

Pega de surpresa com a suspensão do selo, o que a *aborreceu*, disse que precisou de um *plano B* para escoar a produção depois da notícia. Em primeiro lugar, porque não tinha espaço suficiente para manter *as frangas no terreiro*. Em segundo lugar, porque se deixasse de pagar o financiamento do Pronaf, que dependia da venda de toda a produção, ele se tornaria uma *dívida*.

A contração de uma *dívida* era uma das faces indesejadas da adesão aos *projetos*. Não obstante, ela só se conformava de fato na impossibilidade de pagamento do financiamento. Isso acontecia, em geral, quando algum contratempo alterava o planejamento dos investimentos para fazer gerar na terra. Esse não foi o caso de D. Marieta. Embora tenha passado bem *perto da dívida*, contou aliviada que colocou, junto à família, *os frangos no carro para vender lá na Brasília. E todo mundo que ia para lá, daqui do assentamento, eu pedia para levar e vender um frango pra mim. Até que foram todos!*

Outro modo indesejado de adesão aos projetos era referido como o *dinheiro parado*. Narrou Pilar que durante muitos anos teve um mercadinho na região, *o meu comércio toda a vida não foi grande, não. Só que eu tinha de tudo. Só que não faltava. Por isso tenho terra. Dinheiro que sobrava investia na terra. Viajante vinha toda quinzena, comprava o que dava pra vender. Assim criei meus meninos. Depois veio os projetos da agricultura familiar e fez diferença. O dinheiro entrega tudo junto, reunido. Dá para investir direto na terra. Aí até incentiva mais tá plantando, tá molhando os pés, tá cuidando.*

Ela salientava a positividade em fazer o *dinheiro reunido* girar e gerar na terra, e continuou, *então, nunca cresci comércio, não. Você vê ali na Dalila, você admira, fica horrorizada. Ao invés de investir o dinheiro dos projetos na terra dela, ela quer crescer comércio. Reparou na quantidade de trem que ela tem para vender? Se ela ficar ali seis meses sem comprar [mercadorias para o mercado], ela compra uma fazenda. Aqueles trem dela, é tudo caro. E tem trem demais. Precisa, não. Muito, fica velho. Não fica bom. Não dura. O tempo tá girando e o dinheiro tá parado. Para que crescer tanto uma loja, acumular tantos produtos? O dinheiro tem que ser investido para render. Investir na*

vida, na construção de um bom futuro. E eu tenho para mim que o melhor investimento é na terra.

Conforme relatou Pilar, Dalila não investia todo o *dinheiro reunido* proveniente dos *projetos* em sua terra, mas, antes, dava preferência a *crescer comércio*, isto é, investir em mercadorias. Tais investimentos deixavam o *dinheiro parado*, um efeito contrário ao *investimento na terra* que fazia *girar renda* a partir de uma lógica de produção da diferença, o que de acordo com Neide, era *a natureza da vida!*

Ela preparava o *comer* na cozinha, depois de nossa manhã no *mato*, quando coincidentemente começou um programa na televisão sobre tingimento natural. A chamada da reportagem chamou sua atenção, pois acentuava o “resgate de uma técnica milenar”, para “evitar o consumismo” e incentivar a “justiça social e ambiental”. Foi, então, até a sala se aproximando da TV para ver do que se tratava. Era uma entrevista com uma mulher para quem Neide, inclusive, tingia as linhas de algodão para os seus trabalhos, as suas “coleções sustentáveis”. Ao se dar conta, minha amiga voltou à cozinha a dizer:

- Hum! Lá vem ela querer colocar medidas e proporções no tingimento natural. Já disse para ela que na natureza as cores nunca vão ser iguais. Pode misturar o mesmo tanto de água, folhas, cascas e serragens. Cuidar do tempo do molho para que seja igualzinho. Não adianta esses cálculos de proporção. Ela me faz escrever as proporções em um caderno. Eu escrevo. Mas não adianta, uma cor não fica igual a outra. Ela não entende que cozimento no tacho de ferro, cobre ou alumínio vai mudar a cor. O mordente [o que fixa o corante nas fibras de algodão], pode ser a folha do caju ou o umbigo de bananeira, também vai dar diferença. A própria folha, casca e frutos do mato nunca são iguais. Parece que não sabe que a natureza dá diferença. Eu olho o mato e vejo muitas cores. Gosto de fazer o

teste e trazer cores novas. Eu já disse para ela que se quer as cores da coleção tudo igual, melhor usar a tinta industrial. Eu gosto de experimentar com o mato, ver a diferença! Essa é a natureza da vida. 'A vida inventa', não é isso que falava Guimarães pra gente essa manhã?

Os engajamentos com os *projetos* no sertão das veredas, fossem de assentamento, desenvolvimento sustentável, cultura e tradição, comercialização da produção, agricultura familiar, enfim, os *projetos*, mostravam formas criativas de *reunir dinheiro*, melhorar a *condição*, fazer renda para a *precisão* e gerar, derivar ou “inventar”, na terra. “A vida inventa”, *não é isso que falava Guimarães?*, como bem lembrou Neide, sem deixar de ressaltar que gostava *de experimentar com o mato, ver a diferença!*, argumento contraposto ao saber das *medidas* e das *proporções* que buscam o igual, a constância, a equivalência, a uniformidade.

A adoção da diversidade como modo de pensar é também a proposta de Vandana Shiva (2003) que nos lembra que é a partir da diferença que muitas comunidades no mundo tiram o sustento. São inúmeros os exemplos abordados pela autora, sobre populações que em sementes, grãos, raízes, tubérculos, rizomas, frutas e folhas fazem suas vidas, por meio de práticas cotidianas que contribuem diretamente para a conservação do solo, da água, dos suprimentos de forragem e fertilizantes orgânicos (2003: 29).

Em outro sentido, mas a ressoar com a proposição de Shiva, Joana Cabral de Oliveira (2020) salienta, acerca dos saberes ecológicos e das práticas agrícolas wajãpi, que a industrialização da agricultura trabalha contra os diferentes ciclos e tempos de floração dos organismos (: 85), o que pode ser verificado em esforços desmedidos para a modificação genética de modo a atender “a temporalidade monótona” do capital (Tsing 2015 apud Cabral de Oliveira 2020).

Insistia Neide que *fazendo a mesma tinta, nunca dá a mesma cor. Às vezes uma está com a seiva mais concentrada, a outra não... Da mesma espécie, eu só consigo o mesmo tom se eu tingir com o mesmo caldo e olhe lá! Se eu fizer outro caldo, aí com certeza vai dar cor diferente.* Com sua insistência, oferecia também uma interessante imagem para a compreensão de uma lógica de produção da diferença que neste texto foi etnografada a partir da aquisição do *dinheiro reunido* atento à *condição*, à *precisão* e à “*invenção*” no *cerrado*. Formas de experienciar a vida que negavam o mundo único que *a tinta industrial* e a burocracia dos *projetos* produzem. Diversamente, como disse a querida Heni, *é a mágica de transformar uma folha de manga em uma cor linda. Eu gosto dessa mágica!*

4. não ser escrava do sistema
preços no cerrado

O cuidado de minha poesia
Aprendi foi de mãe
mulher de pôr reparo nas coisas
e de assuntar a vida.
A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe
mulher prenhe de dizeres
fecundados na boca do mundo.
Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.
Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.
Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.
Foi mãe que me fez sentir
as flores amassadas
debaixo das pedras
os corpos vazios
rente às calçadas
e me ensinou,
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
de minha fala

De Mãe
Conceição Evaristo, 2002

É a rainha que faz o enxame crescer, disse-me o casal, D. Nadir e S. Zé Milton, sobre o comportamento das abelhas em suas colmeias. *Se não tiver rainha, o enxame vai indo, indo e acaba. Porque é a rainha que dá manutenção no enxame para poder ir crescendo*, continuaram a me explicar:

- a rainha nasce, daí cinco dias ela sai para o vôo. Aí ela vai encontrar o zangão. Segundo os estudos, ela percebe o zangão mais sadio e fica com ele. Aí ela volta para o enxame de novo. Ela volta, aí quatro ou cinco dias ela pega a botar. Ela começa a botar, bota os ovinhos (a gente não deu conta de ver lá). Se por acaso a gente pega ela e mata, as outras abelhas no enxame, quando sentir a falta, que acabar o cheiro daquela rainha, (a rainha tem um cheiro que agrada as abelhas, as abelhas sentem o cheiro dela longe), quando elas notam que não tem rainha naquela colmeia, elas vão onde tem um filhotinho daqueles que te mostrei, bem novinho, bem novinho mesmo e lá ela vai construir a realeira com o filhotinho dentro. Aí aquele filhotinho vai nascer grande, vai nascer uma rainha. A natureza é a mesma coisa de nós!

Não raramente minhas amigas e meus amigos no *cerrado* comparavam os comportamentos, os saberes, as ações dos animais, os desenvolvimentos das plantas aos processos humanos e vice-versa. Assim como eram recorrentes as comparações entre a vegetação e os bichos. Por exemplo, ouvi algumas vezes que uma cabra era como um pau de ameixa ou de acerola, pois bastante resistente ao tempo da seca.

Aferições como estas eram feitas com frequência e fundamentadas quase sempre na ideia de que *a natureza é a mesma coisa de nós*. Certo dia, entretanto, as comparações entre gente, bichos e plantas tiveram seu alcance questionado por D. Nadir. Ela se perguntou se, para além do *cerrado*, as pessoas igualmente compartilhavam essa ideia.

A ocasião era uma visita à capital paulista para assistir a um desfile no São Paulo Fashion Week, o maior evento de moda realizado no Brasil. Ela, Neide e Neuzali, junto a outras mulheres que vivem no sertão das veredas, haviam tingido as linhas de algodão com frutos e cascas do *cerrado* e posteriormente as transformado em tramas no tear manual, a dar forma aos tecidos que, pelas mãos de uma estilista paulistana, viraram peças – denominadas “sustentáveis” – nas passarelas do São Paulo Fashion Week.

As três mulheres que vivem no *cerrado* foram, então, convidadas pela estilista para assistir ao desfile de sua coleção “sustentável”. Elas, por sua vez, me chamaram para acompanhá-las, visto que eu morava em São Paulo à época. Sentadas entre “convidados especiais”, era o que comunicava as placas deixadas sobre os assentos, D. Nadir, Neide e Neuzali puderam ver da primeira fila as linhas de algodão por elas tingidas e tecidas na passarela da maior semana de moda da América Latina. Indicavam para mim, que estava em pé na diagonal oposta a elas – atrás de fotógrafos e jornalistas –, as peças que haviam passado por suas mãos nos sertões do Urucuiá. No caminhar na passarela, uma produção sonora acompanhava as modelos a reproduzir cantos de mulheres e pássaros, sons de águas, chocalhos e ventos. Ecoava também o cantar de minhas amigas lá dos cerrados, quando no exercício da roda de fiar o algodão. Em alto e bom som, podíamos ouvir o ranger das rodas de fiação e a voz da própria D. Nadir ali presente. “As plantas existem”, “as mulheres existem”, “os povos existem”, são “reais”, “abundantes”, “presentes”, “a cultura existe”, “as folhas existem”, entre outras frases foram ressoadas ao fim do evento ovacionado pelo público.

Diferentemente da maioria das pessoas que assistiam o evento, D. Nadir, Neide e Neuzali não pareciam muito comovidas ao final do desfile. Com sede, tratamos de sair ligeiro dali para procurar um lugar que pudéssemos beber água. No andar para a saída, repetíamos as frases que ainda ecoavam nas caixas de som: “as plantas existem”; “as

mulheres existem”; “as folhas existem”; “a natureza existe”, alguma delas incluiu ao repertório que seguimos a pronunciar até deixar o local. D. Nadir, sem esconder a curiosidade diante da comoção intensa e generalizada, emendou aos nossos movimentos: *vocês não sabem disso aqui, não?*

Eu ri e fiquei na dúvida se ela de fato aguardava uma resposta. Antes, contudo, que pudesse tentar esboçar qualquer retorno, fomos abordadas por uma mulher que se armou em nossa frente a disparar uma série de perguntas, uma atrás da outra, sem nos dar tempo para responder a nenhuma delas. “Você é índia de onde?”, indagou voltando-se à Neide; “Vocês estão saindo do desfile da ...”, falou o nome da estilista no diminutivo e emendou algumas frases que tomei nota com a ajuda de D. Nadir, Neide e Neuzali assim que a mulher se retirou,

(...) quero pedir a ela que me empreste essas roupas maravilhosas para vestir duas índias que estou levando para Portugal. Eu faço cocares de parede, olha [estendeu frente aos nossos olhos imagens dos adornos de penas ocupando paredes inteiras em salas amplas e em quartos como cabeceiras de cama]. Estou indo para uma feira em Portugal e vou levar as índias. Pensei em fazer um jogo com as roupas da... [disse novamente o nome da estilista no diminutivo]. Europeu adora essas coisas! Pagam dez, vinte, cinquenta mil nas minhas peças. (Frases registradas no caderno de campo em abril de 2019).

A mulher terminou sua fala sorridente na mesma proporção em que nos constrangia. A sorrir, ainda, tentou alcançar o braço de Neide que abruptamente o afastou e, com o semblante muito sério, encerrou a situação ao dizer: *eu não sou índia!*

Sentamos para que, com a ajuda delas, eu pudesse anotar as frases ditas pela mulher com rigor tanto quanto possível. *Quem paga esses preços?*, disse D. Nadir evidentemente indignada com tudo o que tínhamos acabado de ver e ouvir.

O seu tom de indignação me fez lembrar de uma passagem ocorrida durante o trabalho de campo nos cerrados quando uma das mulheres *do artesanato* recebeu um

cheque de R\$ 230,00 pelo pagamento de um tapete tecido manualmente durante alguns meses, 2,00m por 2,00m de tamanho, feito em algodão orgânico e tingido naturalmente com as cascas do tronco do baru⁴⁵. Impressionou-me a beleza do trabalho quando desenrolado à minha frente, e, na mesma medida, chocou-me o valor recebido por ele. D. Liz me explicou que o tapete havia passado por algumas mãos, as de quem plantou, cuidou e colheu o algodão, as de quem descaroçou, cardou e fiou as linhas, as de quem tingiu os fios para, então, chegar às mãos dela que havia urdido e tecido o tapete. Além dessas mãos, havia também as de quem trabalhava na associação, responsáveis pelo trabalho de distribuição e comercialização desde as chamadas “matérias-primas”, o algodão e a vegetação do *cerrado*, aos “produtos finais”, no caso, o tapete.

A explicação de D. Liz revelava alguns dos elementos que compunham o preço do belo tapete tecido manualmente. As linhas, soube mais tarde, haviam sido tingidas e noveladas por Eli, que me disse ter recebido R\$20,00 por o quilo da linha tingida como pagamento. Ressaltou ainda que, desse valor, dez por cento era repassado à associação. Essa conversa aconteceu em um domingo no final da tarde, depois de passarmos o dia tingindo nossas próprias roupas no terreiro de sua casa. Manga, jatobá, baru, foi um dia destinado a *testar as cores do cerrado*, como Eli gostava de dizer, o que incluía sair bem cedo de casa para o *mato* a fim de colher as cascas e as folhagens para as tinturas naturais. As cascas do cajueiro, que serviam para fixar as cores nas roupas – o chamado mordente –, colhemos já bem próximo à casa de Eli, onde um vistoso pau-brasil roubava toda a cena. Encantada, perguntei:

- Você já testou o pau-brasil para o tingimento?

⁴⁵ A fim de referência, à época, o valor do salário-mínimo no país era de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

- *Sim. Dá um rosa. Um rosa bem forte. A coisa mais linda.*

- Mas não é do cerrado, né?

- *Não, mas plantaram muitos por aqui.*

- A gente pode testar hoje?

- *Até tenho o caldo do pau-brasil já pronto. Mas a gente não pode tingir as nossas roupas com ele. Estou tingindo as linhas para a coleção sustentável de uma mulher lá de São Paulo. E a cor do pau-brasil é uma exclusividade da coleção dela. Mas te mostro amanhã na associação, já fiz uns testes com as linhas.*

- Como assim a cor do pau-brasil é exclusividade da coleção dela?

- *É, pois é assim. Eu não mexia com o pau-brasil. A gente tem costume de tingir com o cerrado, né? Aí ela me pediu para testar, gostou e falou para não tingir para mais ninguém. Por isso as peças dela têm o preço que têm, né?*

Os elementos mencionados pelas mulheres sobre a precificação dos produtos artesanais – como as muitas e diferentes mãos, as variadas partes envolvidas nas etapas de produção, a atribuição de marca de sustentabilidade e exclusividade às cores e às peças – mostram, nos termos de Jane Guyer (2016), a “realidade política do preço” (: 210)⁴⁶. E aqui tomo de empréstimo a formulação da autora em seu trabalho sobre os questionamentos cotidianos em torno da precificação da gasolina na Nigéria, onde

⁴⁶ Guyer (2016) destaca que tal procedimento foi exemplificado por Thompson (1971) para o século XVIII, bem como por Polanyi (1944) para o século XIX e para a segunda metade do século XX. Ressalto também as reflexões analíticas de Foucault (2008 [1978]) ao observar a formação do preço do cereal entre os séculos XVII e XVIII e as mudanças nas técnicas de governo realizadas no âmbito da economia. O autor descreve, olhando para os preços, o aparecimento de uma outra forma de governamentalidade, aquela não mais preocupada com a centralização e enriquecimento do Estado, mas, diferentemente, na gestão de uma população que deve ser assegurada por esse Estado.

argumenta que o preço não pode ser entendido somente por meio de suas especificações técnicas e/ou econômicas.

Assim, com a intenção de tornar identificável os componentes de precificação do petróleo na Nigéria para além de sua dimensão puramente econômica, mas, de outro jeito, como um compósito de relações financeiras, sociais e morais, Guyer propõe uma etnografia dos preços. Pode-se dizer, com isso, que o procedimento etnográfico, à medida que se volta às precificações a partir da diferença, de arranjos heterogêneos e não da universalização de valores, revela a dimensão política na composição dos preços.

Entre as mulheres no *cerrado*, ‘*o que eu te devo?*’ era a maneira mais comum de se perguntar sobre transições econômicas cotidianas, no lugar de formulações como “quanto é” ou “qual é o preço”. Também era comum que os preços atribuídos às coisas não se fixassem nelas e se transformassem a depender das circunstâncias experienciadas, pois não eram baseados exclusivamente em cálculos, mas em escalas e relações como bem demonstra Thais Mantovanelli (2019: 26) na análise das composições feitas por mulheres Xikrin no encontro com os “projetos contra-desenvolvimento”. Tratava-se, portanto, de modos de precificação a partir de “ações relacionais da diferença”, como sugere a antropóloga com base na fala de sua amiga e interlocutora Kokote, que aqui retomo para estampar o argumento:

Nós fazemos o óleo. Podemos vendê-lo ou não. Podemos distribuir para outras casas da aldeia. Se quisermos vender o óleo, nós diremos qual será seu preço, qual vai ser o tipo daquela troca. O preço depende. Depende do tipo de pessoa que irá comprar. Depende de quanto dinheiro precisamos naquela hora. Posso vender por R\$100 meio litro ou por R\$5. Se eu estiver na cidade com meu filho com sede, posso vender o óleo por R\$5 e comprar água para ele. (Kokote apud Mantovanelli 2019: 27).

Em vista disso, entrar no *cerrado* a partir da formação dos preços, tal como os fazem e desfazem as pessoas que ali vivem, leva adiante a proposta de Guyer (2016) de etnografar uma outra economia pragmática e moral (: 218). Aquela capaz de produzir narrativas contra a ideia generalizada de que há um mercado autorregulado a estabelecer um preço impessoal (mediador de oferta, demanda e impostos), à medida que evidencia os componentes do preço como experienciados pelas pessoas em transações econômicas bastantes singulares, como as que abordo a seguir, a partir de descrições atentas aos modos como as mulheres no sertão das veredas conduziam as precificações em situações em que *não vale a pena*, em que o preço *é alto demais* e que poderia tornar a pessoa *escrava do sistema*.

4.1) Preço que não vale a pena

Em uma manhã de quarta-feira no Projeto de Assentamento (PA) Saco do Rio Preto, localidade rural circunscrita ao município de Natalândia, aguardava junto à Lia – dirigente do sindicato das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais à época –, o início de uma reunião sobre as diretrizes do PRONAF com as e os moradores do assentamento⁴⁷. Também participariam da reunião lideranças políticas locais, secretários municipais e vereadores; arquitetos e engenheiros ligados a uma ONG que, naquele momento, desenvolvia projetos habitacionais na região; agrônomos da Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com base na Economia Solidária que geriam os chamados “projetos

⁴⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1995 pelo governo federal com intuito de garantir créditos para o financiamento de atividades agrícolas e pecuárias de pequenos produtores rurais. Como destaca Heredia e Cintrão (2006), o programa foi um efeito do Grito pela Terra (1990), a forte mobilização da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), das Fetags (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e dos movimentos sindicais de trabalhadoras e trabalhadores rurais de todo o país que passaram a reivindicar créditos agrícolas para as unidades de produção familiar. Para um aprofundamento sobre o tema e especificidade da política pública ver Grisa (2012), que também mostra como a institucionalização do PRONAF marca o reconhecimento político dos agricultores familiares pelo Estado. Para uma abordagem etnográfica sobre o programa ver Alcântra (2020).

de desenvolvimento regional” junto às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais da localidade.

Era 2014, o ano de minha primeira visita aos cerrados em Minas Gerais e, naquele tempo, verificava-se a atuação de diversas políticas sociais com incidência na família através da mulher na região. Sobretudo desde 2008 com a atuação do Programa Território da Cidadania, que tinha como objetivo centralizar políticas públicas de assistência social e redistribuição de renda nos municípios brasileiros considerados de “extrema pobreza”, o que era medido de acordo com números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pelo Cadastro Único⁴⁸. A ação política do Programa Território (2008-2016) foi também denominada pelo governo federal, à época, de “política de baixo para cima”, visto que se propunha a efetivar as políticas públicas frente a uma demanda local específica, acordada em reuniões junto às populações locais. Visava, portanto, a participação social na etapa de elaboração da política. Durante aqueles dias, pude acompanhar algumas *reuniões do território* e foi possível observar um forte engajamento das mulheres para o funcionamento satisfatório das políticas públicas ofertadas para a região.

Logo no início da reunião, a agrônoma que representava a cooperativa da agricultura familiar e economia solidária sediada no noroeste mineiro fez um informe sobre os preços que a cooperativa pagaria pelos produtos agrícolas das famílias assentadas naquela semana:

Essa semana estamos pagando um real o quilo da acerola, lavada. Pode ser congelada, se for o caso. Um real o quilo da goiaba também. Um real e cinquenta centavos o quilo do abacaxi e o mesmo preço pelo quilo do maracujá.

⁴⁸ Sobre o Cadastro Único conferir a etnografia de Ramos (2015) que abordou o funcionamento do programa no município de São Carlos-SP.

Pude notar uma troca de olhares insatisfeitos entre o pessoal que participava da reunião, enquanto a agrônoma continuava a falar sobre os preços ofertados pela cooperativa:

O quilo da farinha também pagamos um real e cinquenta centavos. E quatro e cinquenta no quilo do mel. Quem tiver esses produtos para vender, e quiser vender, é só colocar o nome certinho aqui na lista, com as referências da casa, que a gente passa para buscar.

Um silêncio loquaz se instaurou e só foi quebrado alguns segundos depois, quando Joana se levantou e disse que não venderia os seus produtos pelos valores ofertados, *o preço está baixo demais. Vender por esse preço é pagar para trabalhar. Você já colheu acerola? É cansativo demais, sá! E com esse seu preço a gente vai passar o dia na lida e não vamos tirar nem trinta reais. Não vale a pena!*

O seu marido estava na reunião e, enquanto a observava falar, manteve-se em silêncio. Assim como os demais homens que, em pé, formavam um semi-círculo em torno das costas das mulheres sentadas no centro do espaço improvisado para a reunião. Não obstante, a manifestação delas foi significativa. Quase todas se levantaram e com gestos bruscos e falas fortes, afinadas à intervenção feita por Joana, mostraram-se *contrariadas* com os preços oferecidos pela cooperativa. A agrônoma tentou argumentar dizendo que já tinha explicado que “para valer a pena, vocês têm que produzir em grandes quantidades”. Quando perguntei à agrônoma o que significava “produzir em grandes quantidades”, ela me deu o exemplo do mel, disse que era preciso produzir acima de vinte quilos para que as produtoras e os produtores obtivessem lucro. Decerto, uma lógica que ignorava o regime de produção das pessoas presentes na reunião, as quais produzem pequenas quantidades de produtos diversificados.

Mesmo com a tentativa da agrônoma em convencê-las a aceitar os preços ofertados pela cooperativa, muitas mulheres se recusaram a vender os produtos agrícolas, pois, como disseram, *não vale a pena*.

A lógica da agrônoma levava em conta a grande produção de uma única mercadoria visando a maximização do lucro, enquanto a lógica de precificação expressa na fala das mulheres assentadas levava em conta a diversidade agrícola em pequenas quantidades e as relações implicadas em cada etapa da produção. Como exemplifica a fala de Joana, o tempo de trabalho envolvido, *com esse seu preço a gente vai passar o dia na lida e não vamos tirar nem trinta reais*, bem como o esforço físico realizado: *Você já colheu acerola? É cansativo demais, sá!*

No *cerrado*, os efeitos no corpo, a dificuldade do labor, o tempo despendido ao trabalho, a terra a brotar produtos diversos em pequenas quantidades, contavam como elementos para o preço *valer a pena*.

4.2) Preço alto demais

Na cozinha de sua casa, Dona Cleide me contava sobre a *mexida com os projetos* nos cerrados, *agora é o açúcar mascavo*, disse-me alegre:

- *Tô pelejando com esse açúcar mascavo porque tem demanda. Nova Iorque pediu um contêiner de açúcar mascavo. Mandaram o pedido, um email para Copabase que quer um contêiner de açúcar mascavo. Aí fica nós endoidando! Um sonho. A fábrica de baru era um sonho, que foi realizado. Tem um senhor aqui que entregava mil quilos de açúcar mascavo por mês pra cooperativa. Só que deu problema na coluna e não está entregando mais. Falei para Dionete [a coordenadora de projetos da cooperativa na época]: 'vou correr atrás das*

mulheres, vou organizar um projeto pra gente montar a fábrica de açúcar mascavo dentro do assentamento'. O projeto está ali pronto [foi até o quarto buscá-lo e colocou os papéis na mesa]. Só estou correndo atrás dos deputados. Quando vi, só a construção deu 81 mil e pouco. Agora é só correr atrás de um deputado para ver se ele paga. A cana, cada mulher... bom, se a gente conseguir material ainda esse ano, a gente vai comprar as canas dos colegas [vizinhos]. De todo jeito, no começo a gente vai ter que comprar porque nenhuma tem plantada. Mas aí é se organizar para no próximo ano plantar e vender a cana para a própria associação. Assim as mulheres ganham fazendo o açúcar e com a venda da sua cana. Elas vão ganhar duas vezes. Tá entendendo? Então, assim, o ano começa e tem que plantar cana. Final de ano vai fazer a cana que a produção é mês de outubro. Mês de julho até outubro a gente tá produzindo [o açúcar]. Tem uma sala só para guardar estoque. Acabou a fabricação de açúcar, aí é plantar cana para o próximo ano. Tem que calcular tudo certinho, senão acaba em nada.

Dona Cleide explicou que o preço da fábrica de açúcar mascavo previa o trabalho em terra, fundações, estruturas de concreto, alvenaria, divisórias, cobertura, revestimento de parede, esquadrias, instalações elétricas, pisos, pinturas, o pagamento dos serviços e material. Ela elencou por alto os elementos que formavam o preço da fábrica de açúcar mascavo a ser construída no assentamento, o que poderia parecer um cálculo simplesmente econômico. Contudo, observava que somente dessa maneira poderia estabelecer uma comunicação profícua com os possíveis financiadores do projeto.

Disse ainda, para finalizar o assunto sobre o açúcar mascavo, que poderia parecer muito dinheiro o orçamento total, *81 mil e pouco*, mas que era bem investido. Como aconteceu com a fábrica de baru que, assinalou D. Cleide, passou de *sonho* para realidade

e já fazia com que as mulheres coletoras da castanha negociassem os seus próprios preços diretamente com compradores, inclusive, estrangeiros.

Certa vez pude acompanhá-las em uma *reunião com os americanos sobre os preços do baru*. O assunto que corria nos dias que antecederam o encontro era de que os americanos queriam comprar baru das mulheres cooperadas e que pagariam mais do que qualquer outro contrato que elas tivessem com empresas nacionais ou internacionais.

No dia combinado, fomos até a *central*, a sede do *projeto* do artesanato no município de Arinos-MG, e nos sentamos em volta da grande mesa alocada no centro do espaço reservado para a reunião. Estavam presentes as mulheres coletoras de baru, Dionete, a coordenadora de projetos da cooperativa, Monique, a coordenadora da *central*, e os americanos. Um deles foi apresentado como o dono da empresa interessada no baru e, nos contaram momentos antes do início da reunião, se tratava de famoso apresentador de um programa de culinária na Califórnia. O outro foi apresentado como o tradutor da conversa.

O americano famoso iniciou a conversa. Falou lentamente, com muitas pausas, como se isso fosse suficiente para que fosse compreendido. Tinha algo de gentil e, de qualquer maneira, facilitou para o outro americano que não deixou de traduzir uma palavra sequer sobre as intenções estrangeiras de compra do baru no *cerrado*.

À época, as mulheres vendiam o baru para a cooperativa pelo preço de R\$15,00 o quilo da castanha separada do fruto. Era com frequência que se ouvia nos cerrados sobre as dificuldades de se quebrar o fruto do baru, sobretudo quando o objetivo era deixar a castanha inteira. Pode-se dizer que havia um consenso sobre a inadequação do preço pago pela cooperativa pelo Baru, em virtude da dificuldade do labor, do trabalho de colheita e

quebra do fruto e da sazonalidade da colheita, visto que só tem baru nos cerrados a cada dois anos.

Assim, não era incomum as vendas aos *atravessadores*, que faziam os preços variarem, a depender da negociação, entre R\$50,00 e R\$100,00 o *litro do baru* – o equivalente a uma garrafa pet de dois litros. A cooperativa também vendia o quilo da castanha do baru pelo preço de R\$20,00 para uma conhecida empresa nacional de produtos naturais.

O americano fez a proposta de pagar o dobro do preço que era pago pela empresa brasileira. E mais, disse que queria o baru não na castanha, mas o fruto inteiro. Essa informação deixou as mulheres desconfiadas da proposta. E, generosamente, o alertaram sobre a dificuldade de quebrar o fruto para a retirada da castanha inteira. O alerta foi respondido com a afirmação de que tinham “tecnologia”, uma máquina a retirar a castanha da polpa sem grandes esforços. Resposta que gerou ainda mais desconfiança entre as mulheres. *Se têm tecnologia porque não mandam pra gente? Ia ajudar no nosso trabalho com o baru.* Um tanto envergonhado, o americano respondeu que ainda estavam a desenvolver a tecnologia. Mas salientou que mesmo que não desse certo, gostaria de fechar negócio com a cooperativa. Por fim, repetiu que pagariam o dobro do preço que a empresa brasileira pagava pela castanha e levariam o fruto inteiro. “Sim, com a condição de que vendam tudo para mim”, finalizou a proposta.

As mulheres se olharam em silêncio e disseram que precisavam pensar. Mais tarde, sem a presença estrangeira, traduziram os olhares trocados na reunião:

- Até pouco tempo o baru era comida de gado, ninguém ligava para ele. Agora ele quer pagar mais que qualquer um, e no fruto? Tão achando que a gente é tolo,

*é? Se a gente fecha esse negócio, nunca mais a gente come um baru nesse cerrado.
Acabou o Baru para o Brasil!*

Desconfiavam que havia algo no preço proposto pelos americanos que elas não podiam ver. Pois, para elas, o preço era formado pelas dificuldades de quebra do fruto. Pela sazonalidade da colheita, dado que o baru só frutifica de dois em dois anos. Pelos procedimentos relacionados ao armazenamento e ao deslocamento dos frutos colhidos. Pelo fato de o baru ser um fruto nativo dos cerrados. Todos esses elementos compunham o seu preço e agregavam o que era considerado um alto valor à venda castanha.

A assinatura de um contrato cujo preço era formado por elementos que as mulheres não podiam enxergar, e, melhor, que obliterava ou ignorava justamente os elementos que para elas compunham o preço do baru, as fizeram desconfiar das vantagens do negócio. Entretanto, o que foi mesmo determinante para encerrarem a conversa, foi a exigência de um contrato de exclusividade com a empresa americana. A possibilidade de perderem a liberdade de venda do baru para quem elas desejam, uma intervenção de tamanha magnitude no *cerrado*, era *um preço alto demais*.

4.3) Preço contra o sistema

D. Margarida se apresentava como *mulher trabalhadora rural, fiandeira e assentada da reforma agrária*. Vivia no PA Porto do Saco, em Natalândia, e em sua *pequena propriedade rural* – como denomina em determinadas situações –, *mexia* com os canteiros de pés de frutas típicas do *cerrado* e com a criação de animais, como vacas, porcos e galinhas, além da *fiação* que a conectou com as demais mulheres do sertão veredas e com outros *projetos* de políticas públicas. Ela também *mexia com as feiras da agricultura familiar aos sábados na rua* (na cidade), onde tinha o *costume* de vender os

produtos de sua *roça*, como gordura e pedaços da carne de porco, galinhas e ovos caipiras, e frutas da época. *Mexia* com outros *projetos* ligados à reforma agrária e ao chamado “desenvolvimento sustentável do cerrado”, sobretudo ligados à cooperativa da agricultura familiar e economia solidária, os quais também lhe abriam *mercado*, como o do leite. D. Margarida ainda *mexia* com farinha e polvilho *no tempo bom da mandioca*, em geral, *para o consumo mesmo*, ressaltava enfática.

Ela, que costumava conversar bastante e ter uma leitura bem positiva da vida, estava claramente *contrariada* na cozinha de sua casa a amassar algumas petas – biscoitos preparados com polvilho – em uma manhã ensolarada no final do mês de agosto do ano de 2017. Uma manhã ainda pouco quente pelo adiantar da hora, embora minha amiga já tivesse tirado o leite de todas as suas vacas, as quais, gostava de contar, eram fruto do *projeto* da reforma agrária angariado no início dos anos 2000. Sem deixar de amassar as petas, contou-me que havia sido informada, na noite anterior, pelo funcionário da famosa empresa brasileira que comprava o seu leite já há alguns anos que, naquele mês de agosto, o preço pago pelo litro seria o de R\$ 0,83. No mês anterior, em julho, contudo, o pagamento teria sido efetuado pelo preço equivalente a R\$ 1,86 o litro.

O mês de agosto costuma ser um mês muito seco no sertão das veredas. E naquele ano de 2017 a *seca* foi considerada ainda mais intensa por suas e seus habitantes. Onde não havia pivôs a sugar toda a água dos rios e dos córregos do *cerrado*, como se avistava nas grandes lavouras do agronegócio que dominavam a região, não havia pasto para alimentar os gados, diante da ausência de chuvas e de qualquer outra possibilidade de irrigação. Durante o período da *seca*, tempo dos lindos Ipês rosas, amarelos e brancos característicos dos cerrados, mas também tempo da incômoda poeira, as pessoas assentadas da reforma agrária *tratavam* suas criações com ração. Assim, o consumo de água e o cultivo de cana de açúcar – o que também envolvia a formação da terra, a

adubação e a aquisição de mudas – com vistas à produção da ração, deveriam passar a compor o preço do leite, pois somavam-se às despesas mensais da casa e da vida cotidiana no *cerrado* para *tratar* os bichos no tempo da *seca*.

O leite tirado das vacas de D. Margarida, assim como o tirado das vacas de outras e outros colegas no assentamento, em virtude do aumento dos gastos com a ração, em tese, deveria ser mais bem pago nos meses de *seca*, como o mês de agosto, conforme ela me explicou. Mas não foi o que acontecera naquela ocasião. A famosa empresa de laticínios se recusou a aumentar o valor do preço pago pelo leite e a justificativa foi a de que naquele mês havia chovido intensamente no interior do estado de São Paulo, onde igualmente a empresa comprava leite. Com um cenário farto em alimentos para os gados, visto que as chuvas cuidam do fortalecimento dos pastos, a produção de leite no interior paulista teria sido muito superior ao esperado, o que fez com que os preços de compra da empresa despencassem, inclusive, nos cerrados de Minas Gerais. Inclusive, na casa de D. Margarida.

Calada, como ela, eu a observava amassar as petas na grande vasilha de alumínio. S. Cícero, o seu marido, entrou na cozinha e D. Margarida foi de pronto lhe dizendo que não *entregaria* todo o leite à empresa pelo preço que lhes fora ofertado naquele mês. Argumentou que, apesar de preferir entregar à empresa todo o leite acumulado em seu tanque, *a seca, o tratamento das vacas com a ração e as chuvas em São Paulo*, a teriam feito mudar de ideia. Finalizou a conversa dizendo que passaria a destinar metade de seu leite à feitura de *queijos e requeijões para vender na feira aos sábados na rua*.

Seu marido balançou a cabeça de acordo e, na semana seguinte, depois de adaptarem as tarefas cotidianas a incluir a produção de queijos e requeijões em seus afazeres diários, D. Margarida já dava sinais de alegria dizendo que o valor arrecadado com as vendas dos produtos derivados do leite, correspondente à metade de sua produção

leiteira semanal, haviam superado o valor que seria pago pela famosa empresa de laticínios, caso tivessem concordado com o preço ofertado. E que, até mesmo, teria superado o valor do mês anterior, em julho, quando o preço pago foi o equivalente a R\$1,86 pelo litro.

Ela criou um modo de resistir à oferta do mercado de laticínio, *contrariada* com preço oferecido ao leite de suas criações, sem, contudo, romper com os contratos estabelecidos. Uma maneira de resistir à “assimilação ou homologação dentro de formas dominantes”, como argumenta Rosi Braidotti (2002: 10) acerca do uso de uma memória “ativada contra a corrente” a desempenhar uma “rebelião de saberes subjugados” (: 10). D. Margarida resgatou os conhecimentos de sua *falecida sogra* sobre o *mexer com o leite*, como me contou animada. Passou a *acordar mais cedo para tratar dos bichos e tirar o leite*. Investiu em novos recipientes para *separar o leite com o coalho, para fazer o queijo, e a coalhada, para fazer o requeijão*. Comprou *novos panos e novas fôrmas para amassar o queijo*. E outros *novos panos para escorrer a coalhada para o requeijão*. Separou *mais lenhas para o cozimento* e suspendeu *algumas tábuas no telhado para o armazenamento dos queijos e dos requeijões prontos*. Incorporou as *memórias* de sua sogra, *a tradição*, disse-me, da transformação do leite em queijo e requeijão, em seus afazeres cotidianos na roça para *não ser escrava do sistema*, falou sorrindo e com orgulho semanas depois do ocorrido sobre os preços ofertados pela empresa de laticínios.

A ação de D. Margarida mostra que embora se estabeleça uma relação com o *sistema*, como se referiu, por meio dos contratos com as empresas de leite, a conformação do preço na troca não se faz a despeito de uma “cosmoecologia” (Despret 2016 [2013]) configurada a partir de sua casa, de sua terra, do lugar em que vive.

Essa ideia emerge da descrição de Vinciane Despret de uma passagem do livro *O totem do lobo* (2008), do escritor Jiang Rong, onde ele relata que nas estepes da Mongólia

do Norte os pastores nômades, com quem viveu durante algum tempo, estabeleciam um contrato tácito com os lobos. A respeito disso, compartilha conosco a filósofa,

(...) quando um membro da comunidade morre, seu corpo é depositado no limiar do território dos lobos. Somente o fato de ser comido por estes últimos permite à alma ser liberada do corpo e ganhar outros lugares, onde ela se juntará aos deuses. Da mesma forma (e isso mesmo se as relações podem às vezes ser de uma violência rara quando os lobos atacam o rebanho, os cães, os cavalos), os pastores mongóis cuidam da sobrevivência dos lobos. Eles os combatem corajosamente, pois se trata de sua própria sobrevivência e zelam por eles, pois também se trata de sua sobrevivência. (: 4/pdf).

Despret (2016 [2013]) segue a argumentação para um debate mais amplo acerca do conceito de “cosmoecologia”, e disserta sobre a interligação entre homens, deuses, lobos e gados, sobre a ecologia e a cosmologia formarem um único termo. Gostaria, no entanto, de destacar a imagem fornecida pela autora com a descrição autobiográfica de Rong (2008) como uma metáfora a dar forma à relação que as mulheres no *cerrado* estabelecem com o mercado, ou com o *sistema*. Relações que as servem, que por vezes lhe são vantajosas, mas que, em outras situações, precisam ser por elas combatidas. Como os lobos, que os pastores mongóis enfrentam corajosamente, mas também zelam por eles com o desejo de um dia se juntarem aos deuses.

Resistir aos preços ofertados pelo *sistema* criando estratégias como o resgate e incorporação da *memória* do fazer queijo e requeijão nas tarefas cotidianas na roça, colocar a *tradição* em movimento, utilizar os conhecimentos de um suposto passado para resolver um problema do presente, foram as maneiras encontradas por D. Margarida para lidar com os preços do *sistema*. Um modo de estabelecer uma relação com o mercado e preservar as diferenças, a partir da *memória*.

5. de primeiro
transformações na paisagem no cerrado

Vocês que enxotam o que luta por justiça
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira
Vocês que criam, matam cruelmente bois
Cujas carcaças formam um enorme lixo
Vocês que exterminam peixes, caracóis
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho
E que rebaixam planta, bicho e outros entes
E acham pobre, preto e índio tudo chucro
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?
(...)
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte um pôr do sol, porque
Por sorte vocês não destruíram o horizonte ainda

Reis do Agronegócio
Chico César e Carlos Renno



Instalação de María Magdalena Campos-Pons. *Alchemy of the soul, elixir for the Spirits* (2015).

Imagem: Peabody Essex Museum. Foto: Peter Vanderwarker. Disponível em: http://alchemy.pem.org/alchemy_soul/ (último acesso: fevereiro de 2022).

A imagem acima é de uma instalação da artista cubana María Magdalena Campos-Pons chamada “Alquimia da alma, elixir para os Espíritos”. Sobre a artista, explica Teresa Pereira (2017) que a proposta geral de seus trabalhos é revisitar a narrativa histórica de Cuba, através de uma transversalidade histórica e geracional, de uma memória autobiográfica e coletiva, de deslocamentos, diáspora e resiliência. O par açúcar e escravidão aparece de maneira indissociável em suas obras, na crítica ao trabalho escravo utilizado na produção de açúcar em uma economia monocultora colonial, no deslocamento forçado de África à América.

Concomitantemente, suas obras abordam a herança Ioruba, produzindo, assim, uma manifestação díade em seus trabalhos que explicitam os traumas, as dores, os horrores, as marcas de um sistema racista e excludente promovidos pelo colonialismo. Mas não sem ilustrar experiências de sobrevivência, resistências, resiliências.

Especificamente sobre a instalação retratada na imagem, Pereira (2017: 40) descreve:

A instalação é composta por sacas de açúcar, um gira-discos onde um disco de 45 rpm lembra uma antiga canção cubana, e um conjunto de seis esculturas em metal e vidro soprado onde um líquido cor âmbar lança um odor adocicado de rum. Uma camada sonora criada por Neil Leonard com fragmentos de vozes, sons do mar, música cubana dissolve-se no espaço transformando a instalação numa experiência multissensorial que convoca a visão, o olfato, o ouvido, o tato, a memória, a imaginação.

A autora continua mais à frente,

As esculturas que evocam as ruínas industriais dos antigos *engenhos* de açúcar, são uma reminiscência das lembranças de infância de Campos-Pons que viveu com a família num quartel de alojamento de escravos em La Veja e onde a paisagem era dominada pela chaminé do antigo engenho de açúcar. As esculturas curvilíneas, bulbosas e etéreas da destilaria em vidro, sugerem como presenças espectrais, fantasmagóricas que, através da abstração, remetem para as ruínas da indústria do açúcar, fechando o ciclo composto por inúmeros estratos ou camadas que cruzam memória individual e coletiva. (...) A artista estabelece, finalmente, um paralelismo entre as duas matérias que compõem a obra – o açúcar e o vidro – afirmando que, “there is a conceptual parallel between the materiality of these two substances: liquid to solid, solid to liquid; transparent, translucent, material, imaterial” (Campos-Pons em Besseches 2016) de onde resulta uma tentativa alquímica de transfigurar a dor em beleza (: 42).

A aposta ética, política e metodológica de “transfigurar a dor em beleza” ressoa com algumas ações que as mulheres no noroeste mineiro têm realizado diante das transformações da paisagem nos cerrados nos últimos tempos. *O mundo está escrevendo e o povo não está lendo*, dizia D. Vani, não sem enfatizar que *de primeiro era tudo cerrado*. Para ela, como relatou certo dia:

- *é complicado porque o povo desmatou tudo. Na chapada não tem uma árvore, pra você ver! Pra recuperar, para voltar a chover igual chovia antes, tem que largar pra lá os pivôs. Deixar a água correr e juntar para as veredas. Antes era tudo cerrado. Chovia muito aqui, nuu! Antigamente era um águaõ. Passava de canoa no rio São Miguel. Tá mudando tudo.*

No rio São Miguel, à época da pesquisa de campo, se passava de carro, a pé ou no ônibus escolar que transportava os alunos dos assentamentos para a escola na cidade, ou na *rua*, como mais comumente se dizia por ali. A falta de água nos rios, o desaparecimento das árvores, a diminuição das chuvas, as alterações dos caminhos, como nos fala dona Vani, eram elementos recorrentemente apontados pelas moradoras do *cerrado* mineiro para chamar a atenção para o *secamento do tempo*: *Chove menos, demora mais a chover, faz um calorão diferente, tem mais poeira. Não tem mais árvores, os rios estão secos, os rios não estão no mesmo lugar, mudaram as passagens, os caminhos, os bichos desapareceram, não flore como antes.*

Em resumo, o *secamento do tempo* se refere às mudanças localmente observadas na paisagem dos cerrados, bem como às alterações climáticas que ali ocorrem de maneira mais geral. Informa, ainda, como se verá através das transformações enunciadas na lida diária, sobre a lógica desenvolvimentista que ignora as especificidades dos modos de produção locais, sobre o envenenamento cotidiano pelos agrotóxicos, sobre a morte do *cerrado como era de primeiro*.

Agir contra o *secamento do tempo* é a tarefa que muitas de minhas amigas têm enfrentado no *cerrado*. Em visto disso, argumento que observar e reagir às *escritas do mundo* pode ser entendida como uma proposição ética e política de transfiguração de dor em beleza. Da forma que o faz a artista cubana Maria Magdalena Campos-Pons, mas através de experiências ordinárias no *cerrado* atentas às paisagens retalhadas pelos

programas de desenvolvimento e destruídas pela expansão do modelo político-econômico do agronegócio, do capital.

Assim como D. Vani, suas parentes, suas vizinhas e suas amigas que mapeiam os cerrados e transfiguram suas paisagens, o modelo político-econômico do agronegócio também realiza movimentos de conversões. Contudo, diferentemente de as mulheres no sertão das veredas que convertem paisagens devastadas no *cerrado* em ações que visam a vida, o modelo político e econômico do capital converte *cerrado* em pasto, soja e energia. Uma atividade, pode-se dizer, de transformação de um sistema de escrita em outro de diferente natureza. Um processo não de transfiguração, mas de transliteração.

Opto pelo termo transliterar inspirada no uso que o faz Villela (2020: 283) para falar em processos capitalistas de transformação de energia em valor de troca, em “quantidades comercializáveis”, na “transliteração de trabalho em tributo”. Mbembe (2020), na mesma direção argumentativa, nos atenta para o “dessecamento do planeta” e o “empobrecimento do mundo”, fruto de processos indissociáveis entre a digitalização da vida, aquela que depende da extração intensiva de energia, e a expropriação de comunidades inteiras, as quais vivem e dependem dos recursos naturais de seus territórios.

Nota-se que ao contrário do aspecto positivo observado no processo de transfiguração realizado pelas mulheres no *cerrado*, e por isso a aproximação com a proposta artística de Campos-Pons, o mundo do capital, e aqui empresto os termos de Villela (2020), desnatura, corrói os vínculos, confisca modos inteiros de existência, e assim, arrisco a sugerir, translitera beleza em dor.

Diante desse debate, este capítulo se propõe a descrever etnograficamente observações sobre *as escritas do mundo que o povo não lê*, como disse D. Vani, mas que

eram também formuladas por outras amigas e colaboradoras de pesquisa, ainda que usassem outras palavras. Adianto que para abordar os modos como as mulheres têm chamado a atenção para o *secamento do tempo* nos cerrados mineiro, o texto se concentrará nas transformações da terra, das águas, dos ventos, das flores, da paisagem, orientadas pela marcação e diferenciação do tempo feita pela locução *de primeiro* e, por conseguinte, através de outras duas operações recorrentes no sertão das veredas, *se abreviar e conhecer o cerrado*. Ressalto, por fim, que é também intenção deste texto fazer da escrita antropológica um meio de ecoar junto ao chamado contra o *secamento do tempo* que o fazem as mulheres no *cerrado* do noroeste mineiro.

5.1) *Secamento do tempo*

De primeiro o cerrado era menos explorado, disse D. Maria José em um momento descontraído na casa de Neide depois de um dia inteiro destinado ao ensino do ponto cruzado do bordado para um grupo de mulheres no município de Uruana de Minas. Ela, que era bastante conhecida por bordar a vegetação, a fauna e a flora do *cerrado* com linhas coloridas nos tecidos de algodão, continuou a falar: *o pessoal mais velho não cultivava o cerrado. Cerrado era cerrado, fica lá como tá. Cultura era cultura. Até que a ganância chegou.*

- Como assim cerrado era cerrado, cultura era cultura?, perguntei perdida nos ensinamentos de D. Maria José, confesso que desde o ponto cruzado do bordado que ela ensinava mais cedo.

- *O cerrado hoje é a terra desmatada para o grande plantio. O cerrado de antigamente não era desmatado. Servia para colher Pequi, Jatobá...*

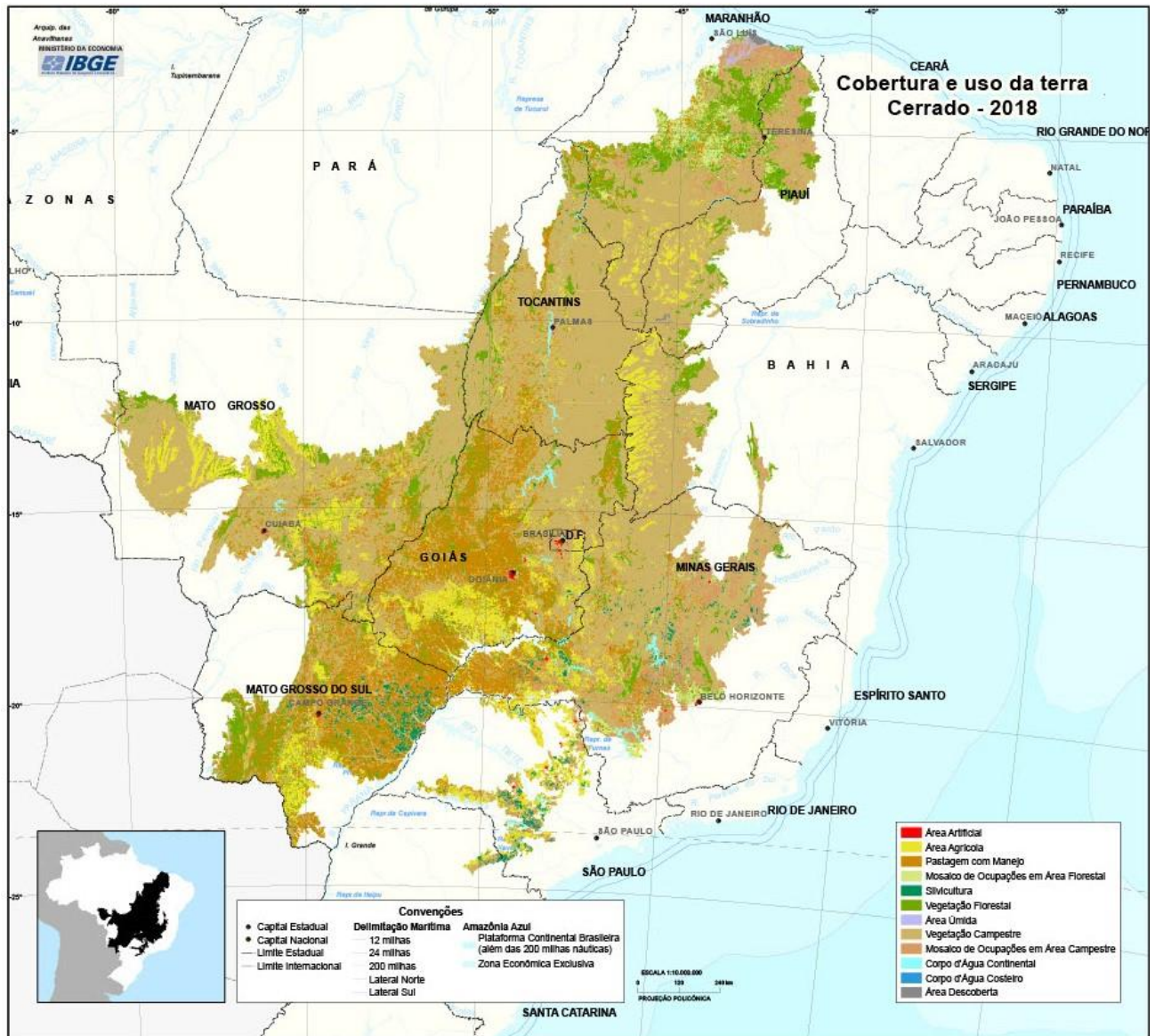
- *Extratativismo que fala hoje, né?*, interrompeu Neide.

- *É, mas Jatobá dá no cerrado e dá na cultura*, retificou D. Maria José que seguiu com a explicação de que *cultura era desmatada para o plantio. O plantio para a família. Desmatava assim, com o machado. Não desmatava de trator. Arava com boi ou a cavalo. Não tinha trator. Bem depois começou motosserra, trator e máquinas mais pesadas. Mas de primeiro, fazia as coivaras, colocava fogo para não agredir tanto e ali plantava. Plantava, tirava a despesa e o resto trocava pelo que não produzia. Só plantava o necessário para o sustento da família.*

A chegada *da ganância, do grande plantio, da motosserra, do trator e das máquinas mais pesadas*, como contava D. Maria José, explicitam transformações de naturezas diversas no *cerrado*. Por exemplo, como se verá na descrição a seguir, na captura de sua nomenclatura, nos tipos de plantio, nos modos de armazenamento dos grãos, no tempo de germinação dos alimentos, na sazonalidade das chuvas e das flores, na espessura das águas, no horizonte das árvores, na firmeza do solo, nas *cores do cerrado*.

O próprio uso da nomenclatura ‘cerrado’, passou a não mais exclusivamente designar as árvores retorcidas, as águas que se ajuntam nas veredas, as flores, os frutos e os animais nativos, as gentes que disso tudo se alimentam, se hidratam, se relacionam, fazem vida e fazem morte. Passou, de modo correspondente, a definir a grande extensão de terra desmatada e destinada ao pasto, à produção de soja e outros grãos; à especulação fundiária; e, mais recentemente, à financeirização da terra. Em outras palavras, a nomenclatura ‘cerrado’ deixou de particularmente dar nome aos elementos nativos que o compõem – e por eles ser definido –, e passou a também nomear um espaço no território brasileiro cujos limites e fronteiras estão bem delineados, inclusive atribuindo contorno a

um modelo político-econômico específico, o do agronegócio, como ilustra o mapa abaixo:



Fonte: IBGE / Mapa: Cobertura e uso da terra – Cerrado. Ano 2018.

Logo, é possível afirmar que desde a chegada da *ganância*, chama-se ‘cerrado’ também o espaço geográfico ocupado pela grande produção capitalista monocultora, ainda que se possa percorrer quilômetros e quilômetros de distância neste espaço sem se

avistar uma só árvore de troncos grossos e tortuosos característicos da vegetação denominada ‘cerrado’.

A fala de D. Maria José ainda ressaltava diferenciações nos modos de plantio desde a chegada da *ganância*. *O cerrado de antigamente não era desmatado*, ela nos disse, e completou com a explicação de que as pessoas retiravam do *cerrado* os seus frutos nativos e reservavam uma pequena porção da mata de origem para o plantio destinado à nutrição da família, a chamada *cultura*.

- Então a *cultura* é a roça da família?, perguntei à D. Maria José.

- *Não é bem isso*, e seguiu a explicar que *tem a terra de cultura, mais preta, mais de beira de rio e córrego. Terra fofa. Ali era o plantio das famílias. O cerrado é mais fora.*

Naquele momento, D. Maria José apontava as diferenciações que se atribuía ao *cerrado*, através das cores da terra, de sua umidade e sua localização. Ao dizer que *o cerrado é mais fora*, referia-se à vegetação que, no passado, *servia para colher Pequi, Jatobá* que, como Neide resumiu, *servia para extrativismo*.

Destaco, com isso, que minhas amigas e meus amigos no noroeste mineiro tinham como base a vegetação e outros elementos animais, minerais e climáticos que compunham o *cerrado* para, dessa forma, nomeá-lo como tal. E não sem marcar suas variações, como se viu, do tipo de terra, de cores, sobre a umidade, sobre o lugar onde se colhe e onde se planta. Também sobre as técnicas e as ferramentas utilizadas nas plantações. Diferentemente, o *grande plantio* destitui o *cerrado* de sua vegetação nativa para dar lugar a uma paisagem monocultora homogênea, a uma relação exploratória e ainda assim o chama ‘cerrado’.

Acentuou D. Maria José que se usava o machado para limpar a área de plantio em terra de cultura. Arava-se com boi ou cavalo, lembrou. Usava-se o fogo, *fazia as coivaras*, o que significava usar as próprias cinzas do mato arrancado para a adubação do espaço. Aí chegaram as motosserras, tratores e máquinas mais pesadas, ela nos revela, o que fez do *cerrado* um lugar não mais de *sustento da família*. Ao contrário, o *grande plantio*, suas máquinas mais pesadas, o seu modo exploratório de relação com a mata nativa incitaram outros modos de cuidado com o sustento exercidos pelas famílias. Como, por exemplo, no que se referia às técnicas de armazenagem dos grãos.

- *De primeiro as famílias sabiam quantas sacas de arroz ensacava para passar o ano e guardava de acordo. Sabia o quanto tinha que guardar. Arroz, e feijão também. Você sabe o que é o quarto de arroz? Uma quarta são duas latas de óleo, latas de 201⁴⁹. As famílias guardavam os quarto de arroz. Aí depois apareceu o saco. O feijão era conservado em cinza. Guardava na cinza da palha do próprio feijão dentro da tina para ele não carunchar. E passava barro em volta. Depois veio o malagran. Aí já ofendia a saúde, né? É um tipo de veneno fedorento que dói. Engraçado, era muito melhor usar a cinza!*

- E como foram essas mudanças? Perguntei à Eli, que gentilmente me explicava sobre as alterações na armazenagem dos grãos.

- *Sabe que aí o povo parou de plantar feijão?* Ela continuou depois de refletir alguns instantes sobre o uso do *malagran* nas roças de feijão, *foi por causa de praga*, emendou. *Com essa dos grandes chegarem e bater veneno, os pequenos não conseguiam colher mais. As pragas vão tudo para a roça deles. Tinha vez que as lesmas iam lá e limpava os feijões tudo. Quando não era as lesmas, eram como*

⁴⁹ Lata produzida em Aço Inox 201, um aço forte e resistente à corrosão.

um bisurim que come tudo. A chuva ficou pouca. Falam é que é árvore que chama chuva. E você, vê! Não tem mais árvore. Menina, é triste!

As transformações nos modos de armazenamento relatadas por Eli, apontavam para as alterações nas formações das roças de sustento das famílias. Também nos diziam de alimentos que as pessoas precisaram deixar de plantar e da infestação das pragas, o que, então, passou a afetar diretamente o consumo alimentar na região. Desde a ingestão de inseticidas como o *malagran* ao consumo de produtos industrializados, visto que se tornou inviável plantar certos tipos de alimentos, como feijão. Além de *ofender a saúde* com o uso de venenos, como ressaltou Eli. E, *com essa dos grandes chegarem*, acometido ainda foi o processo de germinação das plantações, como relatou Nazaré certa vez:

- Não sei se você já viu, o arroz solta o cacho. Os grãos são tudinho cada um, uma flor. Todo grãozinho tem que ter a florzinha. O arroz tá embarrigando. Se não tiver chuva, solta os cachos com os grãos. Seca! Os grandes tiram as águas dos rios tudo para jogar no [na plantação] deles. Puxam água até de cachoeira. Não dá! Até pouco tempo atrás tinha chuva de outubro a março. Era o que falava 'período das águas'. Hoje fala até 'chuva passageira'. Agora existe isso: chuva passageira!

Além do secamento dos grãos e do advento da *chuva passageira*, alterações diretamente atribuídas aos espaços irrigados das grandes fazendas monocultoras, minhas amigas nos cerrados marcavam diferenças na espessura das chuvas. *Olha o céu como está cinza. Tá bonito para chover! Tomara que chove bom.* 'Chove bom?', repeti com questionamento, pois não sabia exatamente o que D. Nadir estava a dizer com a frase.

- Sim, Deus vai ajudar que chove bom. Tem vez que vem aquele chuvão grosso e só faz destruir a horta, as roças, os telhados. A chuva boa vem fininha e penetra

bem fundo na terra. Essa é que penetra e molha a terra. A chuva grossa não molha a terra. Só por cima. E faz estrago. De primeiro não tinha essas chuvona, não. Chovia fino, chovia durante dias. Chovia bom para molhar a terra.

As modificações observadas no sertão das veredas sobre as espessuras e as oscilações nas sazonalidades das chuvas passaram a influenciar no que durante muito tempo ali se conheceu por ‘tempo das flores’ e ‘tempo dos frutos’. Como ressaltou D. Aurora, *as mangueiras estão dando manga antes do tempo. Hoje, início de julho, tá tudo florido. De primeiro, em setembro tinha a chuva das flores.*

Conversas sobre as variações nos ciclos dos frutos, que sucedem as floradas, era recorrente no caminhar no noroeste mineiro. Tal como os tipos de árvores que não se veem mais nos cerrados. Importante ressaltar que as conversas sobre as alterações na paisagem sertaneja quase sempre não estavam dissociadas de formulações críticas ao desenvolvimento da tecnologia. Pois como emendou D. Aurora,

o ingá não se vê mais na beira de grotta, na beira de vargem. Até isso na natureza tá pouco. O problema é que está se perdendo tudo. Eu falo que a tecnologia veio para acabar com tudo. Que nem, o capim provisório é o melhor que tem. Ele cobre uma pessoa de boa altura. Ele é forte. Ele é o que guenta mais a falta de chuva. Mas acabaram com esse capim. Agora, esses outros não guenta o sol, nada. Colonial, baquiara... a bicha é baixa, mais baixa que esse tamborete [apontou para o banquinho em que estávamos sentadas, cujas nossas pernas faziam um ângulo menor do que noventa graus]. A tecnologia veio e com ela veio o genérico, a enganação. É assim que os capitalistas vão enriquecendo. Tiram o capim bom de circulação.

Retirar o *capim bom*, considerado mais resistente, *de circulação* e oferecer uma espécie alternativa de pouca duração, mostra, não somente à D. Aurora, mas a outras e outros colegas nos cerrados, o vínculo existente entre o *genérico*, a *enganação*, a *tecnologia* e o enriquecimento dos *capitalistas*. Como explicou-me D. Antonia, referindo-se *contrariada* ao desenvolvimento da tecnologia para o aumento do perímetro de irrigação, para o desmatamento da vegetação nativa, para a produção de venenos e para o preparo da terra com a utilização de grandes maquinários,

tem um agravamento. Sabe aquela terra que ara? Quando chove ela vai tudo para dentro dos córregos, das grotas. O rio tinha lugar mais raseira. Aí hoje virou tudo raseira. Por causa dessas terras soltas. De aramento. E isso está acabando com a água também. A natureza tem a caída dela. Então, a terra solta vai embora para dentro das grotas. Aí vai assoreando. Vai aterrando tudo. Eu não acreditava nunca que a água um dia ia acabar. Mas o homem tá destruindo tudo. Como é que faz?

A ação direta na transformação do relevo nos cerrados pelo *homem*, mais especificamente, aquele implicado na relação entre tecnologia, capital e *enganação*, como nos diz D. Aurora, foi apontada por D. Antonia como *um agravamento*⁵⁰. “Como é que faz?”, foi a pergunta que ela desanimada com o cenário pontuou, mas era habitualmente a questão que se apresentava quando o assunto eram as transformações da paisagem no sertão das veredas.

A chegada da *ganância*, como se refere D. Maria José ao modelo econômico capitalista do agronegócio, marca uma evidente alteração das paisagens no *cerrado* como

⁵⁰ Sublinham Martins e Cleps Jr. (2012) que a técnica e a tecnologia, visando uma produção cada vez maior em cada vez menos tempo, são capazes de modificar os solos repassando às pessoas do lugar os danos ambientais e culturais provenientes da “ruptura do homem com a natureza” (: 286).

descrito nas linhas anteriores. Um efeito que encontra eco em outras paisagens do mundo onde *o homem* que financia o capital vislumbra recursos naturais, vegetais, minerais ou animais, a se tirar proveito economicamente. São inumeráveis os exemplos. Como no caso das planícies salinas na Bolívia, o Salar, e nas regiões do Atacama, no Chile e na Argentina, que deram espaço a campos enormes de exploração de lítio (Crawford e Joler 2018). A exploração da *gutta percha*, como também mostram os autores, que se trata de um látex natural proveniente de uma árvore encontrada no sudeste asiático, principalmente na Malásia, chamada *palaquium gutta*, que foi usado para o isolamento de cabos telegráficos no fundo do oceano. Contam os autores:

Uma *palaquium gutta* madura poderia render aproximadamente 300 gramas de látex. Mas em 1857, o primeiro cabo transatlântico tinha cerca de 3.000 km de extensão e pesava 2.000 toneladas – exigindo cerca de 250 toneladas de *gutta percha*. Para produzir apenas uma tonelada desse material era necessário cerca de 900 mil troncos de árvore. As florestas da Malásia e de Singapura foram derrubadas, e no início dos anos 1880 a *palaquium gutta* havia desaparecido (cf. Tully, 2009)⁵¹

“Como é que faz”, tratava-se também de uma indagação contaminada de revolta, incredulidade e tristeza, como é possível notar nos relatos transcritos acima. Mas não só. Com o passar dos dias no sertão das veredas, pude perceber que a constante associação das lembranças do passado em contraponto ao que se experienciava no presente, enunciava um chamado para a ação concreta, o que era recorrentemente marcado pela expressão *de primeiro*.

Nesse sentido, pode-se argumentar que *de primeiro* era o tempo a se desdobrar em presente e passado simultaneamente. Pereira (2020) acentua a necessidade de um

⁵¹ Cf. Tully (apud. Crawford e Joler 2018) “A Victorian Ecological Disaster: Imperialism, the Telegraph, and Gutta-Percha,” *Journal of World History* 20, no.4 (December 23, 2009): 574. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jwh.0.0088>.

tratamento analítico particularizado, atento aos sentidos elaborados pelos interlocutores de pesquisa para lidar com a complexidade e as variações na escala temporal (: 251). Observa que no sertão de Pernambuco, onde fez pesquisa junto a vaqueiros, tempo é história, tradição, memória, cálculo: “tempo para laçar um boi” (Pereira, 2017). O autor ainda ressalta que tempo é cronologia e briga, fundamentando-se nos trabalhos de Villela (2004, 2008) sobre o tempo da política e Marques (2002) sobre brigas de família, igualmente no sertão pernambucano. “Tempo é produzir relações de diferença”, por fim nos diz retomando a pesquisa de Clarissa Lima (2017) entre os Xukuru do Ororubá que, através da análise etnográfica, desassocia a relação entre passado/presente e causa/efeito. A autora enfatiza que “os tempos”, passado e presente, são relações coextensivas. Passados que perpetuam e formam presentes a despeito de seguimentos de continuidade. “Nesse sentido falar no tempo é, ainda, falar da relação como diferença. É marcar uma diferença entre o tempo que se habita e tempos outros” (Lima 2017: 89), conclui a autora.

Santos (1994) em sua formulação crítica à obsessão e a sincronicidade do tempo na sociedade capitalista, sublinha que o tempo tem sucessão, mas também é espaço. Com isso, o autor ressalta uma qualidade descontínua no tempo, a existência de assincronias e dissincronias, em seus termos, nas várias temporalidades que o habitam. Assim, antes de descrever temporalidades bem delineadas, como chama atenção Palmeira (2002), demonstrar o tempo é “postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento” (: 172).

Diante dessas considerações, sugiro que abordar o tempo a se desdobrar em presente e passado concomitantemente, como incitavam as mulheres e as demais pessoas no noroeste mineiro por meio da quebra no tempo contínuo expressa na locução *de primeiro*, descortinava algumas urgências no *cerrado*. Tais urgências provocavam, sobretudo, duas ações de ordem muito concreta no cotidiano das mulheres. A primeira,

abordada na próxima subseção, era *se abreviar*. A segunda, na subseção seguinte, era *conhecer o cerrado*.

5.2) *Se abreviar*

Foi em uma conversa completamente despreziosa com S. Aparecido que finalmente pude fazer uma imagem do que as mulheres falavam sobre *pegar o tempo* ou, como diziam mais frequentemente, *se abreviar*. Na verdade, a imagem foi toda descrita por ele. Eu havia ido fazer uma visita à D. Zânia, sua companheira de toda a vida, que, segundo S. Aparecido, *já deve estar chegando da rua. Acaba de entrar, moça!* Ele indicou um tamborete no terreiro onde me sentei, depois de cumprimentar uma das filhas do casal que preparava um doce de mamão verde no fogo à lenha à sombra da mangueira. Era impossível não notar que S. Aparecido tinha uma protuberância ao lado esquerdo do pescoço, tão saliente, que, inclusive, fazia desaparecer as linhas de seu maxilar. ‘Como o senhor tem passado?’, perguntei, como é de costume iniciar conversas no sertão das veredas. Ele de pronto passou relatar o que ocorrera com seu pescoço.

- *Uma caixa de marimbondo caiu em cima do trator, disse, mas não sem ressaltar que não era ele em sua condução, mas outro rapaz que assustou com as abelhas e pulou da direção no meio do cerrado. Fiquei assustado, vendo o rio e a cisterna por perto, o trator girando, girando, sem controle, fiquei vendo como poderia pegar a direção. Sua grade era grande. Difícil de pegar o tempo! Mas peguei [disse com algum alívio na fala] e assumi a direção do trator.*

Às custas, no entanto, de um choque *contra um pau bem alto* de onde caiu a caixa de marimbondos na direção de sua cabeça. *Acordei no hospital assim*, apontou para o lado esquerdo de seu pescoço.

Embora consternada, não consegui evitar a associação entre a imagem narrada por S. Aparecido – sobre os giros do trator sem controle e a necessidade de se observar o tempo para pegar a direção – e uma expressão bastante recorrente nos cerrados e que naquela semana em especial havia sido repetida muitas vezes na casa de D. Samira: *se abreviar*.

Finalmente entendi, no momento em que S. Aparecido descreveu a imagem do que havia acontecido com o seu pescoço e exclamou, *Difícil de pegar o tempo!*, que o que D. Samira, outras amigas e outros amigos no noroeste mineiro, tanto diziam com a frase *é preciso se abreviar*, tinha como demanda uma intervenção no correr do tempo. Logo, descrevo dois momentos em que esta intervenção no contínuo do tempo se afigurou. Ambas na casa de D. Samira e S. Zé Carlos, durante a forte seca que assolou os cerrados no ano de 2017.

Numa manhã de setembro, D. Samira cortava alguns cachos de banana que, junto às acerolas, foi das poucas frutas de seu quintal que resistiu à intensidade da seca naquele ano. A intenção era dividir a fruta com as araras que visitam sua casa todas as manhãs. Deixar algumas frutas disponíveis para as araras e outros pássaros, segundo dona Samira, além do cuidado em dividir o alimento, *visto que a seca tá difícil para todo mundo*, fazia com que as aves desesperadas não destruíssem as plantações, como já haviam destruído os buritizais em outro ano.

Conversávamos sobre as araras e os bananais, quando um vizinho chegou no terreiro da casa com a localização de um enxame que havia avistado no *cerrado*. A intenção do vizinho era a de que o casal, D. Samira e seu marido, S. Zé Carlos, fosse até o local *capturar as abelhas*. Dito de outra maneira, o vizinho desejava que o enxame das abelhas por ele encontrado no *cerrado* próximo à casa de D. Samira fosse transferido do *mato* às caixas de criação. O vizinho dizia estar bastante aflito diante da notícia que havia

obtido na *rua* – na cidade –, de que o *cerrado* ali em pouco tempo seria desmatado para dar lugar ao pasto.

No mesmo instante em que falávamos com o vizinho, S. Zé Carlos voltava do curral com um balde de leite em uma mão, que tira todas as manhãs para D. Samira amassar um queijo e, na outra mão, um balde com água. Ele nos contou que havia caminhado até o criatório para levar água ao *cocho das abelhas*, mas que o recipiente ainda estava cheio e, *como água não dá para desperdiçar de jeito nenhum, trouxe de volta para casa*.

Preocupados com a intensidade da seca que visivelmente afetava as abelhas, D. Samira, S. Zé Carlos e outras famílias vizinhas na comunidade adaptaram cochos aos insetos em seus pequenos lotes de terra. Talvez não seja novidade que cocho, em geral, é o nome atribuído ao recipiente onde se coloca água para o gado. No entanto, D. Samira e S. Zé Carlos passaram a observar que as abelhas recorriam ao cocho das vacas, dos bois e dos bezerros em busca de água. Receosos diante da possibilidade de que os insetos atacassem o gado, suspenderam pneus em alguns *paus do cerrado*, fora do alcance das vacas e dos bois, tampouco dos bezerros, com a intenção de deixar água disponível às abelhas.

Para explicar a seca que castiga a região, sobretudo entre os meses abril a novembro, além de as descrições sobre as mudanças *naturais* e/ou *divinas* do tempo, ao aumento de pivôs centrais de irrigação na região do Brasil central é comumente atribuído a evidência de secamento dos rios e dos córregos que cortam os cerrados. Importante ressaltar que entre os meses de agosto a setembro de 2017, pude constatar durante a realização de pesquisa de campo que não havia uma gota sequer de água nos córregos da região. Somado a isso, os principais rios que cortam o noroeste mineiro, o rio Preto, o rio

Urucuia e o rio Paracatu, estavam com seus volumes de água muito aquém de suas capacidades consideradas normais. Todos eles integram a bacia do rio São Francisco, sendo os dois últimos afluentes diretos deste importante rio que também não ficou isento à escassez de água naquele ano.

Diante dessas circunstâncias de seca intensa, de secamento dos rios, dos córregos e de *secamento do tempo*, como resumiam a situação que têm vivenciado ultimamente as pessoas no *cerrado*, concomitante à ocorrência da *água roubada* pelos pivôs do agronegócio, explicaram-me D. Samira e seu Zé Carlos que as abelhas, para efetivarem o processo de polinização, estavam a buscar água nos sistemas de irrigação do agronegócio. *Elas não têm outra escolha*, afirmaram o casal.

Explicaram-me tristemente, os dois e outras interlocutoras durante a pesquisa de campo, que nesse percurso em busca de água, *as abelhas se espalham, se perdem e morrem*. Por dois motivos, ao menos. Em primeiro lugar, em virtude das longas distâncias que as abelhas precisam se mover em extensos campos desmatados. *Sem as árvores*, explicou-me D. Samira, *as folhas e as flores*, bem como *pela mudança nos ventos*, decorrentes das alterações na paisagem do *cerrado*, *as abelhas perdem as referências de retorno* às colmeias. As referências deixam de existir.

Em segundo lugar, e proporcionalmente devastador à vida das abelhas, ao entrarem em contato com os pivôs de irrigação das monoculturas, pivôs estes que muitas vezes servem como aplicadores de fertilizantes, inseticidas e fungicidas, de agrotóxicos em geral, os insetos *acabam sendo envenenados*. Por sua vez envenenadas, as abelhas novamente teriam dificuldade de retorno às colmeias. Desta vez, causado por *perda de memória pelo contato com o veneno*, afirmam os criadores de abelhas.

A adaptação de um cocho às abelhas entre as caixas do criatório dos insetos, como descrevi em outro lugar (cf. Ferraz de Lima 2021), um pneu cortado na horizontal e suspenso com alguns paus do *cerrado* para ficar longe do alcance do gado, foi uma saída encontrada pelos criadores de abelha da região aos impasses colocados pela expansão do agronegócio nos cerrados do Brasil central, principalmente ao que concernia ao *roubo da água* pelos pivôs de irrigação e à emissão dos agrotóxicos. Pode-se entender esse movimento dos pequenos agricultores também como uma fissura de sobrevivência em meio ao envenenamento coletivo, ao secamento dos rios e ao *secamento do tempo*, promovidos, sobretudo, pelas grandes extensões de pastos, pelo cultivo das lavouras monocultoras, pela especulação fundiária.

A captura dos enxames de abelhas no *mato* para a criação em pequenos lotes de terra era, igualmente, uma saída à destruição provocada pela associação dos grandes proprietários de terra com as políticas promovidas pelo Estado brasileiro de incentivo à expansão do agronegócio e sua financeirização. Principalmente diante de um cenário onde o *cerrado* está rapidamente sendo transformado em área desmatada, pasto e lavouras monocultoras. No processo de captura dos enxames, os criadores de abelha no noroeste de Minas Gerais se mostram preocupados com os filhotes na transição do enxame do *mato* para caixa do criatório. Usam papelão nas caixas das abelhas para esquentá-los até que se acostumem com o que muitas vezes chamam de *novo lar*. Ou, como dizem mais comumente, *com a nova morada*. Muito cuidado também era conferido ao encaixe dos favos na caixa de criação que deviam se dar na mesma posição em que se encontravam no *mato*. Para que os insetos *não sintam frio* e outros possíveis impactos decorrentes da mudança de ambiente, salientavam os criadores dos insetos.

Com as explicações sobre alimentar as araras e outros pássaros, sobre como cuidar da vida das abelhas, ensinava-me D. Samira que *é preciso se abreviar, menina!*

Não dá para esperar tudo acabar sem fazer nada, enfatizou diversas vezes minha amiga durante os dias que passei em sua companhia. Capturar os enxames do mato para a criação era também uma maneira de fazer com que as abelhas sobrevivessem ao desmatamento e ao envenenamento descomedidos que se pode testemunhar nos cerrados brasileiros.

O *secamento do tempo*, a falta de alimentos para os pássaros provenientes da mata nativa, o extermínio das abelhas, em resumo, os efeitos da ação político-econômica da *ganância*, responsável pelo desmatamento, pelo drástico secamento dos rios, pela pulverização dos venenos, *é a toada para acabar com a vida como um todo*, ressaltavam muitas conversas durante minha permanência em campo.

Ao alimentar as araras, *tratar* abelha cotidianamente, produzir mel no sertão das veredas, os moradores da zona rural no noroeste mineiro, como vimos, pensavam na relação com os outros, também pelos outros e em todos os outros seres. Ao compor técnicas e aprendizados de diferentes naturezas, davam uma resposta positiva aos graves problemas decorrentes da expansão do agronegócio nos cerrados do país. *Se abreviam*, intervém no correr contínuo do tempo, diante das transformações das paisagens no sertão das veredas, *da toada para acabar com a vida*.

Se abreviar, frente à expansão do modelo econômico do agronegócio, não implica em um embate direto contra essas formas dominantes de poder. Diferentemente disso, o que se observa entre as mulheres eram ações evasivas, meios de escapar de situações críticas, muitas vezes repugnantes, como no caso descrito sobre os altos níveis de venenos pulverizados, através da condução da lida diária com foco na conservação vida. Vida, no sentido da existência. Mas não só. Vida também no sentido do que é vital, daquilo que conferia força.

Se abreviar era ainda saber que os acontecimentos não podiam correr sem intervenções de ordem muito práticas para que fosse possível a alteração do rumo das coisas. Alimentar as araras e outros pássaros, *visto que a seca tá difícil para todo mundo*, capturar e fazer cocho às abelhas, pode-se dizer, era formas de *pegar o tempo*. Ou, quem sabe, de se produzir um contratempo, um compasso a imprimir outros ritmos temporais. Ações que se faziam no *conhecer o cerrado*.

5.3) *Conhecer o cerrado*

Mas disparou um vento agora, com pouco morreu um velho! Exclamou D. Marta à beira do fogo onde daria início aos preparativos para o almoço, que ainda não estava pronto quando a notícia do morto de fato chegou. Com pesar e música triste, a moto de som anunciava pela *rua* a morte de seu Adão. *Ele era um velho conhecido nosso. Dono do mercado, o primeiro que teve. Aquele da rua principal, tá lembrada? Ajudou muita gente por aqui.* Disse-me D. Marta enquanto o som também comunicava que o corpo estava sendo velado em sua residência e que o enterro seria no cemitério da cidade na manhã seguinte.

A perplexidade que me causara a assertiva de D. Marta pela manhã, sobre sentir o vento e saber da morte de um velho, ainda não havia passado quando, à noite, entramos na sala da casa de seu Adão, àquela altura já referida por todas e todos como a *casa da viúva de seu Adão*. E lá estava ele, um grande corpo dentro do caixão atravessado no maior cômodo da casa, com velas acesas em suas extremidades e rodeado por mulheres da vizinhança a rezar e a cantar.

Leide, logo que me viu entrar, acenou para que eu me juntasse ao círculo de mulheres em torno do morto. Embora estivesse há mais de um ano em trabalho de campo,

era a primeira vez que participava de um funeral. O chamado de Leide me paralisou. Olhei para ela, que estava do outro lado do caixão, e abri os olhos como quem pede socorro. Balancei a cabeça negativamente de modo a indicar que não poderia fazer o que me pedia. Estar em torno do morto parecia conferir um lugar de importância na cerimônia que, decerto, eu não poderia ocupar. A despeito de meu desespero, Leide disse para a sala toda ouvir que eu prosseguiria com a reza. Deu a volta a beirar o morto, entregou-me um livreto antigo com as rezas transcritas, *leia essa daqui*, indicou uma delas com o dedo e sorriu a me encorajar. Todas e todos se voltaram a mim, salvo a viúva que seguiu debruçada na altura da cabeça de seu Adão, a acariciá-lo, a beijá-lo e a verter lágrimas desesperadas durante toda a noite.

O cortejo para a condução do falecido ao enterro sucedeu nas primeiras horas da manhã seguinte. Caminhamos a acompanhar o carro que levava o corpo de S. Adão até o cemitério da cidade. A viúva, as filhas e os filhos do falecido andavam bem próximos ao veículo funerário. Os demais parentes, as(os) amigas(os) e as(os) vizinhas(os) mais atrás, como Maria Alcina, uma antiga moradora da cidade, que gentilmente me chamou para dividir a sombrinha com ela. Embora muito cedo, o sol já estava a castigar.

No cemitério, um pouco afastadas da cova onde algumas mulheres mantinham as rezas e os familiares do morto lhe prestavam o último adeus, ainda embaixo da sombrinha, Maria Alcina explicava sobre a intenção das palavras rezadas e cantadas desde a noite anterior na sala de S. Adão. A morte descompassa o cotidiano, disse-me algo nesse sentido que tomei nota apenas na memória, visto o quão impróprio parecia fazer anotações no caderno de campo em lutuosa circunstância. Ela seguiu com o raciocínio a dizer que as rezas e os cantos, além de intencionarem a condução de paz e descanso ao morto, cuidavam para que a viúva e os seus descendentes tivessem força para seguir com os dias entre os vivos – desordenados pela ausência do ente querido. Ensinava-me que as

rezas, os cantos, os choros, as velas, as santas, os terços, Deus, o morto e os vivos, correlacionavam-se de modo a imprimir certa cadência aos dias subsequentes à morte. Relação iniciada no velório, especificou. Depois, a permanecer e a se modificar com o sepultamento e, com o passar dos dias, novamente presente e transformada nas missas de sétimo dia, um mês e um ano do falecimento. *É o costume do povo*, concluiu Maria Alcina, o *costume* para cuidar do luto e, ao mesmo tempo, dar continuidade, uma espécie de orientação, à vida.

Após ouvi-la, e ainda a escutar as vozes femininas a cantar e a rezar à beira da cova, bem como a viúva a chorar, pensava em perguntar como as ações desses elementos todos, vivos e mortos, materiais e imateriais, velas e lágrimas poderiam transpor novos ritmos aos dias por vir. Pensamento que foi interrompido pela própria Maria Alcina, que chamou minha atenção ao repentinamente voltar os olhos para o alto. *Olha como o céu está cinza, bonito para chover!*, exclamou esperançosa no exato momento em que a massa de concreto acabou de cobrir a sepultura de Seu Adão. De súbito, o céu e o concreto deixaram cinza a paisagem nos cerrados mineiro.

Naquele momento, me dei conta de como as cores eram um artifício muito utilizado pelas pessoas para diferenciar, explicar, *reparar o cerrado*. Lembrei-me de uma conversa com Neide que me disse:

- *Eu olho o cerrado e vejo cores. Aí a gente passa a ter outra relação com o cerrado. A gente quer proteger ele. De olhar as árvores, eu sei que cor dá. Tem umas que eu testo para saber mesmo. Eu também vejo no cerrado as árvores retorcidas. Duas formas de beleza: o sofrido – das torcidas dos galhos, e suas cores.*

Em incontáveis caminhadas no *mato*, minha amiga me fazia tentar *botar reparo em cem verdes*, por exemplo, a se referir às diversas pigmentações e tonalidades da vegetação do *cerrado*. A referência à cor verde e a potencialidade de seus tons, também se fazia com frequência em contraposição ao *tempo da seca*, expresso em formulações como *depois das águas fica tudo verdinho*.

Verde no *cerrado* era o fruto a amadurecer. O mel que ainda estava *ralo e azedo*, logo, fora do tempo de colheita. Eram as pessoas que, quando tomadas pela raiva, podiam ficar verdes: *o moço ficou verde de raiva*, ouvia-se de quando em vez.

Também sobre as pessoas, no que concernia à saúde, por exemplo, dizia-se gente *sem cor*, o que significava um quadro grave de adoecimento. Ou de *cor mais firme*, em casos de melhoras na situação enferma. Às pessoas acometidas por *ruindades* [doenças], ainda se atribuía a cor amarela, como me foi relatado certa vez *deu uma febre e um amarelão no corpo*.

O amarelo era associado às boas comidas, que levavam açafrão às suas receitas, e as distinguiu das comidas insossas ou *sem cor*. Em outras palavras, o amarelo ainda conferia sabor ao *cerrado*. Tal como beleza no tempo das flores, uma vez que as caraíbas e os ipês amarelos abriam o ciclo das floradas. Diferentemente do tempo seco que fazia do *cerrado laranja, ferrugem*, até *vermelhão*, por efeito da poeira capaz de tingir tudo e todos no ambiente, todavia sem o deixar menos belo.

Vermelho dizia do fogo e da cor de terra, *o cerrado tem terra boa, terra vermelha, mais de cerrado mesmo*. *Garioba* [gabiroba] *gosta de terra vermelha*. A terra vermelha era onde se encontrava, sobretudo, *os paus nativos*, como *pequi, mangaba, cagaita, baru, jatobá, murici, araticum*.

Terra, no *cerrado*, também era de cor roxa ou preta, as quais caracterizavam solos mais úmidos e férteis onde se cultivavam as roças. *No pelador*, disse-me D. Maria José, também chamado de *terra de cultura*, referindo-se ao espaço onde, *de primeiro*, se *pelava* a mata nativa para a plantação de alimentos para a subsistência familiar.

Preto era ainda o céu a antecipar as águas. Bem como o cinza. E branco, era o céu nas noites tomado por estrelas: *repara como o céu está branquinho, branquinho de tantas estrelas*. O céu também era *azulzinho*, como muitas das aves que o cortava constantemente.

Aprendi com as mulheres no sertão das veredas que *reparar as cores no cerrado* era como um ato de recusa em aceitar sua homogeneidade. Era, além disso, uma maneira de contar do *cerrado* como *de primeiro*, atualizá-lo no presente, retomá-lo.

Reparar as cores era uma de muitas maneiras de se conhecer *o cerrado*. Escrevi em outro lugar com Maíra Vale (Ferraz de Lima e Vale, 2019), sobre o chamado de Neide para se *conhecer o cerrado*. Como já dito, Neide fazia do *cerrado*, cor. Ela e outras mulheres tingideiras em Uruana de Minas, usavam as folhas, as cascas e os frutos da vegetação dos cerrados para tingir linhas fiadas na roda e depois tecidas no tear manual por outro grupo de mulheres artesãs no sertão das veredas. Jatobá, baru, moreira, cedro, caju, manga, açoita cavalo eram alguns exemplos de árvores que serviam ao processo de tingimento natural feito por Neide, suas amigas e vizinhas na associação “Cores do Cerrado”.

Caminhando na trilha da Jiboia, nome dado a uma cachoeira no município mineiro, Neide me disse que andar no *mato* a fazia recordar a memória de infância e não a perder. Entender de árvores, conhecê-las bem, *se aprende de pequeno*, disse-me durante

o nosso caminhar depois de uma manhã colhendo cascas, frutos e folhas para o tingimento das linhas de algodão.

Entre uma parada e outra para falar de uma árvore, de uma folha ou de um uso que faz da vegetação, de uma cor, ou de várias delas, Neide enfatizava que o seu aprendizado sobre o *cerrado* se deu na repetição cotidiana proveniente do *andar no mato com os mais velhos*, principalmente *com pai*.

Parei em frente a uma árvore e disse a ela que sabia que era um Tingui. Ela riu e concordou que poderia ser, *no livro*, ressaltou, porque ali era mais conhecido como Pau-Ferro. Rimos. Tingui e Pau-Ferro são árvores muito distintas, visualmente, inclusive. Contudo, Neide de pronto me identificou como alguém que *conhece* pelos livros, pela escola, disse-me em outras ocasiões. Ela me dizia, em outras palavras, que o modo como adquire conhecimento está longe do *mato*.

Pude depreender de seu comentário que queria enfatizar diferenças entre, por um lado, conhecer pelo andar, pela textura de uma planta, por exemplo, pelo cheiro e/ou pelo mascar até sentir o gosto, como localmente se costumava fazer. E, por outro lado, conhecer pelos livros. Essas formas de conhecer os cerrados, com o livro ou com o corpo, eram capazes de produzir efeitos muito distintos nas pessoas.

Disse-me certa vez, *quem conhece o cerrado não tem coragem de fazer o que os gananciosos fazem com ele. Quem conhece o cerrado não faz dele pasto*. Através da ação de desmatamento feita pelos grandes proprietários de terra da região, Neide marcava uma diferença entre o conhecimento dos cerrados proveniente de uma relação sensorial com o mato e outras formas de conhecimento sobre a vegetação. O que faria as pessoas terem certas ações impensáveis e intoleráveis. Como fazer do *cerrado*, pasto.

Seguimos caminhando e, diante da *quentura* do dia, resolvemos dar um mergulho na cachoeira antes de voltar para casa com os materiais coletados para o tingimento. Havia alguns turistas, segundo Neide, *desfrutando das águas frias da cachoeira*. De dentro da água, ela avistou um rapaz jogar uma lata de alumínio no *mato* e chamou a minha atenção para o ocorrido. Neide foi nadando até a borda da mata, pegou a lata e com a voz muito calma disse ao rapaz que não jogasse a lata na *natureza*, e nenhum outro lixo, pois tal atitude contribuiria para *destruir o cerrado*. Deu um sorriso gentil e me chamou para irmos embora.

No caminho para casa, marcava a necessidade de compartilhar o conhecimento sobre o *cerrado* com o mundo. O conhecimento como se adquiria no *tempo antigo*, através do caminhar no mato, numa relação sensorial com ele e na repetição que *de primeiro* era feita pelos mais velhos, mas que poderia ser feita de outros modos, desde que produzisse nas pessoas o que chamou de *importância ao cerrado*. A importância que se contrapõe à coragem em derrubá-lo. Ou mesmo a importância para não ser indiferente à sua destruição.

Eu quero catalogar o cerrado, disse-me Neide entusiasmada. *Com os nomes de primeiro, com o conhecimento do povo*, enfatizou. Ela me pediu ajuda para elaborar um projeto de *mapeamento do cerrado através do conhecimento do povo*. Com foco, antes, no aprendizado do saber, na forma como se aprende, do que no saber em si. *Vamos falar do cerrado no andar*, sublinhava contente.

Neide era bastante familiarizada com o vocabulário dos *projetos* atuantes na região e se mostrava contrariada ao modo como muitas vezes eles ignoravam os conhecimentos locais frente às nomeações e às definições científicas. Esse encontro evidenciava formas distintas de conhecimento que poderiam estar em “confluência” (Santos 2015), como formulado por Nêgo Bispo acerca de formas de conhecer que

passam pelos mesmos lugares, mas não permanecem juntas, em seus termos, “nem tudo que se ajunta se mistura” (: 89). Ou mesmo formas de conhecer que aproximam conceitos, contudo, no embate, a “transfluência”, denomina o autor, que em síntese significa que “nem tudo que se mistura se ajunta” (: 89).

De acordo com Neide, ao nomear cientificamente as plantas, os *projetos* fariam o *cerrado* morrer pela segunda vez. A primeira vez quem o faz são os *gananciosos*, através do desmatamento descomedido. A segunda, os *projetos* de expectativas desenvolvimentistas e sustentáveis, pelo apagamento do conhecimento como *de primeiro*. Conhecimento que se faz na memória dos corpos, na relação com as texturas, sabores, sons, formas e cheiros. Disse ela:

- Vamos andar com os mais velhos, aprender com eles e fazer placas para colocar nas árvores. Em todas as árvores das trilhas das cachoeiras. As pessoas vão passar, ler os nomes, saber para que serve. Vão passar de novo e ler de novo. Vão contar para outras pessoas. Assim elas podem aprender também a proteger o cerrado.

Dessa maneira, para dar importância e proteger o *cerrado*, Neide dizia que era preciso ensinar de outro jeito para as pessoas. E que até poderia ser através da escrita, mas desde que ela pudesse ocupar outros lugares para além dos livros. Como placas no *mato*, por exemplo, para produzir um conhecimento no deslocar do corpo, o que conservaria e liberaria uma memória sensível, de não se perder.

Esse era um chamado para a defesa da forma de existir na relação com o *cerrado*. Feita no correr dos dias, no *criar tipo*, nas *mexidas* cotidianas atentas a suas *riquezas*, a suas *farturas*. Mesmo em *dia que é noite*, em dias ruins, atarefados, em que é preciso ir

rompendo ou *se abreviar*. Ou, ainda, fazer a *roda girar*, “inventar” com a terra e com a memória contra o *sistema*.

Uma forma existir feita no *reparar as cores*, que é também um chamado contra as mortes no *cerrado*. É uma formulação ambivalente: ‘reparar’ de *botar reparo* – olhar, observar, realçar, se atentar; ‘reparar’ de se avigorar – tomar vigor, fortalecer, curar. Ambivalente, não. Valente, do jeito que vivem a vida as mulheres no *cerrado*.

cores no cerrado
desenlace

Conseguimos emergir do pior da fumaça e das cinzas, e escapar das rajadas de vento quente. Conseguimos parar no acostamento por um momento e tossir em paz. Tossimos muito. Tossimos, engasgamos e ficamos com caminhos de fuligem no rosto marcados pelas nossas lágrimas. Foi inacreditável. Íamos sobreviver. Ainda estávamos vivos e juntos – chamuscados e arrasados, precisando de muita água, mas vivos.

Lauren Olamina

Octavia Butler. *A Parábola do Semeador*, 1993

Eu quase perdi a fé, disse-me D. Valentina ao telefone. O ano era o dois da pandemia e a vacina contra a covid-19 já havia chegado ao seu braço em duas doses.

Foi custoso demais esses tempos com essa doença ruim. Cresceu um medo danado dentro da gente, todo mundo preso sem poder sair, parou a feira, não podia nem celebrar as missas, arrumar os leilões, a folia... O povo morrendo tudo e não podia nem fazer um funeral! Ave Maria!

Aí, pra você vê, veio a vacina e tem por aqui uns caboclo que diz que não vai vacinar, não. O celular fala isso, fala aquilo, dá até raiva de vê o povo com crença nas mentiras desse negócio de zap. Fica igual papagaio, bicho atentado que tudo o que ouve ele imita. Mas gente, você sabe como é! Né? Ah! Tem uns que é meio fraco mesmo, gente que acredita em qualquer coisa, que não tem suas ideias firmes e se deixa levar pelas dos outros. Gente é difícil demais de mexer, sá! Com uns, até tem uma mexida para conversar. Agora, com outros... Ah, não! Um povo feio! Tem até uns aparentado meu, mas eu falo.

Olha, o trem foi sofrido demais nesse último ano. Não tem prazo pra dar conta de pagar tudo, o dinheiro tá mais pouco, as pessoas estão com dívidas. Não sei nem como o povo está fazendo para comer, não. Aqui em casa a gente ainda planta uma mandioca, uma abóbora, tem a horta, umas galinhas e os porcos. E a aposentadoria, né? Que não está dando nem pra nada. Esse mês, mesmo, recebi o benefício e comprei ração pros bichos, paguei as contas de energia – daqui de casa e da associação do assentamento (que a gente divide, né?) –, aí sobrou cinquenta reais que comprei um saco de açúcar e outro de arroz – que nós não dá conta mais de plantar arroz aqui por causa de pragas, né? –, pronto! Acabou tudo o dinheiro. Até a ajuda que dou pra escola do assentamento, não consegui dar esse mês, tô até com vergonha. Mas eles sabem que quando tenho, é na hora!

A carne também ficou pouca e, quando tem, só com um cortado de abóbora, jiló, pra render. Tá ruim pra ser pobre! Alembra que a gente ia pra beira do rio assar carne? Pois, então, não tem mais disso aqui, não. Tem uns dias, até fui tomar um banho de cachoeira pra deixar o corpo contente, mas já voltei de pronto pra casa.

Uah! Teve bom na cachoeira! Sabe, tava com uma ruindade no corpo, uma desesperança, uma falta de alegria com esses trem de pandemia... mas aí minha fé reagiu. Eu já tinha falado comigo mesma 'A minha fé não vai acabar'!

Você sabe que teve uma outra vez que fiquei sem fé, né? Tem uns dias que tava pensando nisso. Foi quando eu era presidente do sindicato das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Não sei o ano que foi. Eu não lembro de data. Mas era o tempo que eu ia no INCRA resolver os papéis da terra. Eu ia pra capital e parecia que nada ia andar, que nada ia dar certo. Chegava no acampamento e estava todo mundo me esperando, ansiosos, para dar notícia da terra. Todo mundo com aqueles olhinhos, até as crianças me olhando, pedindo uma novidade boa. Eu sempre dizia que as coisas estavam caminhando, que iam bem. Mesmo não indo. Porque na verdade não ia. Era muito sofrido, sá! Era assim, eu dava toda a minha fé pro povo e aí ficava sem nada. Naquele tempo, eu perdi a fé!

Mas aí me pegava muito com Deus também. Colocava meus meninos para ler a bíblia. Me pegava com o meu profeta, como é mesmo o nome dele? O que abre o mar vermelho? Moisés! É, me pegava com o meu profeta Moisés para não perder a fé. Você sabia que ele abriu o mar vermelho para ajudar o seu povo?

Foi muita luta! Eu tinha uma ansiedade naquele tempo. Ansiedade pelos valores das mulheres, pela voz das mulheres. Uma revolta pelas mulheres não terem voz! E também pela pobreza no campo.

Aqui no noroeste quase todos os municípios tinham mulheres presidentes nos sindicatos. Tinha a D. Doralice de Arinos. Nossa! O marido queria matar ela. Achava que ela traía ele com os homens do movimento. Mas ela era valente. Me ensinou demaaaais. Ela já me falava de Margarida Alves, que tinha sido assassinada há pouco tempo, naquela época. E me tornei liderança ouvindo sobre ela. Aí fui conhecendo outras mulheres do movimento sindical, mulheres de ação, de atitude. No começo, os homens ficaram desconfiados, mas logo passaram a tratar as mulheres do movimento sindical com muito respeito. Acho que muitos até me admiram. Você sabe, né? Quando as mulheres decidem que querem uma coisa, elas não desistem. É puro rumo, sem medida. Temos muito mais iniciativa.

Pra você vê, teve a política aqui, tem pouco prazo, e até meus meninos começaram a brigar. Um era vereador, tá lembrada? E o outro queria ser também. Aí não podia candidatar os dois irmãos. E esses meninos pegaram uma briga dentro de casa, maaaas moooga!., acabei que falei: ‘cêis para de brigar por conta de política. Um já foi vereador, agora é a vez do outro. Deixa o seu irmão um pouco também’, falei pro mais velho que desde menino é insinuado a querer tudo pra ele, sabe? Ele tem uma conversa diferenciada. Ah não, tem dó! Uns homão daquele, já do meio dia pra tarde, tudo sem tipo! Mas é assim mesmo, esses homem cresce é agarrando cerca. Não dou conta de entender isso, não! Tem que criar tipo!

Falando nisso, minha neta vai ter mais um menino. E eu já disse pra ela, ‘cria os seus meninos chorando, pelo amor de Deus’, porque, de primeiro, se falava assim ‘homem não chora’, aí deu nesses machistas que nós temos hoje. Homem chora a mesma coisa que mulher, gente! Não existe isso, não. Eu, hoje, falo pros meus netos: ‘pode chorar, meu filho. Não tem esse negócio, não. É homem sim, homem chora. Pode chorar meu filho, homem sente dor a mesma coisa’... só não é forte igual as mulheres!

Ah! Que gaitada boa! Essa risada me alembrou daquele dia, nois no meio dos paus de sucupira e tamboril, você no escrevendo pra mulher pra encontrar lá na tecelagem e ela respondendo no áudio: ‘mande Aldo, mande Aldo!’, e você dizia que não sabia quem era o Aldo que ela pedia tanto pra levar. Ah, caboclinha, só você... Até entender que ela queria que você mandasse áudio e não texto, demorou. No fim, não encontrou a mulher, mas aprendeu que por aqui é bem mais melhor mandar os ‘Aldo’, né? Ah, e que a vida não é os planos que você faz, não!

Nossa, mas se não fosse a nuvem de gafanhoto que grudou no pau e fez nós correr dali naquele dia, tinha feito xixi na roupa de tanto rir. Aquela praga dos gafanhotos... não tem pau que resiste aquilo ali, não, sá! De primeiro, quando era tudo cerradão, não era desse jeito, não. Agora, a árvore tá pouca, faz um calorão danado, chove menos, é uma secura nos córregos... e a poeira? Vixe, é um vermelhão... Deus me livre! É tanta poeira que fica parada na garganta.

É... antes teve o tempo aqui que nós fala era ‘da fome’. Aqui era tudo carvoaria, antes ainda do assentamento, falei isso já, né? Te contei da quantidade de forno que nós derrubou quando entramos pra terra? Pois é, diz que era fazenda desses coronel explorador de pessoas. Trabalho escravo, sabe? D. Rosália, mesmo, que mora na beira do rio, já foi escravizada. Ela tem mais de oitenta anos. Iii! Naquele tempo, patrão podia tudo. As mulher era tudo usada... Rosália pode te contar! Vicentina também. Eu não dou muita notícia, não... Ah, mas Vicentina sabe de tudo como foi...

Se eu tirar uma semana pra te contar daquele tempo, não dá o prazo. Eu trabalhei no boia-fria, colhendo feijão, milho, nas fazendas nos rumos de Brasília. Capinava de enxada, limpava algodão. Engravei com o primeiro marido – aquilo foi engravar, não foi casar, não –, ele era ciumento demais. Me botou para morar num buraco, não deixava eu sair pra nada. Ciúme por causa da minha boniteza. E ele saía para trabalhar nesse

mundão de Deus e eu ficava lá, ganhava meus filhos sozinha. Só eu e Deus. Cortava umbigo de menino, o último filho, ganhei já morava na beira da Jiboia. Mas todo ano eu tinha um filho. Todo julho eu tinha um filho. Teve um dia que ganhei à noite e de dia precisava fazer sabão. Quando foi meio dia, subi num pau, sei lá pra pegar o quê, e deu tontura, desmaiei de lá de cima. Machucou, não. Cai em cima dos capim lá. Só fiquei fraca. Aí o marido chegou, nós brigou, mas eu valente. Foi que foi que foi, larguei ele. Mas aí casei de novo e fui morar no buritizinho. Ganhei um bucado de menino lá. Aí uma menina minha morreu e eu desgostei. Já tinha umas meninas minhas, com 8 anos, servindo casa de família em Brasília. E eles negava comida para elas lá... o que mata esses homens é o ódio deles, sabia?

Olha, era uma tristeza! E eu tava para ganhar menino de novo, aí encuquei que queria dar a criança. A gente trabalhava, trabalhava nessas fazendas aí, chegava em casa, aquele monte de menino, e sem nada para comer. Quando tinha, eu ficava sem comer para dar pra eles... iih, menina! De primeiro, eu era um ursão horroroso, enfrentava qualquer coisa, mas aí minha força acabou. Foi minha prima que não deixou eu dar o bebê, ela disse 'neeeem, que não vou deixar você dar a menina pros outros'. Veio até um casal de Brasília aqui pra levar a menina, uma mulher toda arrumada, com jóia, mas na hora não tive coragem, não. Flor é meia revoltada comigo por isso até hoje. Já tem mais de quarenta anos e ela ainda fica com sentimento por isso. Também não sei quem foi contar pra ela que eu tive esses pensamentos. A gente fala cada bobeira, né, sá?

Sei que nós sofreu naquele tempo. Mas hoje, não. Hoje as mulheres estão numa mexida boa. As mulheres estão mais despertadas. E eu coloquei um tijolinho nessa construção. Eu rocei muito pasto dos outros, mas agora eu roço a minha terra, formo a minha roça pra eu plantar. Depois que a gente conseguiu a terra, enchi minha casa de trem pros meus meninos comer. Planto de tudo, faço farinha, faço rapadura, queijo, é

uma riqueza! Faço até vassoura se precisar. Cuido da minha casa, cuidei dos meus meninos. Tenho setenta e tantos netos, me parece que tenho quatro ou cinco binestos. Ou tataraneto? Não sei mais, cinco geração, já acabou a parenteza (que eles não me escute falar desse jeito).

Ah, e nem te contei, no ano passado a gente conseguiu colher baru, e deu bom, viu? No baru, a gente dá o nosso preço. Não é igual o leite, não, que não é a gente que coloca o preço. E deu um tanto bom de dinheiro reunido para acertar uns compromissos, passar o do consórcio. Deu até pra ajudar no mandiocal e agora acabamos de fazer farinha aqui em casa. Só o ouro! Tiramos o polvilho, comemos beiju até!, enchemos dez sacos dos grandes e no mandiocal ainda tem é muita mandioca! Nós tamo é muito satisfeito! Ainda mais que vamos poder mandar para ajudar na folia, se Deus quiser esse ano ela gira e traz muita fartura cá pra nós!

Acho que não contei também que perdemos uma senhorinha aqui, muito amiga nossa, a Rita, tá lembrada dela? Ah, foi muito triste, sá! Não tenho notícia se foi de covid, não. Mas pra mim, ela era uma referência. No começo aqui do assentamento, ela chegava num cavalinho magrinho com dois litros de leite, dois pet, sabe? Era o que ela conseguia produzir naquele tempo, dois litros de leite, vinha e colocava no nosso tanque coletivo da associação. Às vezes um ficava rindo, achando pouco, e eu dizia: 'os dois litros de leite dela faz a diferença no volume do seu e aumenta o preço de todo mundo. Então, acho melhor você pensar bem antes de criticar quem está trazendo, seja a quantidade que for, porque aumenta o preço do seu leite também'. Gente tola, não é, não?!'

Tenho muita lembrança com Rita. Teve um dia, a gente conseguiu consertar o trator que estava quebrado, largado no cerrado. Aí a gente começou a usar. Sentava e calculava quantas horas dava para distribuir entre o pessoal do assentamento. A gente conseguia fazer hora para todo mundo igual. Eu dava uns gritos 'primeiro ara baixo

porque se chover não ara e depois, cerrado'. Todo dia a gente tava lá. Um dia era eu e no outro era a Rita. A gente tava lá na hora de cada um começar e de parar. E foi assim que foi dando certo. Tem que se abreviar, né?

A gente vivia fazendo as coisas junto. Agora, com essa ruindade de vírus, tem tempo que a gente não se ajunta por aqui. Acho que a última vez foi antes da pandemia. Passamos o dia intiiirinho na cozinha preparando a comida da festa da cidade. Aí fui lá em Véio buscar o bezerro que ele tinha dado pro leilão. Com o dinheiro do arremate, reformamos o telhado da Igreja que a gente já tinha feito o compromisso, né? Você se lembra de como era? Não... não tinha condição daquilo, não! Ficou bem bonitinho, você precisa de ver. E ainda deu para comprar a cadeira de rodas do menino de Cassiana. Tadinho, nasceu com um probleminha e parece que não vai conseguir andar nem nunca. É triste, menina! Mas também!, esses aviões jogando veneno na nossa cabeça... dia e noite! Diz que só joga na lavoura, mas passa é por cima de nossas casas! Uma feiura, não tem nem pra onde arredar... só trazendo as ruindades pro povo. Uhum! Sem juízo, Ave Maria, Deus me livre!

Pra você ver, minhas meninas foram pescar esses tempos e voltaram sem nada pra casa. Se nenhum peixe! 'Mãe, os peixe sumiu tudo, escondeu tudo', elas falaram. Os avião, eles bate veneno... Uhum! Tem dó, isso é tolíce... tá matando os peixes tudo.

E piorou muito com esse governo de agora. O povo tem que ter vergonha de votar nesse cabra pra presidente de novo. Deus me livre! Mas às vezes não é culpa da pessoa também... é que tem gente menos esclarecida, né? Aqui a gente precisa trabalhar mais a questão dos impostos que nós paga, dar esclarecimento pras pessoas entenderem que o governo não dá nada pra ninguém, não. Tem gente que achou que ele fez muito dando o auxílio emergencial, pra você vê... o cabra mudando tudo as regulamentações de

trabalho, teve os cortes nos benefícios, e o preço que tá os trem? Ele não tá nem aí com o povo!

Maria, minha mais nova, até lembrou de quando era criança e vendia chuchu na rua para um homem lá do Bambu. Ela ia numa bicicletinha que ele dava, tinha uma cestinha na garupa pra ela vender o chuchu na rua. Era novinha demais, ela ganhava trinta centavos, nem era centavos, era outra moeda, mas trinta alguma coisa. No primeiro dia, tadinha, chegou em casa e entregou o dinheiro todo pra mim e disse que era para comprar carne. Os meninos tinha muita vontade de comer carne. Nós tudo tinha. Mas só comia quando ia Maria e os irmãos no açougue pegar aqueles ossos no dia que descarnava a carne. E eles vinha para casa com aquele tanto de osso no saco, empurrando a bicicletinha.

Dá dó de ver o que está acontecendo no nosso país, depois de tanta luta no sindicato rural, do tanto de reunião que nós fez, não sei nem o que dizer. O povo fala que o cavalo não passa arriado na frente da gente duas vezes, mas neem sô!, tem que ir rompendo e fazer a roda girar. As mulheres estão tudo inteira aqui, como só as dificuldades sabem fazer firmar. É... a gente ri, mas você sabe bem que o trem está feio de novo.

Sabe aqueles remedinhos? Ainda tá circulando por aqui. O povo toma sem medo, toma de todo jeito. Depois fica saindo leite do peito de mulher laqueada e a gente não sabe o que é! Uma dá o remédio para a outra, é um tal de tomar sem orientação... antes, a gente curava tudo com o mato. Não precisava desses comprimidos para dormir, não. Que dia?! Esse negócio de depressão, não sei como a pessoa arruma isso. É bem perigoso porque encuca. Que nem a benzedeira falou outro dia 'chega faz enfraquecer a mãe do corpo, o sangue'. Bom mesmo pro equilíbrio é a folha de losna, quem conhece o cerrado, sabe! O cerrado é uma benção! E esses remédios de comprimido é ilusão.

A gente até falava no cê, agorinha mesmo, antes de ligar. No cê e não do cê! Flor trouxe a lembrança daquele dia que o homem pulou a janela do quarto de vocês na casa de Neide e ela botou o cabra para correr com o facão na mão. Ahh... a Neide também era uma mulher valente! E a alegria dela faz uma falta. Ah, não! Dá um sentimento na gente que ela tenha ido tão moça! Até sonhei com ela noite dessas. Nós tava fazendo uma reunião e ela estava alegre como quem vai a uma festa dançar a noite toda!

Então, foi assim. Foi desse tipo! De resto, só bom, né? Vem de novo beber café e ficar mais nós. Se lembra daquele dia no rio? A primeira vez que você foi com a gente pescar à noite? Você tava num medo de atravessar o rio, a água dava na cintura. Tá lembrada? Agora, quando você voltar, não sei se vai ver o rio, não. Tá uma feiura! Então, vê se não demora muito a vir ficar mais nós. Senão, capaz de chegar e tá tudo debaixo de terra, igual a múmia que acharam lá na caverna. Quem foi que falou, mesmo? Uah! Tem tempo que a múmia tava lá! Acauã, diz que é o nome, mas que é certo é que ela mostra que tinha gente aqui de muito tempo atrás. Diz que quanto mais fundo na terra, mais tempo que passou. Ah, e tem também os trem da cor da terra. Parece que pelas cores dá para saber como era de primeiro. Acharam couro de veado em uma camada de cor da terra lá que falaram; raíz de mandioca, milho, algodão, em outra cor. Cabaça e sei lá mais que trem na outra cor ainda. Aí vai contando como é que o povo já vivia por aqui. Inteligente isso, né? Igual as abelhas.

Ah, e diz que era uma mulher, a múmia, sabia? Até arrepeio! Pra você vê, tem tempo que as mulheres tão contando história no cerrado... E tudo – é – muda. Aah, é desse tipo no cerrado. Constante mesmo é a mudança... toda vida foi assim... uma riqueza que só, fartura! Mas ele é muito sofrido também. Reparou as árvores? Para sobreviver, elas se retorcem toda. Pode ver que é difícil ver uma árvore reta. Elas são todas assim,

retorcidas, sofríiiiidas... Mas, no final, se for olhar, é de uma forma linda. É tudo bem colorido. Repara as cores!

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, L.. A escrita do mundo das mulheres: Histórias beduínas. [2008]. Trad. Maria Claudia Coelho. 1ªEd. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 2020.
- AGUILAR, R. G. “Políticas en femenino: Transformaciones y subversiones no centrada en el estado”. *Contrapunto*, Montevideo, Extensión Universidad de la Republica; Centro de Formación con Organizaciones Sociales, n. 7, p. 123-140, dez. 2015.
- ALCÂNTRA, P.A.F. de.. O Jogo do café: os sentidos do crédito/dívida nas montanhas do Caparaó mineiro, *MANA* 26(2): 1-25, 2020.
- ALENCAR, G.. O polocentro e o desenvolvimento do Centro Oeste. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1979.
- ALMEIDA, M.. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*. 2013.
- _____. "Eric Wolf, o marxismo, as revoluções camponesas e os intelectuais" *Crítica Marxista*, n. 19. 2005.
- ALVES, Y. C.. Do corpo para o mundo: força e firmeza como princípios políticos entre quilombolas mineiros. In. *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. [E-book]. Org. Suzane de Alencar Vieira, Jorge Mattar Villela. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. 349 p..
- AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P.. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Dados*, v. 56, n. 3, p. 531–570, set. 2013.
- ANDRELLO, G. L.. Falas, objetos e corpos: autores indígenas no alto rio Negro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, núm. 73, junho, 2010, pp. 5-26.
- ANDRIOLLI, C. Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais. 'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em antropologia. Universidade Estadual de Campinas. 2011.
- ANSELL, A. M.. *Zero hunger: political culture and antipoverty policy in Northeast Brazil*. The University of North Carolina Press. 2014.
- ARAÚJO, F. R. de et al. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 2, p. 367–393, abr. 2015.
- BARBOSA, A. S.. Peregrinos do cerrado. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 159-193, 1995.
- BADUE, A. F.; RIBEIRO, F.. Economia do aperto: Bolsa Família, dinheiro e dívida no dia a dia de mulheres paulistanas. In. *Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Org. Ana Claudia Marques e Natacha Leal, Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.
- BEAR, L.; HO, K.; TSING, A.; YANAGISAKO, S.. Gens: A feminist Manifesto for the Study of Capitalism. In. *Theorizing the Contemporary, Fieldsights*, March, 2015.
- BEIK E DOMENE. A experiência de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. *Revista Agroalimentaria*, São Paulo, v. 18, n. 34, p. 57, 2012.
- BESSECHES, J.. *Alchemy of the Soul, Elixir for the Spirits*. 2016.

- BUTLER, O.. A parábola do semeador. [1993] São Paulo: Editora Morro Branco. 2018.
- BIONDI, K. Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo : Terceiro Nome, 2018.
- _____. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo : Terceiro Nome, 2010.
- BORGES, A.. Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ. 2003.
- BRAIDOTTI, R.. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. Trad. Roberta Barbosa. *labrys, estudos feministas* número 1-2, julho/ dezembro 2002.
- BRANDÃO, C. R.. “Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás”. In A. A. Arantes et al (orgs). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.
- BRUNO, E. S.. História do Brasil: geral e regional. São Paulo: Editora Cultrix, V. VI: Grande Oeste.
- CABALLERO, I. V.. Forças absorvidas, forças liberadas: aproximações entre festa e trabalho coletivo em um pueblo do centro-sul dos Andes peruanos. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, vol. 1, núm. 1, primer semestre, 2017.
- CABRAL DE OLIVEIRA, J.. Agricultura contra o Estado. *In: Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. Org Joana Cabral de Oliveira et al.. São Paulo: Ubu Editora / IRD, 386pp., 2020.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F.. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 269–301, ago. 2010.
- CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.
- CARNEIRO, A. O “povo” parente dos Buracos: sistema de prosa e mexida de cozinha. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.
- CARNEIRO, S.. Mulheres um movimento. *In. Estudos Avançados*. 17 (49), 2003.
- CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H.. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.2, p.109-122, 2003.
- CASTRO, J. A.; MODESTO, L.. Introdução. *In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (orgs.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010.
- CASTRO, L. M. B.. As lutas pela terra no noroeste de Minas Gerais: um sumário e uma interpretação. Apostila. Belo Horizonte, 1997.
- CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. DA. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 17, n. 1, p. 99–128, abr. 2013.
- COELHO DE SOUZA, M. A vida material de coisas intangíveis. *In: Conhecimento e Cultura. Práticas de transformação no mundo indígena*. Org. Edilene Coffaci de Lima e Marcela Coelho de Souza. Brasília: Athalaia. 2010.

- COMERFORD, J; CARNEIRO, A; DAINESE, G. Org. 2015. *Giros Etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2015.
- COSTA, J. B.A.; LUZ, A.; FERREIRA, A. C.; DAYRELL, C. A.. Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas. *In: Desenvolvimento Social Montes Claros*, v. 1, n. 1 - jan./jun. 2008.
- CRAWFORD, K.; JOLER, V.. *Anatomia de um sistema de inteligência artificial*. Tradução Cristiana Gonzales e Pedro P. Ferreira; com colaboração de Pedro Paulino. 2018.
- CUSICANQUI, S. R.. Um mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde um presente em crisis. – 1ª ed. – Ciudad Autónoma, 2018.
- DAINESE, G. Movimento e animação das festas, visitas, andanças e chegadas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 641-669, set./ dez. 2016.
- _____. Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.
- DAMASCENO, R.; RIBEIRO, L.. Como seria Marina, a única cidade projetada por Oscar Niemeyer no Brasil. Reportagem do Estado de Minas. 2017.
- DE LA CADENA, M.. Natureza incomum: histórias do antropro-cego. *In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 95-117. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p95-117>. 2018.
- _____. Indigenous cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural anthropology*, Arlington, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.
- DEBERT, G. Et al. (Org.).. Gênero e distribuição de justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 2006.
- DESPRET, V.. O que diriam os animais se... Grandes conferências de Liège (Bélgica) em 17 de janeiro de 2013. in *Cadernos de Leitura*. Chão da Feira. Trad. Cícero de Oliveira. 2016 [2013]. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/05/cad.45_v.despret.pdf (Acesso em 18 de julho de 2021).
- DESPRET, V.; STENGERS, I.. *Les faiseuses d'histoires. Que font les femmes à la pensée*. Paris: Éditions La Découverte. 2011.
- DINIZ, B. P. C.. O Grande Cerrado do Brasil Central: Geopolítica e Economia. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. 2006.
- DINIZ, S.. Critérios de justiça e programas de renda mínima. *Rev. katálysis* [online]. vol. 10, no. 12008-10-15], pp. 105-114. 2007.
- EGER, T. J.; DAMO, A. S.. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant: virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 1, p. 250–284, jun. 2014.
- EMATER (Empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural).. Projeto de Assistência técnica em áreas do POLOCENTRO. Brasília, 35p., 1975.
- ESCHEWEGE, W. L.. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro. 1996.

- EVARISTO, C.. *De mãe*. In. Cadernos Negros – poemas. Vol.25. São Paulo: Ed. dos Autores, 2002.
- FAVRET-SAADA, L.. *Les mots, la mort, les sort: la sorcellerie dans le bocage*. Paris: Gallimard. 1977.
- FEDERICI, S.. “Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina”. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.
- FERRAZ DE LIMA, J.. *Abelha é criação sem cerca. O tratar bicho contra o secamento do tempo no cerrado do Vale do Urucuia*. In: *Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. Org. Catarina Morawska. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- _____. *Mulher Fiel. Etnografia do Amor nas Prisões do PCC*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2015.
- FERRAZ DE LIMA, J.; VALE, M.. A urgência de outras grafias, uma premissa etnográfica. In. *I fórum imuê: a abordagem etnográfica e o desafio das composições coletivas/ imuê*. P. 33 – 44, 1a ed. São Carlos: imuê - Instituto Mulheres e Economia. Acesso em 09 de julho de 2021. https://drive.google.com/file/d/1QWobdky6IrY_6psDUWeLuwXOj1qkJJuw/view
- FERREIRA - NETO, J. A., *Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO)*, Brasília: MDA/NEAD, Relatório de Pesquisa, 2002.228p.
- FOUCAULT, M.. *Segurança, território e população : curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros. *Família e Política de Renda Mínima*. Cortez Editora: São Paulo. 2001.
- GALINDO, M.. “La pobreza, un gran negocio”. *Mujer Pública*. La Paz: Casa Virgen de los Deseos, n. 7, p. 111-12, 2011.
- GARCIA, A.. (1990). *O sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Editora Marco Zero e UnB.
- _____.1983. *Terra de Trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA, A.; HEREDIA, B. “Trabalho familiar e campesinato”. *América Latina*, ano 14, n. 1-2 - jan./jun. 1971.
- GARGALLO, F.. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Buenos Aires: America Libre, 2013.
- GEIGER, A.. *Memória submersa de outro patrimônio*. In: *Por que memória social?*. Org. Vera Dodebei; Francismo R. de Farias; Jô Gondar. 1ed. Rio de Janeiro: Híbrida, V.1, p. 179-194, 2016.
- GONZALEZ, L.. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. [1988]. In. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. [1983]. In. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. [1979]. In. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRIMBERG, M.; FERNÁNDEZ, A. M. I.; ROSA, M.. "Introducción". In: GRIMBERG, M.; FERNÁNDEZ, A. M. I.; ROSA, M.. (orgs.). Estado y movimientos sociales. Estudios etnográficos en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropofagia. 2009.

GRISA, C.. Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISOTTO, R.. A luta pela terra no noroeste mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985-2000). Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. 2003.

GUEDES, A. D.. O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no norte de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES ROSA, J.. Grande Sertão: Veredas. [1956]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 22.ed., 2015.

GUPTA, A.. Postcolonial developments: agriculture in the making of modern India. Durhan & London: Duke University Press, 1998.

GUYER, J.. Composites, Fictions, and Risk: Toward na Ethnography of Price. In. Legacies, logics, logistics: essays in the anthropology of the platform economy. The University of Chicago Press. Chicago and London. P. 201-219. 2016.

_____. Marginal gains: monetary transactions in Atlantic Africa. Chicago: University of Chicago Press. 2004.

HARAWAY, D.. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEREDIA, B.. A Morada da Vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. NERA, V.9, N.8, P. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.25 n.74, 2010, p.159-196.

HERZFELD, M.. Intimidade Cultural: poética social no Estado-Nação. [2005]. Trad. Marcelo Félix. Lisboa: Edições 70. 2008.

hooks, b.. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro, 2008.

HURSTON, Z. N.. Seus olhos viam Deus. Trad. Marcos Santarrita – 2ªed. – Rio de Janeiro: Record, 2021.

KILOMBA, G.. Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A.. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

KUBITSCHKE, J.. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores. 1975.

LAVINAS, L.; BARBOSA, M. L. O. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. Dados 2000, vol.43, nº3.

LE GUIN, U. K.. The Carrier Bag Theory of Fiction. [1986]. *In*: Dancing at the Edge of the World – Thoughts on Words, Women, Places. Ed. Grove Press. 1989. Tradução: Priscilla Mello [2020].

LEAL, N.. Dos manuais que fazem raça: técnicas e enunciados sobre purezas zootécnicas. Revista de Antropologia da UFSCar, 10 (1), jan./jun. 2018. Disponível em <[http://ppgas.ufscar.br/rau-
revista-de-antropologia-da-ufscar/ru-v-10-n-1/](http://ppgas.ufscar.br/rau-revista-de-antropologia-da-ufscar/ru-v-10-n-1/)>

_____. Nome aos bois, Zebus e Zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2016.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H.. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. Opinião Pública, v. 15, n. 1, p. 31–54, jun. 2009.

LIMA, C. P. M.. Tempo e qualidade na Vila de Cimbres: uma abordagem etnográfica da (contra)mistura. R@U: Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, v. 9, p. 87-109, 2017.

LIMA, T. S.. O campo e a escrita. Relações incertas. R@U: Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, v.5, n.2, jul.-dez., p.9-23, 2013.

LUGONES, M.. Colonialidade e gênero. In. Tabula Rasa, n.9, pp.73-102. 2008.

MAIZZA, F.. Especulações sobre pupunheiras ou *cuidar com* parentes-planta. *In*: Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta. Org Joana Cabral de Oliveira et al.. p.213-227. São Paulo: Ubu Editora / IRD, 386pp., 2020.

MAIZZA, F.; VIEIRA, S.. Introdução ao dossiê Ecologia e feminismo: criações políticas de mulheres indígenas, quilombolas e camponeses. *In*: Campos V. 19, n 1, jan-jun, 2018.

MANTOVANELLI, T. R.. 2019. "Composições e escalas contra a lógica monetarista da equivalência: a questão da posição em projetos contra-desenvolvimentistas". P.25-32. *In*. *I fórum imuê: a abordagem etnográfica e o desafio das composições coletivas/ imuê*. 1a ed. São Carlos: imuê - Instituto Mulheres e Economia. Acesso em 09 de julho de 2021. https://drive.google.com/file/d/1QWobdKy6IrY_6psDUWeLuwXOj1qkIJuw/view

_____. Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MARINS, M. T.. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia & Antropologia*, v. 04, n. 02, p. 543–562, 2014.

MARQUES, A.C.D.R.. *Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso*. Tese (Livre-docência) - Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.246. 2015.

_____. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco. Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 28, n. 83, p. pp.85-103, 2013.

_____. *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ. 2002.

MARTINS, I.G.; CLEPS JR., J.. *Viver um tempo, habitar um território... Conviver entre as veredas: veredeiros, natureza, cultura e territorialidades*. 2012.

MATA-MACHADO, M. B .N.. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 168.

MATTEI et al.,. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate*. In: Romano, J. e Heringer, R. (Orgs.). *A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. 2011.

MBEMBE, A.. *O direito universal à respiração. Pandemia crítica*. Nº20. Tradução Ana Luiza Braga. São Paulo, n-1 Edições. 2020.

MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B.. *Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 48, n. 3, p. 635–657, set. 2010.

MOORE, D.. *The Crucible of Cultural Politics: Reworking “Development” in Zimbabwe's Eastern Highlands*. *American Ethnologist*, v.26 n.3, 1999, p.654-689.

MOSSE, D.. *Global Governance and the Ethnography of International Aid*. In: MOSSE, David; LEWIS, David. (Eds.) *The aid effect: giving and governing in international development*. Ann Arbor: Pluto Press, 2005.

MORAWSKA, C.. *Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. (Org). São Carlos: EdUFSCar, 2021.

_____. “Vozes da diferença: tempo e transformação entre educadores populares em Pernambuco”. *Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis*, v. 19, n. 2, p. 213-244, 2017.

MORAWSKA, C.; RIBEIRO, M.. *Notas sobre a intersecção entre Estado, Ciência, Capitalismo: desafios etnográficos em torno da técnica e da política*. *R@U: revista de antropologia da UFSCar*, v.10 n.1, 2018, p.9-24.

MOURTHÉ, P. H.. *Andanças, movimentos e luta quilombola no norte de Minas Gerais*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos. 2021.

- MULLER, C.C.. Políticas Governamentais e expansão da Agropecuária no Centro-Oeste. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. V. 2, nº 3. 1990.
- MULS, N. C.. Trabalho, consciência e luta, a formação do proletariado rural em Minas Gerais. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1989.
- MYERS, N. et al.. Biodiversity hotspots for conservation priorities. In: Nature, v. 403, fev., 2000.
- NAVARRO, M. L.. *Luchas por lo común: Antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales em Mexico* Puebla: Bajo Tierra Ediciones, 2015.
- NOGUEIRA, M.. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 2009.
- NOVAES, R. B.. Do umbigo enterrado no chão: a tessitura da pertença e a produção da vida por populações rurais do semiárido mineiro. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.
- OLIVEIRA, V. L.; BÜHLER, E.A.. Técnica e natureza no desenvolvimento do “agronegócio”. In: Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 77, p. 261-280, Maio/Ago. 2016.
- ONG, A.; COLLIER, S.. Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems. Oxford: Wiley-Blackwell. 2004.
- OYEWÙMÍ, O.. A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. [1997]. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J.. “O antropólogo com perito; entre o indianismo e o indigenismo”. In Antropologia, Impérios, Nações. L' Estoile, B., Sigaud, L. & Neiburg, F. (eds). Relume Dumará/FAPERJ. Rio de Janeiro. (pgs. 253-277). 2002.
- PALMEIRA, M.. Política e tempo: nota exploratória. In: O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais. Org. Mariza Peirano. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ. 2002.
- PALMEIRA, M; HEREDIA, B. 2006. O Voto como Adesão. Teoria e Cultura, v. 01, p.35-58.
- _____. “Os comícios e a política de facções”. In: *Anuário Antropológico*, v. 94, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 31-94. 1995.
- PAREDES PEÑAFIEL, A.. Sobre o que cantam as mulheres camponesas e Ronderas de Cajamarca?. In: Ambiente e Educação. Revista de Educação Ambiental, v. 23, 2018.
- PEIXOTO, C.. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.
- PEREIRA, L. P. Os Giros do Sagrado. Um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia, MG. Rio de Janeiro: 7letras. 2011.
- _____. 2015. A festa dos outros: fundamento e sistema nas folias de Urucuia, MG. In: Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Org. Comeford, J.; Carneiro, A.; Dainese, G.. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras.

PEREIRA, R. M.. 2020. O sertão, a seca e o fim. In. *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. [E-book]. Org. Suzane de Alencar Vieira, Jorge Mattar Villela. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. 349 p..

_____. 2017 *Rastros e Memórias. Etnografia dos vaqueiros do sertão (Floresta – PE)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

PEREIRA, T.. Açúcar Amargo: Escravatura, resiliência e memória na obra de María Magdalena Campos-Pons. *In: Revista Croma, Estudos Artísticos*. 5, (10), julho-dezembro, 30-43. 2017.

PERIN, V.. A política dos documentos. Notas sobre a resistência ao Programa ProSavana no norte de Moçambique. *In: Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. Org. Catarina Morawska. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

_____. *Compondo paralelos, corredores e lutas: uma etnografia das articulações tecnopolíticas em um programa de desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020.

PERUTTI, D. Tecer amizade, habitar o deserto. Uma etnografia do quilombo Família Magalhães (GO). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

PINA CABRAL, J.. “Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural”. *Análise Social*. Vol. XX (81-82). 1984.

PINTO, V.N.. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

PIRES, A.. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 171- 195, abr. 2013.

_____. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, mar. 2012.

PIRES, F.. A casa sertaneja e o programa Bolsa-Família: questões para pesquisa. *Revista Política e Trabalho*. Edição 27-30. 2009.

POMPEIA, C.. *Formação Política do Agronegócio*. Tese de Doutorado em Antropologia Social - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

POLANYI, K.. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Compus, [1944] 2000.

POVINELLI, E.. *Geontologies*. Durham: Duke, 2016.

PINHEIRO, H.. *Entre Questão e Conciliação: as relações de trabalho e seus conflitos na lavoura do Agronegócio Café no Cerrado Mineiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

RAMOS, D.. 2015. *Entrevistas e visitas: perspectivas do cadastro único em São Carlos*; Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos.

RIBEIRO, D.. *Quem em medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

- RIBEIRO, M. S.. *Natureza e Mercado: Castanheiros, empresários e as economias de suas relações*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. 2016.
- RIBEIRO, R. F.. *O Eldorado do Brasil Central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado*. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 249-275, 2002.
- RICOLDI, A. M.. *Cidadania no campo: políticas de acesso à documentação da trabalhadora rural*. São Paulo: FCC, 2017.
- ROCHA, S.. *O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza*. *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 113–139, abr. 2011.
- ROLNIK, S.. *Palavras que afloram de um nó na garganta* in *Esferas da insurreição*. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições. 2018.
- RONG, Jiang.. *O totem do lobo*. Rio de Janeiro: Sextante. 2008.
- ROSINKE, J. G. et al.. *Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de SinopMT no período de 2004 a 2009*. *Interações (Campo Grande)*, v. 12, n. 1, p. 77–88, jun. 2011.
- ROSA, M.. "Sem-terra: sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil". *Lua Nova*, n. 76, pp. 197-227. 2009.
- SANTOS, A. B.. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI). 2015.
- SANTOS, M. C. M. dos et al.. *A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família*. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 6, p. 1381–1405, dez. 2014.
- SANTOS, M.. 1994. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SAINT-HILAIRE, A.. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1975.
- SEGATO, R.. *El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad*. *Estudios Feministas, Florianópolis*, 22(2): 304, maio-agosto/2014.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the Weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: University Press, 1985.
- SHIVA, V.. *Monoculturas da mente*. Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia. 2003.
- SIGAUD, L.. "Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil". *Cuadernos de Antropología Social* n. 20. Buenos Aires, FFyL\UBA. P. 11-23. 2004.
- _____. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, p. 1-116, 1986.
- SILVA, C. E. M.. *Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ : 2006.

- SILVA, R. A.. Nesta água que não para: leitura de João Guimarães Rosa no Vale do Urucuia. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2014.
- SPIVAK, G. C.. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SOARES, S.; SÁTYRO, N.. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (orgs.) . Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.
- SOUZA, M. de L. O.. Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.
- STENGERS, I.. No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- STRATHERN, M.. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- _____. Binary License. Common Knowledge, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 87-103, 2011.
- TRABAQUINI, K.; SCHULTZ, B.; OLIVEIRA, C.; FORMAGGIO, A. R.; GALVÃO, L. S.. Detecção de mudanças de uso do solo por sensoriamento remoto e técnicas de classificação de imagens no Cerrado do Mato Grosso. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.
- TAVARES, P. A.; PAZELLO, E. T.. Uma avaliação do Programa Bolsa Escola Federal: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambú, MG: 2006.
- THOMPSON, E. P.. "The Moral Economy of the English Crowd on the Eighteenth Century". *Past and Present* 50: 76-136. 1971.
- TORRES, A. L.. Formação social e mediação: a luta pela terra e a consolidação dos assentamentos rurais em Unaí-MG. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa, MG. 2000.
- TOLA, M.. Composing with Gaia: Isabelle Stengers and the Feminist Politics of the Earth". In: *PhoenEX* 11(1). 2016.
- TSING, A.. Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- _____. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- TULLY, J.. "A Victorian Ecological Disaster: Imperialism, the Telegraph, and Gutta-Percha," *Journal of World History* 20, no. 4. December 23, 2009: 574.
<https://doi.org/10.1353/jwh.0.0088>.
- VALE, M. C.. Cachoeira & a inversão do mundo. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2018.
- VASCONCELOS, S.. Crônica da Companhia de Jesus. Petrópolis: Vozes. 1997.
- VELHO, O.. A Sociedade e agricultura. [1982]. In: *Mais realistas do que o rei. Ocidentalismo*,

religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks. 2014.

VIEIRA, S. A.. Micropolítica da pirraça, ou por que resistência não é uma noção obsoleta. Revista Fevereiro, São Paulo, n. 10, p. 339-356, jan. 2018.

_____. Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

VILLELA, J. M.. Confiscações, Lutas Anti-Confiscatórias e Antropologia Modal. In. Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. Org. Suzane de Alencar Vieira, Jorge Mattar Villela. E-book - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. 349 p..

_____. Política e Eleições no Sertão de Pernambuco. O Povo em Armas. Fortaleza: Pontes Editora. 2008.

_____. O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ. 2004.

WATTS, J. et al.. Revealed: UK Supermarket and fast-food chicken linked to deforestation in Brazil. The Guardian. 25 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2020/nov/25/revealed-uk-supermarket-and-fast-food-chicken-linked-to-brazil-deforestation-soy-soya>

YANAGISAKO, S.. Producing Culture and Capital: Family Firms in Italy. Princeton University Press. 2002.